



DINCOGÁS

revendedor
galp
 energia

Nova Loja Galp Gás & Power

Contratos de luz e gás natural | Encomenda de garrafas de gás
 Venda de painéis fotovoltaicos
 Venda e aluguer de wallbox para veículos elétricos
 Certificação e inspeção de redes de gás

T. 916 723 504 • 924 325 258 • 252 418 127
 Rua Infante D. Henrique, 290 Trofa • lojadincogas@gmail.com

Quinzenário 22 outubro 2026 | N.º 335 | Ano 12
Diretor: Hermanno Martins | 1€

Jornal do Ave

PUB



A CUIDAR DA SUA VISÃO DESDE 1964

PUB





CENTRO DA TROFA
Moradia 2 Pisos - 399 000€



S. ROMÃO DO CORONADO
T2 mobilado - 260 000€

WWW.VILLENREALESTATE.COM AMI 19598

Restaurante Churrasqueira de Finzes



TROFA - RUA ANTÓNIO ADÃO, 58
 ENCOMENDAS 252 411 572 | 925 349 940



4-6 ENTREVISTA
 

“As pessoas estarão sempre no centro das decisões”

8-10 ENTREVISTA
 

“Santo Tirso está na moda”

AUTARCAS FAZEM BALANÇO DE 1 ANO DE MANDATO

17 ATUALIDADE

VOLUNTÁRIOS RECUPERARAM HABITAÇÕES EM FAMALICÃO

13 EDUCAÇÃO

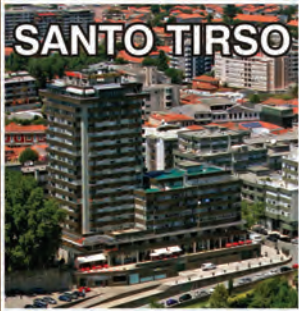
ESCOLA DA PONTE CELEBROU 50 ANOS

12 VN FAMALICÃO

78 MIL CASAS PREVISTAS NO PDM DE FAMALICÃO

14 REGIÃO


BALASAR TEM NOVO TEMPLO



SANTO TIRSO

KANIMAMBO

CAFÉ • BAR • RESTAURANTE

PUB

ATUALIDADE

Jorge Oliveira recandidata-se à presidência da CoopAve

Jorge Oliveira anunciou a recandidatura à presidência do conselho de administração da CoopAve – Cooperativa dos Agricultores de Santo Tirso e Trofa, CRL, para o mandato 2027-2030. A candidatura pretende dar continuidade à estratégia de modernização da instituição e reforçar a sua posição no setor agropecuário da região.

O atual mandato termina em dezembro, e a candidatura apresenta a estabilidade institucional e a continuidade do trabalho desenvolvido como fundamentos para um novo ciclo de gestão. A proximidade aos agricultores e a valorização da atividade agrícola estão entre as prioridades anunciadas.

Para os próximos três anos, Jorge Oliveira propõe uma estratégia assente em três áreas: sustentabilidade financeira, inovação tecnológica e defesa dos produtores.

Na vertente financeira, a candidatura pretende consolidar um modelo de gestão baseado no equilíbrio das contas, procurando reforçar a capacidade da cooperativa para apoiar os asso-



JORGE OLIVEIRA QUER REFORÇAR PROXIMIDADE AOS COOPERANTES

ciados perante as oscilações do mercado agropecuário.

A modernização dos processos internos e a melhoria dos serviços de apoio à produção constituem outro dos eixos do programa. A candidatura prevê ainda “consolidar a marca CoopAve como uma referência regional de maior dimensão, focada na valorização da lavoura, do leite e do rendimento dos cooperantes associados”.

A valorização do rendimento dos cooperantes é também apontada como uma prioridade, num plano que pretende afirmar

a CoopAve como uma referência regional de maior dimensão e capacidade de resposta às necessidades dos agricultores.

Em comunicado, a candidatura defende a importância de uma gestão assente na proximidade, na união dos associados e no planeamento, considerando estes fatores determinantes para enfrentar os desafios do setor agrícola.

A composição da lista aos órgãos sociais e as propostas detalhadas para o triénio 2027-2030 serão apresentadas posteriormente aos associados, dentro dos prazos estatutários.

Trofa promove 37.º Encontro de Ex-Combatentes do Ultramar

A cidade da Trofa volta a homenagear os antigos militares que serviram nas campanhas do Ultramar com a realização do 37.º

Encontro de Combatentes do Ultramar, marcado para 24 de outubro. A iniciativa reúne antigos combatentes, familiares e a comu-

nidade num programa dedicado à memória, ao reconhecimento e ao convívio.

O encontro terá início às 11h00, com a concentração junto à Rotunda dos Ex-Combatentes, onde decorrerá uma homenagem a todos os combatentes, contando com a presença dos presidentes da Câmara Municipal da Trofa e da Junta de Freguesia de Bougado.

Meia hora depois, às 11h30, os participantes seguem para uma romagem ao cemitério, onde será prestada homenagem aos camaras já falecidos. O programa prossegue ao meio-dia com uma visita ao Monumento aos Combatentes Falecidos em Combate, na Alameda da Estação.

O convívio termina às 12h30, com um almoço nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Trofa, já com lotação esgotada.

TROFA HIDRÁULICA

- Acessórios para hidráulica e pneumática
- Tubos flexíveis para todos os fins, baixa e alta pressão

TROFINDUSTRIA
COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS, LDA.
MÁQUINAS E FERRAMENTAS

Tel. 252 409 030 whatsapp: 919 319 665
Lantemil Edifício Lantenópolis 4785-628 Trofa
geral@trofahidraulica.com | geral@trofindustria.com

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 24.º e da alínea c) do nº 2 do artigo 29.º dos Estatutos da ASAS, convocam-se os associados da Associação Dar ASAS à Vida para reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 24 de novembro de 2026, pelas 17h30m, na sede social, sita na Rua Prof. Sampaio de Carvalho nº 25, 4780-533 Santo Tirso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um: Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2027.

Ponto Dois: Atribuição, sob proposta da Direção, de um voto de louvor aos colaboradores que completem 30 anos de exercício de funções na ASAS.

Se à hora referida não existir “quórum”, (presença de mais de metade dos associados com direito de voto) a Assembleia Geral iniciar-se-á às 18h00m, com qualquer número de associados presentes, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos.

Os documentos que serão discutidos na presente reunião estão disponibilizados na Sede da Associação.

Santo Tirso, 22 de outubro de 2026
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Paulo Jorge Antunes Ferreira)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELEITORAL CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do nº 6 do artigo 28º e da alínea a) do nº 2 do artigo 29º dos Estatutos da Associação Dar ASAS à Vida (ASAS), com sede na Rua Prof. Sampaio de Carvalho, 25, freguesia, cidade e concelho de Santo Tirso e tendo em conta o disposto no respetivo Regulamento Eleitoral, convoco a Assembleia Geral, para reunir na referida sede social, em sessão ordinária eleitoral no dia 15 de dezembro do corrente ano, pelas 17:30 horas, ou, decorrida meia hora após a hora designada e na falta de quorum, pelas 18:00 horas, com qualquer número de associados, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição para o quadriénio 2027-2030, por voto secreto, dos membros dos Órgãos Sociais (Mesa da Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal) através da sua integração em lista de candidatura aceite pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e submetida a sufrágio.

Santo Tirso, 22 de outubro de 2026
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Paulo Jorge Antunes Ferreira)

Dincogás abre loja na Trofa e alarga oferta de serviços energéticos

A diversificação dos serviços e a proximidade aos consumidores estão na origem da abertura de uma nova loja da Dincogás, na Rua Infante D. Henrique, na Trofa. O espaço, desenvolvido em parceria com a Galp, permite aos clientes aceder a diferentes soluções energéticas, desde contratos de eletricidade e gás natural à comercialização de painéis fotovoltaicos e carregadores para veículos elétricos.

A abertura representa uma nova etapa para a empresa, que iniciou a atividade na distribuição de gás em garrafa e conta atualmente com 12 colaboradores. A operação abrange os concelhos da Trofa, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, mercados onde a Dincogás tem vindo a consolidar a sua presença.

A abertura da loja na Trofa surge numa fase em que a empresa procura alargar a oferta para além da distribuição tradicional de gás, com “tendência a retrain”, numa aposta clara “na eletricida-



LOJA ABRIU NA RUA INFANTE D. HENRIQUE

de”, afirmou Mário Gomes, justificando a aposta num espaço que permite disponibilizar serviços associados a diferentes fontes de energia.

Além da venda de gás em garrafa e da celebração de contratos de eletricidade e gás natural, os clientes podem tratar de certificações de redes de gás e obter informações sobre soluções de energia solar. A oferta inclui ainda carregadores para veícu-

los elétricos e aluguer de equipamentos de aquecimento para eventos públicos ou privados. No caso dos painéis fotovoltaicos, a Dincogás assegura a comercialização, enquanto a montagem é encaminhada pela Galp.

A escolha da Trofa para a instalação do novo espaço teve também em conta a localização do concelho entre os outros dois mercados onde a empresa opera.

A parceria enquadra-se na es-

tratégia da Galp de alargar a presença física no território nacional. Alexandre Carneiro, responsável de vendas presenciais da empresa, referiu que a rede conta atualmente com 59 lojas de multienergia em Portugal, onde os consumidores podem contratar serviços, adquirir soluções energéticas e tratar de questões relacionadas com a faturação.

“Queremos que a Galp, que é uma marca portuguesa, esteja o mais próximo possível da população”, afirmou, sem deixar de destacar a importância dos parceiros locais para a concretização desta estratégia. A rede física continua a desempenhar um papel relevante no contacto com os clientes, uma vez que mais de metade das vendas da Galp continua a ser realizada através desse formato.

A formação das equipas é outra das componentes da parceria, com o objetivo de permitir um aconselhamento ajustado às necessidades de cada consumi-

dor. A oferta inclui campanhas comerciais que associam diferentes produtos e serviços, entre as quais a campanha Combina, que prevê descontos na eletricidade e vantagens relacionadas com compras no Continente e serviços NOS.

A abertura foi também assinalada por Sérgio Araújo, presidente da Câmara Municipal da Trofa, que destacou a importância da instalação de novos negócios no concelho, numa altura em que o comércio de rua enfrenta desafios associados, entre outros fatores, ao crescimento do comércio eletrónico.

Sobre a abertura da Dincogás, o autarca destacou o alargamento dos serviços disponíveis no concelho. “Quanto mais concorrência, melhor, mais bom serviço para o cliente final”, sustentou o presidente da Câmara, considerando que a abertura de novos espaços comerciais contribui para a dinâmica económica local.

PUB

SONS — NO
PATRIMÓNIO
ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

2026

18
SET
22
NOV**25 OUT TROFA****15H00 , CAMINHADA COMENTADA**
“PATRIMÓNIO CULTURAL DE COVELAS”**CAPELA DE SÃO GONÇALO****, 17H00****João Diogo**
Leitão**IGREJA PAROQUIAL DE COVELAS****+INFO** **MATER17** **@_MATER17**

ENTREVISTA

Sérgio Araújo anuncia “boas novidades” sobre impostos para 2027 em balanço do primeiro ano de mandato

“As pessoas estarão sempre no centro das nossas decisões”

Um ano depois de assumir a presidência da Câmara Municipal da Trofa, Sérgio Araújo faz um balanço marcado pelas obras em curso, pela preparação dos investimentos para os próximos anos e pela promessa de cumprir os compromissos eleitorais. Com 2027 no horizonte como um ano decisivo para preparar e lançar projetos, o autarca aponta a educação, a habitação, a mobilidade e a qualidade de vida dos trofenses como prioridades, sem perder de vista as limitações do financiamento. Em entrevista ao *Jornal do Ave*, realizada junto do futuro Parque Urbano de Real, que considera poder vir a ser uma referência regional e nacional, o presidente traça as ambições para o concelho e defende um ciclo autárquico de 12 anos. A entrevista completa pode ser vista em www.trofa.tv. CÁTIA VELOSO

Jornal do Ave (JA): Estamos num local que não foi escolhido por acaso, porque está junto daquela que já apelidou de menino dos seus olhos, que é o Parque Urbano de Real.

Sérgio Araújo (SA): Sim, aqui ao lado vai nascer aquela que eu acho que é o menino dos olhos dos trofenses. Será um parque urbano muito diferente de tudo o que temos na região Norte, eu até diria mesmo no País, porque vai aliar várias valências que são absolutamente essenciais, vai ser ambientalmente responsável e dar corpo a uma coisa que ainda não temos no concelho que é um parque verdadeiramente urbano, que vai juntar a tecnologia, a inovação, o desporto e o lazer.

JA: Tecnologia aliada ao desporto, para ajudar os desportistas a potenciar a sua performance?

SA: Para ajudar os desportistas a potenciar a sua performance, e portanto tentar suprimir a falta de algumas infraestruturas que ainda temos, para que os desportistas consigam fazer a prática de várias modalidades. E não será apenas e só para os



SÉRGIO ARAÚJO GARANTIU QUE APOIO ÀS FAMÍLIAS SERÁ SEMPRE PRIORIDADE

desportistas profissionais, será para pessoas que também querem aliar a inovação a objetivos desportivos, por exemplo, caminhar ou correr e ter tempos entre luzes que nos vão dar sinal se estamos a cumprir com a nossa meta ou não. Será uma novidade na região e no País, que vai trazer aqui muitas pessoas a visitarem, mas acima de tudo esta obra é para os trofenses, que terão a possibilidade de, por exemplo, entrarem na Rotunda da Independência, ou a Rotunda da Bandeira, como carinhosamente apelidamos, até ao Rio Ave. A primeira fase da obra vai terminar na rua que liga a Rotunda da Família ao Hospital da Trofa, e queremos que seja executada até 2029.

JA: Será, então, esta a obra mais prioritária no momento?

SA: Nós temos tantas obras para fazer que é difícil caracterizar alguma obra como sendo prioritária, mas esta é uma obra cujo projeto de execução queremos ter pronto o mais rapidamente possível para a podermos lançar, mal tenhamos essa possibilidade, porque, obviamente, o que vamos tentar fazer é ter financiamento comunitário, para juntar aos recursos próprios.

Nós temos variadíssimas obras que temos que pôr em prática e que têm como objetivo final a melhoria em termos de infraes-

truturas e a melhoria da vida dos trofenses.

Estamos a falar de obra física, pois há muitas outras medidas que temos implementado neste ano de mandato, que não sendo perfeito, já se fez muito, mas falta fazer muito mais ainda. O ano de 2027 é um ano absolutamente fundamental para aquilo que será o futuro até às eleições autárquicas de 2029, mas eu não consigo pensar o futuro de um concelho em termos estratégicos e de planeamento até 2029, por isso assumi um compromisso com os trofenses de fazer um ciclo autárquico de 12 anos.

JA: Por que é que 2027 é assim tão importante?

SA: É muito importante por dois motivos. O primeiro tem a ver com aquilo que hoje o procedimento administrativo nos exige, quer em termos de código de procedimento administrativo, quer em termos de código de contratação pública. O que significa que até ao final deste ano, ou primeiro trimestre de 2027, temos que ter a maioria dos projetos de conceção e execução já prontos para irem sendo libertados à medida em que vamos conseguindo, ou financiamento, ou capacidade financeira própria para pôr estas obras em marcha.

As finanças da Câmara Municipal da Trofa estão numa situação bastante estável, isso não

quer dizer que não se tenha que fazer os projetos e gastar o dinheiro com responsabilidade, eficácia e eficiência. E aquilo que quero dizer aos trofenses é que o ano de 2027 é importante, porque eu não acho que se deve estar em 2029 a lançar obra, ou a fazer obra sem jeito. Não, deve-se estar a concluir algumas obras, mas devem estar em obra outras tantas que não são possíveis de executar no mandato autárquico.

O ano de 2027 também é importante por outro motivo. O financiamento europeu que vem para Portugal vai reduzir para cerca de um terço. E sabemos que esta redução vai implicar que obras de investimento puro e duro em obra pública também vai diminuir, portanto, nós temos que ter tudo pronto para termos a maturidade suficiente para que, mal haja essa possibilidade, nós termos a capacidade de ir aos concursos e de nos candidatar-mos.

JA: Quando tomou posse, preocupou-se muito com as obras que estavam dependentes do PRR. Foi um processo desafiante, tendo em conta que há obras que acabaram por perder fundos por não terem terminado dentro do prazo?

SA: Quando chegámos, havia obras que tinham que ser terminadas a 30 de junho de 2026, que depois passou para 31 de

agosto. E obras que tinham execução física e financeira de zero.

Eu não gosto muito de falar do passado, nem das responsabilidades do passado que cada um terá e que, obviamente, podem ser discutidas, mas não é esse o meu foco. O meu foco, quando cheguei, foi, de facto, executar, executar, executar. Porque não podíamos perder fontes de financiamento. Conseguimos executar a obra de 4,7 milhões de euros da Escola Básica do Castro, conseguimos acabar a Escola Básica e Secundária do Coronado, de 7,5 milhões de euros. Seria um autêntico desastre se não conseguíssemos fazer estas obras.

Depois, tivemos um problema no caso do Centro de Saúde de S. Martinho, em que não conseguimos executar praticamente nada do que estava proposto. Tivemos a capacidade e a coragem de passar as pessoas com condições dignas para serem atendidas.

No caso dos outros dois centros de saúde, estamos a trabalhar no sentido de não perder o financiamento ainda, pelo menos na totalidade, mas nos três casos temos a certeza absoluta que vão existir outras fontes de financiamento, ou através do PT2030, ou através de financiamentos regionais, ou de financiamentos do próprio Governo Central. Este não é um caso único no País, existem centenas de casos, espalhados por vários concelhos em que não existiu a capacidade de fazer obra até dia 31 de agosto, por muitos motivos, começando desde logo pela falta de recursos humanos e incapacidade de as empresas terem a capacidade de fazer as obras no tempo determinado. Quero tranquilizar os trofenses e dizer-lhes que estamos a trabalhar para que todo o financiamento que tínhamos previsto seja executado e que a Câmara não tenha que recorrer a fundos próprios para o fazer.

Na área da saúde, temos algumas novidades boas para o município. A primeira é o reforço das cadeiras de dentista nos nossos centros de saúde, e depois o Raio-X, serviço que o concelho nunca teve, e que vai ser uma realidade a muito breve prazo. E também já temos a garantia

ENTREVISTA

de termos um serviço de atendimento complementar, o que quer dizer que o centro de saúde terá atendimento ao fim de semana e aos feriados.

JA: Esta pedra no sapato de alguns fundos se poderem perder não colocará em causa os seus objetivos autárquicos para os próximos anos e, nomeadamente, já em 2027?

SA: O meu trabalho é que de facto isso não aconteça e de ir à procura de soluções. Mas quero dar uma nota aos trofenses, de que os investimentos que estão a ser projetados para 2027, 2028 e 2029 não podem ficar em causa. É evidente que, se em algum momento, tivermos de escolher, há uma garantia que dou, a aposta nas famílias, nos jovens, na educação e na ação social não pode ficar comprometida. E, portanto, se tivermos de escolher entre fazer uma obra física e apostar nas pessoas, aí eu não tenho dúvida nenhuma.

Para mim, o importante é a qualidade de vida dos trofenses e a capacidade de tornar o concelho atrativo, porque temos os dados connosco e somos dos poucos concelhos na Área Metropolitana do Porto que teve um crescimento da taxa populacional efetiva e somos o único que tem um crescimento da taxa po-



AUTARCA ASSEGURA QUE A TROFA “TEM MUITOS DESAFIOS” PELA FRENTE

pulacional natural. Ora, com estes números temos de trabalhar para dar melhores condições aos trofenses.

JA: Então vou ser mais direta e perguntar se, para 2027,

está equacionado o abaixamento de impostos?

SA: O orçamento será fechado durante o mês de novembro ou até um bocadinho antes e esse também foi um compromisso que quis dar aos trofenses para não andar a correr a fechar este documento. O que posso garantir aos trofenses é que os compromissos que assumimos em termos eleitorais vão ser cumpridos e para não deixar a pergunta sem uma resposta mais objetiva, posso dizer que há boas novidades para os trofenses nesse campo.

JA: A educação foi uma das áreas que elegeu como prioritárias na sua campanha eleitoral. Implementou algumas medidas, mas já está dentro daquilo que pretende ou há ainda mais que se pode fazer?

SA: A educação é, de facto, um pilar essencial para qualquer concelho que quer ser evoluído e ter um futuro positivo e nós queremos muito que a Trofa seja uma referência no País. E este é um dossier que está sempre em aberto.

Neste momento, já temos em curso o acolhimento e prolongamento, ou seja cumprimos com os trofenses. Esta medida teve

como premissa dar oportunidade a todas as crianças de ter a mesma cana para depois conseguirem pescar. Portanto, hoje, temos um acolhimento e prolongamento para todos, com as mesmas atividades. Do que sentimos e do que nos vai sendo transmitido pelas associações de pais é que o processo está a ser positivo, mas também quero dizer que pode ser melhorado. Sabemos que temos que reforçar as equipas de assistentes técnicas e, por isso, sairá um concurso público para termos recursos humanos suficientes.

O valor que estipulamos para o acolhimento e prolongamento é de 35 euros, mais baixo do que qualquer concelho nas redondezas e mais baixo do que o que era praticado pelas associações de pais, que, sublinho, faziam este trabalho de forma exemplar. E não está fora de hipótese irmos reduzindo o valor sempre que seja possível em termos orçamentais.

Na questão do cheque-escola, temos dois tipos, um para material e outro para roupa, mochilas, calçado, diminuindo o peso do início do ano letivo no orçamento familiar. Estamos, neste momento, a trabalhar para que no próximo ano ele seja alargado ao 2.º ciclo e, se for possível, também para o 3.º ciclo. Este cheque-oferta acaba também por apoiar o comércio local, que se associa à medida.

Paralelamente a isto, tinha o compromisso de triplicar as bolsas de estudo e já conseguimos mais seis para o ano, ou seja, o dobro. Ao mesmo tempo, estamos a trabalhar no regulamento para que, através da Lei do Mecenato, as empresas privadas que se queiram associar à Câmara Municipal possam dar contributo para termos mais quali-

ficação na formação. Para o ano teremos 12 bolsas, no ano a seguir teremos 18 e, se calhar, até iremos mais longe do que aquilo que foi o compromisso com os trofenses.

Estamos ainda a ponderar ter um cheque-ensino para o Ensino Superior e Ensino Profissional, que ainda não está quantificado, mas ajudará as famílias no mês tão difícil como é setembro.

No que respeita a obras, estamos a ultimar um procedimento para intervir em várias escolas do 1.º ciclo, para a melhoria das condições dos alunos.

JA: Falou há pouco que a Trofa tem sido atrativa para as famílias, mas também é preciso casas. Neste problema que afeta todo o País e até a Europa, que trabalho tem sido feito ao longo deste último ano?

SA: O que temos feito ao longo deste ano é ter uma estratégia para a Câmara, em conjunto com os privados, se for esse o caso, ou então a própria Câmara, que está disposta a financiar-se para construir habitação com rendas acessíveis. É muito difícil para uma família pagar 800 ou 900 euros de renda, mas se calhar já conseguem comportar uma de 400, 450 ou 500 euros. É nisto que estamos a trabalhar. É verdade que nós temos os privados a dar a resposta que entendemos que o concelho merece e temos, para além destes projetos que já vemos a serem construídos, muitos outros à espera para começarem, já com licenciamento aprovado.

A habitação não se resolve com populismo, mas com trabalho, às vezes silencioso, quer ao nível de programas governamentais, quer ao nível de soluções integradas com o privado e com a Câmara Municipal como motor

Admite-se

MECÂNICO ESTAGIÁRIO (m/f)

Empilhadores, Plataforma Elevatórias, veículos elétricos pequenas dimensões

Funções:

- Apoio Manutenção Reparação Preventiva Curativa
- Participação Trabalhos Mecânicos / Electro Hidráulicos

Perfil:

- Formação na área da mecânica ou similar
- 12º. Ano técnico profissional
- Vontade de evolução de carreira, responsabilidade e espírito de equipa
- Carta condução B

Oferta:

- Formação prática e acompanhamento
- Contacto com diferentes tecnologias
- Possibilidade evolução carreira
- Remuneração Atrativa
- Possibilidade Viatura
- Salário atrativo (mínimo 1300 €)

Contacto: 963 084 112

PUB

Aquaplace prevê reabrir piscinas em janeiro

O Aquaplace está a ser alvo de obras de eficiência energética e de renovação das instalações, num investimento superior a um milhão de euros.

Segundo Sérgio Araújo, o objetivo passa também por resolver problemas estruturais e de infiltrações, renovar os balneários e reforçar a utilização de energias renováveis no aquecimento das piscinas. A reabertura destas está prevista para janeiro de 2027. O autarca destacou ainda o crescimento do equipamento, que passou de 1200 para mais de 5500 utentes ativos.

ATUALIDADE

e dono de obra, em terrenos que são nossos e que queremos passá-los de domínio público municipal para domínio privado municipal e que possam ter construção, porque temos falta de terrenos públicos para esse efeito.

Estamos em conversações com o próprio IHRU, que tem que dar muito mais do que aquilo que também tem dado, e com o Governo, que tem sido obviamente sensível a esta matéria e tem feito um bom trabalho. Se é suficiente? Não. Temos que fazer mais, claro que sim. E aqui as autarquias são muito importantes para que também o Estado Central consiga resolver este problema, que também não se resolve num estalar de dedos.

Os números têm aumentado muito naquilo que é a oferta que existe e estamos a trabalhar para termos novidades em 2027. O objetivo é conseguir ter entre 100 a 150 habitações disponíveis para fazer face à lista de espera, que tem alguma expressão, mas também não tanto como vemos noutros municípios.

Quero, igualmente, dizer, até para enquadrar com este tema da habitação e do investimento privado noutras áreas que já vemos hoje acontecer no nosso concelho, que, passado um ano, já temos outra visão daquilo que é a resposta que a Câmara Municipal dá ao nível das obras particulares. As transformações que fizemos já estão a dar frutos e já não existe aquela lógica de que estamos tempos infinitos à espera de uma resposta, ou que um processo seja aprovado.

Introduzimos o e-paper, com recurso a algumas plataformas de inteligência artificial, que agilizam os processos, que têm que ter um prazo-limite para serem respondidos e, portanto, estamos neste momento também a alargar o horário dos trabalhadores



ENTREVISTA FOI REALIZADA JUNTO À ÁREA ONDE VAI NASCER O PARQUE URBANO DE REAL

para eles poderem estar mais tempo a produzir, com implicações na sua remuneração, logicamente, e colocamos uma pessoa dedicada a responder aos requerentes. Hoje um requerente sabe que se tiver que entregar um documento não vai ter que receber um ofício da Câmara, que demora duas semanas. Se faltar um papel, porque não ligar a dizer-lhe? Assim, se o papel for entregue o processo anda muito mais rapidamente.

Temos tido resultados muito positivos, mas, como disse, ainda não está conforme quero. Eu quero que a Trofa seja um exemplo para os municípios à volta e para os investidores, que podem ter a certeza que é bom investir na Trofa, porque sabem que o processo não vai ficar parado ad aeternum.

JA: Houve também preocupação no reforço do apoio às juntas de freguesia?

SA: Quando se fala de coesão

municipal, não se pode dissociar das freguesias. O trabalho feito tem privilegiado a proximidade, mas também a solução dos problemas que os presidentes de junta têm e a linha orientadora que temos para o concelho.

Fizemos o maior investimento de sempre num primeiro ano de mandato autárquico, de perto de um milhão de euros, sem contar com o apoio direto dado às freguesias. Tivemos vários contratos administrativos assinados e um apoio de 32.500 euros para cada freguesia para a aquisição de viaturas. E queremos mais, por isso o nosso compromisso é fazer investimento em cada uma delas todos os anos.

JA: A Trofa tem sido notícia nos últimos tempos por causa dos desenvolvimentos relativos à questão da extensão da linha do metro e do metro-bus. Durante mais de 20 anos se falou de uma variante, que já é uma realidade, e do metro que poderá ser uma realidade já a curto prazo. Depois disto, quais serão os principais desafios que a Trofa atravessa?

SA: A Trofa tem vários desafios. Sobre o metro, quero reiterar que não seria responsável por parte do presidente de Câmara dizer que não queremos esta solução e estar mais 20, 30 ou 40 anos à espera. Ninguém tem dúvidas que o metro vai, de facto, trazer aqui uma evolução enorme na mobilidade e naquilo que pode potenciar em todo o traje-

to do canal. Ora, nós não podemos andar de solução perfeita em solução perfeita até ao erro final. Não contam comigo para isso, mas sim para ser reivindicativo, porque fazer finca-pé para ter outra solução é condenar o projeto à morte. A consulta pública terminou no passado dia 12 e fizemos as nossas sugestões e recomendações e iremos, obviamente, em conjunto com a Metro do Porto, trabalhar na melhor solução para a Trofa dentro daquilo que temos disponível.

O metro é, de facto, a grande obra desde que somos concelho. Estamos a falar de perto de 200 milhões de euros em investimento. Qualquer trofense entende que esta obra é absolutamente fundamental para que o concelho se consiga desenvolver e crescer.

Mas é evidente que há mais desafios. A Trofa tem falta de infraestruturas e temos que tra-

balhar em soluções, por exemplo, no desporto e há dois projetos que queremos avançar, que são os complexos desportivos de Bougado e de Guidões. Precisamos de um espaço cultural, uma biblioteca municipal, uma casa da juventude. A Trofa é um concelho jovem e às vezes é injusta a comparação que fazem com outros concelhos com tantos anos de existência. Estamos num processo de crescimento, com muito trabalho pela frente.

Para nós, as pessoas são o mais importante e o centro das nossas decisões. Queremos baixar mais impostos, temos que potenciar zonas industriais, para além da que já está definida e em estudo de impacto ambiental, que é a zona industrial do Soeiro. Temos uma projetada para Guidões, para a Abelheira e para a zona nascente do outro lado da autoestrada, em S. Martinho de Bougado.

E isto será absolutamente determinante, porque sabemos que atrás das empresas vêm as pessoas e a evolução económica de um concelho.

A Trofa é um concelho seguro e queremos continuar a manter essa segurança, por isso estamos a passos largos de avançar com um sistema de videovigilância. Pelos estudos que fizemos, temos cerca de 300 mil euros para gastar em mais de 30 câmaras espalhadas pelo nosso concelho em espaço público.

No caso da GNR, estou a trabalhar arduamente para que a reabilitação do posto da GNR seja uma realidade e para que tenhamos mais efetivos no nosso concelho. Também está em curso o trabalho de procedimento interno para o lançamento do concurso público para mais polícias municipais.

Trofa vai renovar parques infantis e espaços de lazer

A Câmara Municipal da Trofa pretende renovar todos os parques infantis do concelho e criar novos espaços de lazer destinados a diferentes faixas etárias. Entre as intervenções previstas, Sérgio Araújo destacou a valorização do Souto de Bairros e a requalificação de um espaço em Vilar de Lila, em S. Mamede do Coronado. O município está também a procurar soluções para disponibilizar equipamentos de exercício físico no exterior, incluindo máquinas de geriatria, com o objetivo de proporcionar melhores condições para o convívio e o lazer das famílias.

ALARMES DA TROFA®
 Sistemas Electrónicos

Sistemas de Segurança
Sem manutenção e sem mensalidades

Deteção de Roubo e Incêndio
 Câmara de vigilância (C.C.T.V)
 Controle de Acessos
 Sistemas Anti Shoplifting

Desde 1975 - 4 Alvarás de Segurança

Rua João Paulo II, Nº 503 (Junto à Igreja Nova) 4785 Trofa
 Telf.: 252 413 672 (Chamada rede fixa nacional)
 Tel.: 917 630 374 (Chamada rede móvel nacional)

alarmesdatrofa@gmail.com

Área Metropolitana do Porto com mais de 9000 ações no programa para as comunidades desfavorecidas

A Área Metropolitana do Porto (AMP) desenvolveu mais de 9000 iniciativas no âmbito do programa para as comunidades desfavorecidas, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), segundo dados oficiais.

De acordo com dados da AMP, “no total, foram concretizadas 264 operações, promovidas por 55 entidades, abrangendo os 17 municípios da Área Metropolitana do Porto e diferentes áreas de intervenção, como a saúde e o envelhecimento ativo, a educação e a formação, a cultura, a participação comunitária, a inclusão digital, a capacitação das instituições e a inovação social”.

“As iniciativas incluíram também a qualificação de equipamentos, serviços e espaços, contribuindo para criar ou melhorar respostas destinadas às comunidades”, segundo a AMP.

O balanço foi apresentado a 15 de outubro, no Encontro “Lisboa e Porto: Duas Metrópoles, Transformar Territórios”, no LX Factory, em Lisboa.

De acordo com a entidade, “no conjunto dos projetos, foram registadas mais de 1,2 milhões de participações, situações de apoio ou beneficiações”, esclarecendo a AMP que o número “traduz a

dimensão da intervenção realizada, mas não corresponde a 1,2 milhões de pessoas, uma vez que a mesma pessoa pode ter participado em várias atividades ou beneficiado de mais do que uma resposta”.

“Os dados disponíveis por idade mostram que as iniciativas abrangeram diferentes gerações: 50.424 participações foram de pessoas com menos de 25 anos, 49.125 entre os 25 e os 64 anos e 116.286 com 65 ou mais anos”, segundo a AMP, que vinca que “a presença significativa da população sénior reflete a importância de respostas relacionadas com o envelhecimento ativo, a saúde, o combate ao isolamento e a participação na comunidade”.

Por área, a “da saúde, qualidade de vida e segurança concentrou a maior parte da intervenção no âmbito das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas, com cerca de 5.900 iniciativas num total de 9224 atividades, o equivalente a 64% do total”.

“Destacam-se quase 4000 iniciativas destinadas a combater o isolamento e a promover um envelhecimento mais ativo e saudável”, assinala a entidade liderada por Pedro Duarte, tendo

sido também realizadas “cerca de 1430 ações de promoção e educação para a saúde, além de cerca de 500 iniciativas relacionadas com a prevenção e o combate aos comportamentos aditivos e às dependências”.

Foram também desenvolvidas pela AMP “cerca de 700 iniciativas de educação para a cidadania e mais de 700 ações de formação dirigidas à população em idade ativa”, e “os projetos destinados a promover o sucesso educativo chegaram a mais de 118 mil pessoas da população escolar, através de iniciativas dirigidas a crianças e jovens e às comunidades educativas”.

Já os projetos de animação e criação cultural, artística e artesanal “registaram mais de 193 mil beneficiações, levando atividades culturais e criativas às comunidades”, incluindo-se ainda “projetos de inovação social, inclusão e desenvolvimento de competências digitais, bem como ações de formação dirigidas a associações, instituições e serviços públicos e sociais”.

“No conjunto, os projetos procuraram responder a diferentes necessidades das comunidades, desde o combate ao isolamento e a promoção da saúde à educa-



CAMPO DE STREETBASKET EM SANTO TIRSO FOI PROJETO FINANCIADO

ção, formação, cultura e inclusão digital”, segundo a AMP.

Em Santo Tirso, foram financiados no âmbito deste programa para as comunidades desfavorecidas projetos como o campo de StreetBasket existente junto ao Complexo Desportivo Municipal, o jardim sensorial do Parque de Geão, a reabilitação do Complexo Habitacional de Ringe e a comparticipação na colocação de próteses dentárias para agregados familiares com carências económicas.

A Câmara Municipal anunciou cerca de 5,5 milhões de euros destinados ao programa.

Na Trofa, cerca de 1,4 milhões dos mais de 3,6 milhões de eu-

ros que recebeu no âmbito do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto (PAICD – AMP) foram distribuídos pelas instituições sociais do concelho. Foram também financiados projetos como “Trofa + Inclusiva”, “Trofa + Envelhecimento Ativo”, Trofa + Novas Estratégias Educativas” e “Trofa + Saudável – Trofa + Feliz”.

Financiadas pelo PRR, estas intervenções procuraram responder a diferentes necessidades identificadas nos territórios, aproximando serviços, oportunidades e atividades das populações.

COM LUSA

Santo Tirso com 15 candidaturas aprovadas no NORTE 2030

A execução de investimentos municipais antes da aprovação dos fundos comunitários é uma das estratégias que o Município de Santo Tirso aponta para explicar os resultados alcançados

no programa NORTE 2030. A autarquia tem as 15 candidaturas submetidas aprovadas, que representam um financiamento de 16,2 milhões de euros.

Segundo os dados divulga-

dos pelo Município, Santo Tirso é o único dos 18 concelhos da Área Metropolitana do Porto com a totalidade das candidaturas apresentadas aprovadas. O montante atribuído corresponde a 78% dos 20,7 milhões de euros previstos no Quadro de Investimentos Prioritários para o concelho.

O presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa, associa estes resultados à consolidação das contas municipais ao longo dos últimos anos. O autarca considera que essa trajetória permite à autarquia dispor de “uma situação financeira robusta” e ter margem para “avançar com os investimentos mesmo antes de as candidaturas serem aprovadas”.

Esta capacidade de financiamento antecipado permite ao Município iniciar projetos sem ter de aguardar pela aprovação das respetivas candidaturas, assumindo os investimentos numa fase anterior à chegada dos fundos comunitários.

A estratégia ganha relevância no cumprimento das metas de execução estabelecidas para 2026, no âmbito da regra N+3, aplicável aos fundos comunitários.

Para este ano, Santo Tirso tem definida uma meta global de execução de 10,6 milhões de euros. Até setembro, a autarquia contabilizava já 7,8 milhões de euros executados, o equivalente a 74% do objetivo anual. De acordo com a informação munici-

pal, Santo Tirso está entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto com maior taxa de execução.

Alberto Costa defende que a antecipação dos investimentos permite conciliar a concretização dos projetos com a manutenção dos serviços e apoios municipais. O presidente da Câmara afirma que esta capacidade financeira possibilita “continuar a assegurar a atividade municipal, manter os apoios e as respostas que temos assumido e, ao mesmo tempo, avançar com projetos importantes para o concelho”.

O objetivo, acrescenta, passa por garantir que os fundos comunitários sejam “transformados em obra e em respostas concretas para a população”.

ANDRADE & ANDRADE, LDA

Concessionário: **REPSOLGAS**

- Aquecimento central
- Ar condicionado
- Pichelaria
- Aspiração central
- Redes de gás
- Assistência técnica

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 280 Tm. 939 376 250/2
Santa Cristina do Couto Tel. 252 850 341
4780-197 Santo Tirso Fax. 252 852 751
www.andrade-andrade.com e-mail: andrade_andrade@iol.pt

ENTREVISTA

Alberto Costa faz balanço de um ano do novo mandato na Câmara Municipal de Santo Tirso

“Santo Tirso está na moda”

No primeiro ano de um novo mandato, Alberto Costa aponta a juventude, a habitação e o desenvolvimento económico como prioridades para Santo Tirso. Em entrevista ao Jornal do Ave, na futura Casa da Juventude, o presidente da Câmara Municipal traça os principais objetivos para os próximos anos, entre os quais a construção de 1200 habitações, a criação de duas novas zonas industriais, a futura variante rodoviária e o Cineteatro. O autarca aborda ainda a revisão do PDM, defende a estratégia de atração de empresas e considera urgente uma decisão sobre o futuro da gestão do Hospital de Santo Tirso. CÁTIA VELOSO



ALBERTO COSTA REITEROU QUE PRIORIDADES DO MANDATO SÃO A JUVENTUDE E A HABITAÇÃO

Jornal do Ave (JA): Estamos numa das mais recentes obras da Câmara Municipal de Santo Tirso, a Casa da Juventude.

Alberto Costa (AC): É verdade, estamos num espaço que está para ser inaugurado até o final do mês de outubro e foi uma das promessas, que vai ser agora cumprida. Estamos a falar num investimento de meio milhão de euros, porque sabemos que a nossa estratégia para este novo mandato era privilegiar a juventude e a Casa da Juventude é um primeiro passo, um espaço que queremos que seja uma casa dos e para os jovens, que será aquilo que eles quiserem.

Tem um estúdio de gravação para tocarem e gravarem músicas, um salão polivalente, salas que vão poder usar de forma mais formal ou informal para fazerem reuniões individuais ou coletivas e uma área para exposição ou outro tipo de atividades. Neste primeiro ano, tive o cuidado de ir às escolas secundárias, falar com todos os alunos do 12.º ano, com quem troquei opiniões e lembrome de alguém me perguntar se podia ver futebol na Casa da Juventude e eu respondi que a casa é vossa, vocês farão aquilo que entenderem.

JA: E dentro desta grande prioridade que elegeram durante a campanha, a Juventude, que outras propostas tem para este mandato?

AC: Algumas estão já no terreno. Desde logo as bolsas de estudo para o Ensino Superior, regular e artístico, em que aumentamos o número de 50 para 75 e aumentamos o valor limite que permite as pessoas lá chegarem, ou seja, um valor per capita de 805 euros. Pensamos que 75 bolsas serão o suficiente, mas se for necessário aumentaremos mais.

Para pessoas até aos 35 anos de idade que quiserem construir uma casa, há 20% de abateamento ou de isenção nas taxas e licenças municipais. Também a majoração do subsídio ao rendimento para os jovens já está em fase de conclusão. E depois, naquilo que é o diálogo com os jovens, que já comecei através das escolas, vou avançar agora para as associações e outras entidades juvenis para perceber que mais devemos fazer.

JA: Outra das áreas que priorizou foi a habitação. Que trabalho é que tem sido feito ao longo deste último ano?

AC: O trabalho da habitação é, como já perceberam, difícil a nível internacional, nacional e também a nível local. O que temos privilegiado é o contacto com os nossos privados e estamos a avançar e pretendemos, até o final deste mandato, ter 1200 fogos construídos em Santo Tirso, sendo que uma boa parte deles há de ser naturalmente para habitação a custos acessíveis, em conjugação com os privados.

Também já lançamos um con-

curso público para habitação, para arrendamento acessível, no Parque de Geão, onde pretendemos construir 145 fogos, esses aí por conta da Câmara. Estamos em negociação, já vamos para a quarta reunião com o ministro da Habitação, Miguel Pinto Luz, para conseguir o financiamento que nos permita que isso seja uma realidade.

JA: Mas resolverá todos os problemas de Santo Tirso?

AC: Nós gostaríamos que os resolvesse, mas também temos que ser claros e sinceros e dizer que não, por uma coisa muito simples, Santo Tirso, como eu costumo dizer, está na moda e temos chamado muitas empresas, que trazem pessoas, que, naturalmente, querem viver em Santo Tirso.

JA: São as chamadas dores de crescimento?

AC: É isso, as dores de crescimento, que chamam pessoas e qualidade para Santo Tirso e isso implica que se construa mais, mas isso é a força das circunstâncias da vida e os privados vão atrás e vão construir cada vez mais.

JA: Fruto da evolução também foi necessário fazer a revisão ao PDM. Muito se falou ao longo do último ano sobre este assunto, a oposição também ameaçou com processos em tribunal por causa das reclamações. Preocupa-o, de alguma forma, este processo?

AC: Eu nunca me vou desviar daquilo que é o foco da nossa ação. Nós tínhamos que fazer a alteração do PDM, era importante, era força da lei, para nem sequer colocarmos em causa tudo que era o investimento e o crescimento de Santo Tirso. Foi isso que fizemos. Houve discussão pública, foram atendidos todos os pedidos que nos foram colocados, todos, sem exceção, e na medida daquilo que era possível, mas ninguém ficou sem avaliação.

JA: O PSD diz que ficaram 600 respostas por responder.

AC: É a mais pura mentira. Todos foram ouvidos, todos os pedidos foram considerados. Uns foram considerados de forma positiva, outros de forma negativa, naquilo que era a discussão com a CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), que era a detentora desse poder para aprovar ou não aprovar essas alterações que eram propostas pelos privados e que nós defendemos em primeira linha, naturalmente.

JA: Este processo do PDM também decorre destas dores de crescimento de Santo Tirso, que também tem muito a ver com o grande crescimento industrial e económico do concelho. Santo Tirso ainda tem aqui muito para dar aos privados e às empresas para crescer?

AC: Nós temos, de facto, um grande desenvolvimento indus-

trial e isso tem-nos permitido crescer, com sustentabilidade e, fundamentalmente, também acabar com o desemprego, cuja média nacional é de 5,4% e em Santo Tirso é de 4%. Depois, na mão de obra qualificada, também estamos com pagamento de salários acima da média nacional, que era também um dos nossos focos, e, naturalmente, aquilo que também estamos a negociar junto das empresas, através do INVEST de Santo Tirso, é a fixação dos jovens, promovendo o emprego jovem, majorando o abateamento de impostos para as empresas.

E por que é que temos este desenvolvimento industrial em Santo Tirso? Porque baixamos o IMI para o mínimo que a lei nos permite, baixamos para o mínimo a derrama que as empresas pagam do lucro tributável e também temos isenção destes impostos, incluindo o IMT e taxas e licenças municipais sempre que consideramos projetos de interesse municipal e sobre isso é importante ressaltar que todos os projetos de habitação são projetos de interesse municipal.

Estamos a projetar duas novas grandes zonas industriais em Santo Tirso, uma entre a Zona Industrial de Fontiscos e a Zona Industrial da Ermida, numa área de 120 hectares, e outra em Guimarães, com 170 hectares.

Já na Zona Industrial da Ermida, para que as pessoas percebam o desenvolvimento dos últimos anos, foram criados 3000 novos postos de trabalho e feitos inves-

CESAE prepara centro de formação digital

O futuro centro de formação digital do CSAE, na antiga fábrica de Santo Tirso, representa um investimento de 14 milhões de euros e tem conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2027. Alberto Costa destaca o papel das parcerias e do Bairro Digital na promoção da digitalização do concelho.

ENTREVISTA

timentos na ordem dos 600 milhões de euros. Se considerarmos apenas o último ano, foram 400 postos de trabalho e 23 milhões de euros de investimento. Temos também um tecido empresarial diversificado, aquilo que era antigamente o foco apenas num setor desapareceu, continuamos com o têxtil, mas muito mais moderno, técnico, e queremos continuar a ser conhecidos por esse know-how na área, mas diversificamos de forma transversal para crescer com sustentabilidade.

JA: A Câmara Municipal abdica de muitos impostos para conseguir atrair estas empresas, acredita que o efeito já se nota em Santo Tirso?

AC: Nota-se claramente. Estes projetos de interesse municipal são para os investidores que cá estão e querem investir e para os que vêm de fora para investir, e de facto nota-se esse impacto. Temos muitas almofadas sociais que mantemos e os mais desprotegidos socialmente continuam a ter a nossa maior atenção, mas quisemos olhar também para a classe média e por isso puxamos pela média dos salários nas novas empresas, permitindo também que aqueles que têm a sua casa paguem menos IMI, a taxa mínima que é possível por lei.

E tudo isto provoca um efeito



AUTARCA QUER VER SITUAÇÃO DO HOSPITAL RESOLVIDA RAPIDAMENTE

de bola de neve e já começámos a sentir o efeito, com mais pessoas em Santo Tirso, mais habitação, mais indústrias, mais emprego, nunca colocando em risco a qualidade de vida do nosso município, com espaços verdes e eventos culturais diversificados, e gratuitos, porque a cultura também continua a ser um dos nossos focos.

JA: E por falar em cultura, durante a campanha anunciou pela primeira vez, como compromisso, a construção do Cineteatro de Santo Tirso. Houve algum desenvolvimento ao longo deste ano?

AC: Tal como disse, nunca ti-

nha prometido essa obra, prometi-a na última campanha e fica aqui o meu compromisso de que vai ser mesmo uma realidade esta nova casa, chamemos-lhe cineteatro, casa das artes, seja o que for. Neste momento, está a ser feita a revisão de um projeto antigo que existia e até final do ano contamos ter o projeto revisto, para depois avançar com a obra.

Pretendo estar aqui no próximo ano, a fazer o balanço do segundo ano e a dizer que já estamos em obra.

JA: Sobre a qualidade de vida, os serviços públicos têm um papel importante para que se efetive. O Hospital de Santo Tirso mereceria uma atenção especial para responder a este crescente interesse por parte da população de viver em Santo Tirso?

AC: Eu sempre disse que o Hospital era uma preocupação, por isso estamos em diálogo estreito e constante na tentativa de obter respostas por parte do Ministério da Saúde. O que sabemos é que era intenção do Governo transferir para a Misericórdia esta responsabilidade. O nosso foco não é o responsável pela gestão, mas sim que o Hospital continue no Serviço Nacio-

nal de Saúde, olhando para os interesses da população e de todos os profissionais que lá trabalham.

Daquilo que são as respostas, quer por parte do Ministério, quer por parte da Misericórdia, o que sabemos é que está a chegar o momento de dizerem se a Misericórdia fica, em definitivo, com a gestão do Hospital, ou se este continua com a gestão atual da Unidade Local de Saúde do Médio Ave.

A nós interessa-nos que o assunto seja resolvido o mais rapidamente possível, porque esta indecisão faz com que as pessoas e os profissionais não saibam como é que vão ser as suas vidas e também provoca que não haja investimento no próprio Hospital para fazer face às dificuldades crescentes.

Já não há tempo para esperar mais. A manter-se no Serviço Nacional de Saúde, há aqui investimentos importantes que são necessários fazer, principalmente no atual edifício. O Hospital precisa também de manter ou aumentar o número de serviços e, principalmente, de decisões no sentido de dar maior qualidade de vida.

JA: No ambiente, Santo Tirso apostou nos últimos anos em muitas obras para dar espaços verdes à população. Há mais algum investimento em vista?

AC: O Parque da Ponte de Pau, na Agrela, que resulta de um investimento de meio milhão de euros, e a ampliação do Parque do Ribeiro do Matadouro, que estamos a pensar avançar. Também já lançamos concurso público para a ligação do Parque Urbano Sara Moreira ao Parque do Verdeal, de sete quilómetros. Isto tem que ver com uma estratégia mais global, através do PERLA, um plano de estratégia que existe para a reabilitação de todas as linhas de água, em que não conta só o Ave, onde já fizemos in-

vestimento na limpeza de margens e estabilização de margens, como também o próprio Rio Leça, com projetos para fazer uma ligação pedonal e ciclável, mas ainda está em fase de projeto. Todas as linhas de água são importantes, assim como o cuidado daquilo que cai nelas, por isso é que temos feito um forte investimento na área do saneamento, com cerca de seis milhões e meio de euros que foram investidos neste último ano e só não foram mais, porque infelizmente estamos com um problema, que é geral a todas as áreas, que é lançar os concursos e estes ficarem desertos por não haver mão de obra suficiente para fazer tantas obras. Mas a nossa ideia é conseguirmos, até ao final do mandato, acabar com este problema do saneamento e do abastecimento da água.

JA: No melhoramento dos acessos às zonas ribeirinhas, concretamente entre o Parque Urbano Sara Moreira e a estação ferroviária de Santo Tirso, iniciou-se o processo de expropriação da antiga Fábrica de Malhado, uma decisão que deu muito que falar. Por que é que não foi possível um acordo com o proprietário e evitar a expropriação?

AC: Foram feitas diversas diligências e tentativas no sentido de conseguirmos um acordo. Os números eram tão díspares, que era mesmo impossível chegarmos a um acordo, então a Câmara decidiu, por unanimidade, em reunião de executivo, fazer a expropriação. Com a expropriação, queremos dizer ao proprietário que precisamos daquele espaço e que pagaremos aquilo que, legitimamente, for considerado. O Tribunal há de dizer aquilo que considera que é justo para se pagar por aquele espaço e nós, naturalmente, queremos cumprir com esse nosso desígnio, porque, fazendo parte do Estado, somos pessoas de bem e, naturalmente, pagaremos aquilo que for justo e merecido ao proprietário.

Para que fique claro a todos os munícipes, todas as aquisições feitas por parte da Câmara Municipal de Santo Tirso carecem sempre de uma avaliação feita pelos avaliadores oficiais do Tribunal e com base nessa avaliação fazemos as propostas para negociação. Felizmente, em quase todos os processos, chegamos

Admite-se

Mecânico de Máquinas (m/f)

Funções

- Manutenção reparação máquinas diesel / gasolina
- Reparação motores
- Intervenções em transmissão e sistemas hidráulicos (travões direção)
- Execução revisão manutenção preventiva e corretiva

Perfil

- Bons conhecimento pratica mecânica combustão
- Conhecimento sistema hidráulico e transmissão
- Capacidade de identificar e resolução avarias
- Responsabilidade / espírito equipa
- Carta condução B

OFERTA

- Integração sólida e experiencia no setor
- Remuneração compatível c/experiência
- Formação e acompanhamento
- Possibilidade evolução de carreira
- Possibilidade viatura da empresa
- Salário mínimo de € 1900 conforme experiência demonstrada

Contacto: 963 084 112

PUB

Saúde: 3 milhões de euros em novos investimentos

As obras do primeiro centro de diagnóstico com TAC a nível nacional, junto ao Centro de Saúde de Santo Tirso, estão em fase de conclusão. O município prevê ainda instalar uma cadeira de medicina dentária em S. Tomé de Negrelos e realizar intervenções no antigo Dispensário, em frente ao estádio do Tirsense, e no antigo Centro de Saúde de S. Martinho do Campo, num investimento global de três milhões de euros.

ENTREVISTA



ALBERTO COSTA ASSEGURA QUE OBRA PARA NOVA VARIANTE VAI AVANÇAR INDEPENDENTEMENTE DA CHEGADA DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO

a bom porto.

Mas imaginem que na avaliação de um imóvel, diziam que valia um milhão de euros e o proprietário dizia que valia dez milhões. Eu nunca me sentiria à vontade de avançar com a compra por esse preço, quando tinha uma avaliação, que era isenta, a dar-me um valor tão diferente. Por isso é que avançamos com as expropriações e depois o Tribunal dará um valor, sem querer, naturalmente, criar dano nem prejuízo a ninguém.

JA: Falamos de muitas obras realizadas e por realizar. Os fundos comunitários têm um papel muito importante na sua concretização. O PRR deu um incentivo muito grande a vários projetos em Santo Tirso e há pouco tempo foi anunciado que o concelho teve todas as candidaturas no novo quadro comunitário aprovadas. De que forma é que é possível ter estes resultados?

AC: O dinheiro vindo da Europa é muito importante e temos, por um lado, o PRR, que veio no pós-Covid para reabilitar o nosso país de uma forma geral, e que aproveitámos a 100%, mas também temos os fundos comunitários normais, agora o PT2030, e aí Santo Tirso tem conseguido resultados positivos, com muito esforço e sacrifício dos colaboradores da Câmara Municipal, a quem felicito, porque têm feito um trabalho extraordinário. No PT 2030, Santo Tirso é o município número um da Área Metropolitana do Porto na execução

dos fundos comunitários. Queremos executar ao máximo, porque o dinheiro de facto é importante para desenvolvermos os projetos que queremos e não o que os outros querem, o que nos levou a negociar com outros municípios da Área Metropolitana do Porto os cerca de 20 milhões de euros, para conseguir retirar verbas de algumas rubricas que não nos interessavam, para outras em que tínhamos interesse em investir, como a água e saneamento, onde teríamos cerca de dois milhões de euros e passámos a ter cerca de sete milhões.

E ainda existe a possibilidade de, se houver incumprimento por parte de outros municípios ou se sobrar dinheiro, irmos ao chamado overbooking buscar mais dinheiro para projetos e obras que já temos em marcha, ou que já estão concluídas, possibilitando aliviar ainda mais o nosso orçamento municipal e ter a possibilidade de aliviar impostos.

JA: Os fundos comunitários têm sido um pouco avessos a apoiar novas estradas. Sabemos também que é um objetivo seu fazer uma nova variante. Será um grande desafio concretizá-la, isto se também a Administração Central colocar aqui alguns entraves.

AC: Antes de mais, quero dizer que no último ano fizemos um investimento de seis milhões de euros em vias em todas as freguesias. Foram ainda transferidos para as juntas de freguesia 3,8 milhões de euros, neste primeiro ano de mandato, também para obras

na rede viária. Mas sim, queremos e estamos a projetar esta variante para fazer a ligação da variante que existe em Santiago da Carreira até à ligação da A41-42, permitindo aqui um rápido acesso da A3 à A7 e à A41-42.

Estamos a falar de um projeto que pretendemos que fique concluído nos próximos meses e que há de ter um investimento de cerca de 40 milhões de euros. Também não quisemos fazer de qualquer das formas e numa das primeiras reuniões com o ministro Miguel Pinto Luz, demonstramos a vontade, que depois foi concretizada num protocolo assinado entre a Câmara de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, para que essa variante fosse construída à luz das regras e melhores práticas para possibilitar o financiamento desta variante, que há de ser uma realidade e que naturalmente vai permitir duas coisas, a contínua atração das indústrias e das empresas para virem para Santo Tirso, para as novas zonas industriais e para o qual esta ligação é fundamental, e, por outro lado, aliviando aquilo que é o trânsito na Estrada Nacional 105, onde maioritariamente temos casas, habitações, permitindo uma maior e melhor qualidade de vida para estas pessoas que vivem entre Santiago da Carreira e Água Longa.

JA: Qual seria o horizonte temporal satisfatório para haver esta estrada concluída?

AC: Pretendemos ter o projeto concluído até final do ano. A obra tem que ser lançada em concur-

sos internacionais, a questão é saber se vamos ter financiamento ou não, o que garanto é que vamos avançar mesmo para a obra, ainda que seja por fases e, portanto, eu estimo que no ano de 2027 ainda consigamos ver o início.

JA: E não vai onerar a situação financeira da Câmara Municipal, se tiver de assumir todo o financiamento?

AC: Claro que há essa possibilidade e por isso é que nós temos que ter as contas saudáveis como temos, por isso é que temos de continuar à procura de financiamento de fundos comunitários para aliviar o orçamento municipal e ao fim do ano ter um superávit que nos permita avançar para estas obras todas. Avançar para o Cineteatro, que há de ficar na ordem dos 15 ou 16 milhões de euros, mas também para estes 40 milhões de euros. Se me perguntassem se avançaria com a obra de 40 milhões de euros, no imediato, bom, eu não teria dinheiro para avançar, mas se tiver financiamento sim e é isso que estou a negociar com o Governo.

JA: Mas de Lisboa vêm bons ventos, que o fazem acreditar que será possível financiamento?

AC: Sim, aquilo que tem sido o diálogo constante e permanente permite-nos acreditar que será possível obter algum financiamento. Em última instância, se não houver financiamento, a Câmara tem que ter as contas saudáveis como tem e vai avançar mesmo por conta própria.

JA: Sobre os investimentos feitos nas freguesias, falou várias vezes do reforço do apoio às juntas e, em contrapartida, os presidentes de junta manifestaram apoio ao presidente da Câmara. Este é o maior argumento que tem contra a oposição que o acusa de não investir mais nas freguesias?

AC: Eu não governo para as oposições, eu governo para as pessoas, basta olhar, ano após ano, para os orçamentos da Câmara Municipal. E sempre que há um orçamento ou relatório e contas, são sempre votados favoravelmente por todos os presidentes de junta. Tanto da cor partidária que eu presido, como de outras cores partidárias também. Aliás, esse apoio que falou é um apoio, claro, de todas as juntas de freguesia, independentemente das cores políticas, o que quer dizer é que eles estão satisfeitos com aquilo que estamos a negociar. Mas também não podemos colocar verbas em demasia nas juntas de freguesia, porque elas também têm a dificuldade em fazer as obras, tal como nós temos, por falta de mão de obra. Para além disso, quero lembrar que, naquilo que é a acusação da minha oposição, vou-vos lembrar, a oposição acusava-me de uma coisa, que era de financiar as instituições sem critério. E nós, apesar de termos critérios a escrito, através de regulamentos, para o desporto, para as IPSS, para as festas e para as próprias juntas de freguesia, para que ficasse claro quem recebe, quanto é que recebe e por que é que recebe aquele valor. Ora, aquilo que a oposição sabe é dizer para dar mais 20% (de apoio financeiro). Acusam-me de não ter critério, de não fazer estudos de impacto financeiro das medidas e depois atiram 20% para cima da mesa só porque sim, sem estudos, sem critérios. É hipocrisia política. Mas eu continuo a dizer, eu não governo para as oposições. Eu governo sempre a pensar naquilo que são os superiores interesses da minha população, nos meus compromissos assumidos e no muito mais do que há para fazer. Porque sou um amante da minha terra e um amante das minhas pessoas. Enquanto aqui estiver, esse vai ser sempre o meu foco. A minha terra, o meu povo, as minhas pessoas.

ANAFRE convoca encerramento das juntas de freguesia em novembro contra OE

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) convocou para 4 de novembro um dia de encerramento dos serviços de atendimento ao público das juntas de freguesia, em protesto contra a proposta de Orçamento do Estado para 2027 (OE2027). A associação considera que o documento apresentado pelo Governo não contempla vários compromissos assumidos com o poder local e pretende que sejam introduzidas alterações durante a discussão do orçamento na especialidade, na Assembleia da República.

A iniciativa, de âmbito nacional, prevê que as juntas aderentes encerrem ao público durante todo o dia, mantendo, contudo, os trabalhadores ao serviço para a realização de tarefas internas, em regime de backoffice. A ANAFRE esclarece que não se trata de uma greve, mas de uma ação de protesto institucional, cuja adesão depende da decisão de cada freguesia.

Entre as principais reivindicações está o aumento da participação das freguesias nos impostos do Estado, dos atuais 2,5% para 3,5% em 2027, com uma



AUTARCAS DE SANTO TIRSO ESTÃO A PREPARAR ADESÃO AO PROTESTO

progressão posterior até aos 5%. A associação reclama também a atualização das transferências financeiras, melhores condições de acesso ao crédito, o reconhecimento do direito de preferência na aquisição de imóveis e a possibilidade de todas as freguesias disporem de um eleito a tempo inteiro, financiado pelo Orçamento do Estado.

Segundo a ANAFRE, estas medidas constavam da Carta de

Compromisso Político «+Freguesias — Agir e Pensar Portugal», subscrita a 27 de janeiro de 2026 pelo PSD, PS e PCP, mas não foram incluídas na proposta orçamental entregue pelo Governo ao Parlamento.

A escolha de 4 de novembro está relacionada com o calendário de discussão do OE2027. Nesse dia, a ANAFRE será ouvida na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Públi-

ca, numa fase em que ainda poderão ser apresentadas propostas de alteração ao documento.

Santo Tirso prepara adesão ao protesto

Também no concelho de Santo Tirso está em curso a mobilização das freguesias para a iniciativa nacional. Na manhã de sábado, 17 de outubro, os presidentes das 14 juntas de freguesia do

concelho reuniram-se em Vila das Aves para analisar o protesto convocado pela ANAFRE e avaliar a adesão à jornada de encerramento.

Segundo João Carneiro, presidente da Junta de Freguesia de Rebordões e membro do Conselho Fiscal da ANAFRE, mais de metade dos presidentes presentes manifestaram desde logo a intenção de participar na iniciativa.

“A adesão no concelho poderá aumentar nos próximos dias, à medida que os executivos das freguesias tomem as respetivas decisões”, referiu.

Caso confirmem a participação, os serviços de atendimento ao público das juntas aderentes estarão encerrados no dia 4 de novembro. Os trabalhadores manter-se-ão em funções, cumprindo o horário habitual e assegurando tarefas internas.

A iniciativa pretende dar expressão nacional às reivindicações das freguesias e pressionar os decisores políticos a introduzir alterações no Orçamento do Estado para 2027, nomeadamente ao nível do financiamento e das condições de funcionamento do poder local.

Paulo Cunha participa em encontro do PPE para definir prioridades europeias até 2029

Competitividade económica, segurança e orçamento europeu estiveram entre os temas debatidos nos Study Days do Partido Popular Europeu, realizados em Taormina, Itália.

A preparação das prioridades políticas da União Europeia para os próximos anos reuniu eurodeputados do Partido Popular Europeu (PPE), entre 12 e 15 de outubro, em Taormina, Itália. Paulo Cunha, eurodeputado e chefe da Delegação do PSD no Parlamento Europeu, participou no encontro, centrado nos desafios que a União terá de enfrentar até 2029.

Os trabalhos decorreram num momento em que a competitividade da economia, a segurança, o orçamento europeu e a capaci-

dade de resposta das instituições comunitárias estão entre as matérias em discussão. Um dos pontos da agenda foi a chamada “Visão para 2029”, documento que deverá orientar as prioridades e a atuação política do PPE até ao final da atual legislatura.

Paulo Cunha considera que esta segunda metade do mandato será determinante para concretizar as orientações definidas a nível europeu. “A segunda metade da legislatura será decisiva para transformar as prioridades europeias em respostas concretas”, afirmou.

O eurodeputado defendeu ainda que as decisões comunitárias devem produzir efeitos junto da população e da economia, subli-



PAULO CUNHA É EURODEPUTADO

nhando a necessidade de “garantir que as decisões tomadas na Europa chegam às empresas, às famílias e aos territórios e contribuem verdadeiramente para resolver os problemas que enfrentam”.

O encontro contou também com a presença da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, da presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e do presidente do Grupo PPE, Manfred Weber. Para além das sessões conjuntas, os participantes reuniram-se em grupos de trabalho para debater as prioridades políticas do grupo parlamentar.

Na perspetiva de Paulo Cunha, a cooperação entre os Estados-

-membros é essencial para responder aos desafios europeus. “Os desafios que temos pela frente não podem ser resolvidos por cada país de forma isolada”, salientou.

O eurodeputado acrescentou que estes encontros permitem “construir respostas comuns e garantir que Portugal participa desde o início nas decisões que vão marcar o futuro da Europa”.

Os Study Days tiveram, assim, como objetivo preparar a atuação do maior grupo político do Parlamento Europeu para a segunda metade da legislatura, num período em que serão definidas orientações com impacto nas políticas e prioridades da União Europeia até 2029.

ATUALIDADE

Novo PDM de Famalicão prevê capacidade para mais 78 mil casas

A proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Famalicão prevê um aumento de 12% do solo urbano, passando a abranger 8252 hectares, e reforça as áreas destinadas à habitação e à instalação de empresas. O documento, que estabelece as orientações para o ordenamento do território na próxima década, vai ser submetido à votação do executivo municipal esta quinta-feira, 22 de outubro, antes de seguir para a Assembleia Municipal.

Na versão final, a área destinada à habitação passa a totalizar 6855 hectares, mais 843 hectares do que no PDM de 2015. Deste total, 5056 hectares correspondem à área consolidada e 1799 hectares a área disponível. Segundo as estimativas apresentadas pela Câmara Municipal, esta última permite perspetivar a construção de mais de 78 mil fogos habitacionais, com capacidade potencial para acolher cerca de 236 mil habitantes.

O reforço das áreas residenciais surge acompanhado pelo aumento dos espaços destinados a atividades económicas. A proposta contempla 1179 hectares para novas áreas de acolhimento empresarial, mais 150 hectares do que os 1029 previstos na



AUTARCA RECONHECE QUE É PRECISO ADEQUAR PDM À ATUAL REALIDADE versão de 2015. Estes espaços representam 14% do solo urbano e 6% do território do concelho.

O presidente da Câmara Municipal, Mário Passos, considera que a revisão acompanha a evolução do município. “Há uma clara e necessária adequação do plano ao crescimento económico e demográfico que temos verificado no concelho”, afirma.

O autarca sustenta ainda que a versão final procura responder às necessidades de habitação

e criar condições para captar investimento e emprego. “Garante tudo isto com uma adequada infraestruturação e com algo que é muito importante que é a preservação do património natural de Vila Nova de Famalicão”, refere, salientando que 59% do território mantém a classificação de solo rústico.

Mais de 1900 participações analisadas

A proposta final incorpora al-

terações resultantes das participações recebidas ao longo do processo de revisão do PDM, desenvolvido entre 2019 e 2024, incluindo as que foram apresentadas durante o período de discussão pública.

No total, foram analisadas mais de 1900 participações, sobretudo relacionadas com as plantas de ordenamento e de condicionantes, nomeadamente pedidos para reclassificar áreas inicialmente propostas como solo rústico, passando-as a solo urbano.

De acordo com os dados divulgados pela autarquia, 40% das participações obtiveram parecer favorável ou parcialmente favorável. As restantes receberam parecer desfavorável, na sequência da apreciação das entidades externas ou por incompatibilidade com os objetivos estratégicos e o modelo territorial e de ocupação do solo previsto na proposta.

Mário Passos reconhece a complexidade do processo, considerando que “o elevado número de participações e de matérias a tratar e o elevado número de entidades que tiveram que se pronunciar sobre a proposta, tornaram a fase de ponderação num exercício de elevada com-

plexidade jurídica e técnica”.

O presidente da Câmara acrescenta que “as participações acolhidas trouxeram algumas alterações ao plano inicialmente sujeito a discussão pública”.

A reunião do executivo municipal desta quinta-feira contempla, assim, a votação da submissão da proposta final da segunda revisão do PDM à Assembleia Municipal e a aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

Novas ligações rodoviárias previstas

O documento integra também propostas de melhoria das acessibilidades e da mobilidade, tendo em conta o crescimento previsto para o concelho.

Entre as intervenções identificadas estão a criação de um novo nó na A7, com ligação a Fradelos e à zona industrial de Sam, em Ribeirão, bem como a ligação da EM 571-1 ao nó de Cruz da A3.

Estão ainda previstas ligações da Variante Nascente à EN204 e da EN204 à ER206, além de melhorias nos acessos ao futuro interface ferroviário de mercadorias em Lousado e à nova ponte sobre o rio Ave, concebida como alternativa à Ponte da Lagoncinha.

Câmara atribui 45 mil euros à Cruz Vermelha de Ribeirão para obras

A Cruz Vermelha de Ribeirão vai beneficiar de obras de requalificação num pavilhão com cerca de 900 metros quadrados, na sequência de um apoio de 45 mil euros aprovado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

A intervenção abrange o espaço coberto contíguo às instalações principais do núcleo e pretende melhorar as condições de utilização da infraestrutura, que poderá acolher iniciativas comunitárias, incluindo eventos solidários, e dar resposta às necessidades da população.

Além do apoio destinado às obras, a instituição recebeu também a verba habitual de 10.500 euros, correspondente ao quar-

to trimestre de 2026, para assegurar o funcionamento e a atividade geral.

Mário Passos, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, destaca a importância do investimento nas instituições locais. “Apoiar as nossas instituições e dotá-las de espaços com melhores condições é investir diretamente no bem-estar da comunidade, reconhecendo e valorizando o trabalho inestimável que estas equipas realizam diariamente no terreno”, afirmou.

A mesma reunião do executivo municipal aprovou verbas destinadas às três corporações de bombeiros do concelho. Cada uma vai receber 22.500 euros,

num apoio destinado a contribuir para o equilíbrio orçamental e para a manutenção da atividade geral.

Foi ainda aprovada uma participação financeira até 132 mil euros para assegurar a continuidade da prontidão do socorro e o funcionamento operacional das Equipas de Intervenção Permanente (EIP).

Este montante será repartido equitativamente pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão, pelos Bombeiros Voluntários Famalicensenses e pelos Bombeiros Voluntários de Riba de Ave.

Segundo os dados divulgados pela autarquia, os apoios muni-



APOIO SERVIRÁ PARA MELHORAR CONDIÇÕES DE ESPAÇO COBERTO

cipais atribuídos às forças de socorro e salvamento ascendem já a cerca de um milhão de euros em 2026.

Escola da Ponte assinala 50 anos e reivindica mais espaço e contrato de autonomia

Projeto educativo de referência, sediado em S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, continua a atrair famílias, mas enfrenta limitações de espaço. Município está em negociações com o Governo para viabilizar a ampliação, enquanto a escola reclama um novo contrato de autonomia.

A capacidade de resposta às famílias que procuram a Escola da Ponte é um dos principais desafios que marcam os 50 anos deste projeto educativo, assinalados numa cerimónia que reuniu alunos, docentes, funcionários e famílias.

Localizada paredes-meias com a Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, a Ponte tem-se distinguido por um modelo educativo que coloca os alunos no centro da aprendizagem, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a participação cívica. Meio século depois do início do projeto, a gestora, Alexandra Ferreira, considera que os princípios que orientam a escola continuam atuais, “tendo em conta o mundo que temos e tendo em conta o que é exigido hoje em dia aos jovens quando vão para o mundo de trabalho”, afirmou, complementando a importância de formar cidadãos interventivos, capazes de defender os valores do respeito, da solidariedade e da cidadania.

Também presente nas come-

morações, Alberto Costa destacou o percurso da escola, que começou há 50 anos com José Pacheco e restante equipa. Para o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, a afirmação deste modelo exigiu “muita coragem e determinação para fazer diferente”, assim como persistência na defesa do projeto ao longo das últimas cinco décadas.

O autarca salientou ainda a importância da autonomia dos alunos na definição do seu percurso académico, considerando que esta característica contribui para a identidade diferenciadora da escola.

Falta de espaço condiciona crescimento

A procura pela Escola da Ponte tem colocado pressão sobre as instalações existentes, que não permitem acolher todos os alunos interessados. Alexandra Ferreira considera que a escola precisa de melhores condições físicas, seja através da ampliação dos espaços atuais ou da construção de novas instalações.

A responsável adiantou que, caso o projeto de crescimento se concretize, a escola poderá vir a ultrapassar os 600 alunos, com a duplicação progressiva do número de grupos e a abertura de duas salas de pré-escolar nos próximos anos.

A Câmara Municipal de Santo Tirso manifesta disponibi-



ALUNOS CANTARAM O HINO DA ESCOLA EM DIA DE FESTA

dade para apoiar este processo. Alberto Costa garantiu que o município está em negociações com o Governo para encontrar uma solução que permita concretizar a ampliação, defendendo que o reconhecimento do projeto deve traduzir-se em medidas concretas.

O autarca reconheceu que a concretização da intervenção depende também da disponibilização de financiamento por parte do Governo. “Há sensibilidade para este projeto”, considerou, acrescentando que o objetivo passa agora por avançar para a fase de concretização.

Novo contrato de autonomia é outra prioridade

Além das instalações, a Esco-

la da Ponte procura garantir estabilidade para dar continuidade ao seu modelo educativo. Alexandra Ferreira apontou a necessidade de um novo contrato de autonomia que salvaguarde a especificidade do projeto e permita assegurar uma equipa educativa coesa.

A gestora explicou que o processo negocial com a tutela decorre num contexto de dificuldades associadas à reorganização da agência responsável pela área, mas referiu que têm existido contactos para encontrar uma solução. Segundo a responsável, a estabilidade proporcionada por um novo contrato permitiria à escola concentrar-se no trabalho educativo e no acompanhamento dos alunos, sem ter de enfrentar sucessivamente a incer-

teza quanto à manutenção das condições necessárias ao funcionamento do projeto.

Apesar das dificuldades, Alexandra Ferreira mantém a confiança na concretização de uma solução. “Na Escola da Ponte nada é fácil. Continuamos a acreditar que vamos conseguir”, afirmou.

Questionada sobre o papel da Escola da Ponte na educação em Portugal, Alexandra Ferreira salientou que o modelo não tem necessariamente de ser replicado de forma integral, mas pode servir de referência a outras comunidades educativas. Na sua perspetiva, cada escola deve encontrar as soluções mais adequadas à sua realidade, mantendo uma atitude de reflexão e melhoria contínua.

78 instituições distinguidas na educação ambiental em Famalicão

Setenta e oito instituições de Vila Nova de Famalicão foram distinguidas com o Galardão Eco-Escolas 2026, numa iniciativa que reconhece o trabalho desenvolvido na área da educação ambiental e da sustentabilidade. Entre as entidades galardoadas estão 68 escolas da rede pública e outras 10 instituições do concelho.

A distinção foi atribuída pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), durante uma cerimónia realizada a 8 de outubro, na Academia da Força Aérea, em Sintra. Segundo

a informação divulgada pelo município famalicense, o reconhecimento teve em conta o “esforço e empenho em envolver ativamente e com sucesso” as escolas públicas no programa Eco-Escolas.

Além das distinções atribuídas às instituições de ensino, os sete agrupamentos de escolas de Famalicão conquistaram o galardão Eco-Agrupamento, que valoriza o trabalho desenvolvido no âmbito do ambiente, da sustentabilidade e da cidadania ativa.

O presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Mário Passos, associou o reco-



MUNICÍPIO RECONHECIDO PELA ABAAE

nhecimento ao envolvimento da comunidade educativa e das fa-

mílias. “Este galardão representa o empenho de toda a comunida-

de educativa e das nossas famílias na proteção do ambiente, na adoção de hábitos mais sustentáveis e na formação de cidadãos conscientes e responsáveis”, afirmou.

O programa Eco-Escolas é uma iniciativa de educação para o desenvolvimento sustentável que procura incentivar hábitos de participação e cidadania, promovendo soluções para melhorar a qualidade de vida nas escolas e nas comunidades envolventes.

No ano em que assinala 30 anos, o programa está implementado em mais de 2250 escolas em Portugal.

ATUALIDADE

Santo Tirso investe meio milhão de euros no Parque da Ponte de Pau

A Câmara Municipal de Santo Tirso está a investir cerca de 500 mil euros na construção do Parque Ribeirinho Ponte de Pau, na freguesia da Agrela. A intervenção abrange uma área de 1,2 hectares junto ao Rio Leça e tem como objetivo requalificar o espaço envolvente, criando uma nova zona de lazer e contacto com a natureza.

O projeto pretende valorizar o património natural do concelho e melhorar as condições de utilização do espaço público. Segundo o presidente da autarquia, Alberto Costa, a intenção passa por proporcionar à população melhores condições para usufruir do Rio Leça e da sua envolvente, conciliando o lazer com a proteção ambiental.

Entre as intervenções previstas estão a criação de percursos pedonais, zonas de descanso, instalação de mobiliário urbano, construção de instalações sanitárias e disponibilização de estacionamento. Estas infraestruturas deverão permitir uma utilização mais cómoda e aces-



INVESTIMENTO RONDA OS 500 MIL EUROS

sível da área ribeirinha.

A componente ambiental assume também um papel central na intervenção. Os trabalhos incluem a recuperação das margens do Rio Leça, a remoção de espécies invasoras e a plantação de vegetação autóctone, medidas destinadas a contribuir para a preservação da biodiversidade local.

Alberto Costa destaca a importância de recuperar a vege-

tação característica da região e proteger os valores naturais do concelho, sublinhando a necessidade de cuidar das margens do rio.

Com este investimento, a autarquia pretende conjugar a requalificação do espaço público com a valorização ambiental, criando na Agrela um novo espaço de lazer para a população, em maior proximidade com o Rio Leça.

Especialistas debatem restauro da natureza e perda de biodiversidade em Riba de Ave

A importância de recuperar ecossistemas e de encontrar respostas para a perda de biodiversidade vai estar em debate a 7 de novembro, no Teatro Narciso Ferreira, em Riba de Ave, no âmbito da 4.ª conferência “Ambientar-se”, promovida pelo Município de Vila Nova de Famalicão.

A iniciativa reúne especialistas ligados à conservação da biodiversidade, à ecologia e ao restauro de ecossistemas, propondo uma reflexão sobre a regeneração da natureza, tanto em territórios rurais e florestais como nos espaços urbanos.

O programa começa durante a manhã, com uma visita guiada à Azenha Velha, em Riba de Ave, organizada pela H2Ave – Associação Movimento Cívico para a Dinamização e Valorização do Vale do Ave. A atividade pretende dar a conhecer o trabalho de restauro realizado junto às mar-

gens do rio Ave. A concentração dos participantes está marcada para as 09h30, na estação rodoviária de Vila Nova de Famalicão.

A conferência tem início às 13h45, no Teatro Narciso Ferreira, com um primeiro painel dedicado ao restauro da natureza em áreas rurais e florestais. A sessão será introduzida pela H2Ave e contará com as intervenções de Fernando Gil Teixeira, especialista em comunicação de natureza e turismo em contexto selvagem, e de José Pereira, biólogo e presidente da direção da Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural.

Já a partir das 17h00, o segundo painel abordará o papel das cidades na promoção da biodiversidade e na integração da natureza nos espaços urbanos. A Associação Famalicão em Transição fará a introdução ao tema, seguindo-se as intervenções de Hele-

na Freitas, professora catedrática da Universidade de Coimbra, investigadora na área da ecologia e biodiversidade e diretora do Parque de Serralves, e de Paulo Fariña Marques, professor associado de Arquitetura Paisagista na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e diretor do Jardim Botânico da Universidade do Porto. A conversa será moderada pela jornalista Cátia Vilaça.

A 4.ª edição do “Ambientar-se” é promovida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em parceria com associações ambientais do concelho e com a colaboração da Associação Vimarense de Ecologia (AVE).

A participação é gratuita, mas requer inscrição prévia, que pode ser feita através do endereço de correio eletrónico parquedadevesa@famalicao.pt ou do formulário disponível em www.parquedadevesa.com.



Novo Santuário da Beata Alexandrina abre portas

Balasar, na Póvoa de Varzim, conta com um novo espaço de culto dedicado à Beata Alexandrina. A abertura do Santuário Eucarístico ficou marcada, a 10 de outubro, pela trasladação dos restos mortais de Alexandrina Maria da Costa para o novo templo, cuja inauguração decorreu no dia seguinte, concretizando um projeto que começou a ganhar forma em 2004.

Com capacidade para acolher 1800 pessoas sentadas, o santuário pretende dar resposta à procura de fiéis que chegam à freguesia, oriundos de diferentes pontos de Portugal e do estrangeiro, atraídos pela história e pela espiritualidade da beata.

A necessidade de construir um novo espaço surgiu em 2004, durante a beatificação de Alexandrina Maria da Costa, quando a afluência de pessoas evidenciou as limitações existentes. O projeto ganhou novo impulso a partir de 2010, com a nomeação do monsenhor Casado Neiva, que passou a dedicar-se inteiramente ao santuário, mantendo-se como reitor.

Na cerimónia de inauguração, D. José Cordeiro, arcebispo metropolitano de Braga, destacou o significado do novo templo para a comunidade de Balasar e para a Igreja. O responsável religioso sublinhou a importância da centralidade da Eucaristia na vida da beata e na conceção do espaço, cuja arquitetura e elementos artísticos procuram traduzir essa dimensão espiritual.

A campa da Beata Alexandrina encontra-se agora voltada para o sacrário, numa disposição que, segundo o arcebispo, pretende recordar a importância de Cristo e da mensagem do Evangelho. D. José Cordeiro considera que o

testemunho de Alexandrina continua a ter relevância na sociedade atual, marcada por conflitos e desafios.

“A Alexandrina, que é tão ou mais conhecida fora de Portugal do que em Portugal, e concretamente aqui em Balasar e na arquidiocese, já é uma luminária, já é uma luz no mundo”, afirmou.

O arcebispo destacou ainda a influência da beata junto de pessoas que, ao longo dos anos, procuraram os seus conselhos e orientação espiritual. A sua mensagem, considera, continua a inspirar fiéis de diferentes países, reforçando a importância de Balasar enquanto lugar de peregrinação.

A abertura do novo santuário coloca também em evidência a necessidade de melhorar as acessibilidades à freguesia. D. José Cordeiro apelou a uma maior atenção das autoridades para a ligação entre o nó da autoestrada de Fradelos e Balasar, defendendo que a melhoria dos acessos poderá facilitar a chegada dos peregrinos.

Alexandrina Maria da Costa morreu a 13 de outubro de 1955, depois de uma vida marcada pela devoção religiosa e por longos anos acamada. Foi beatificada em 2004 pelo Papa João Paulo II e aguarda a canonização. A sua festa litúrgica celebra-se a 13 de outubro, data da sua morte e coincidente com o aniversário da última aparição de Nossa Senhora em Fátima.

Com a abertura do novo santuário, Balasar passa a dispor de um espaço de maior dimensão para acolher os devotos da Beata Alexandrina, num projeto que procura preservar e divulgar o seu legado espiritual.

Desde 2023

Famalicão regista 678 processos por viaturas abandonadas

A Polícia Municipal de Famalicão tem vindo a intensificar a intervenção sobre viaturas abandonadas na via pública, com 678 processos registados desde 2023. Os dados disponibilizados pelo município mostram uma subida anual do número de casos identificados no concelho.

Em 2023 foram abertos 144 processos, valor que passou para 161 no ano seguinte. Em 2025, a Polícia Municipal contabilizou 180 casos e, até ao início de setembro deste ano, já tinham sido registados 193 processos. Neste último período, foram notificados 181 proprietários.

Para efeitos da intervenção das autoridades municipais, são consideradas abandonadas as viaturas que permanecem estacionadas no mesmo local da via pública durante 30 dias de forma ininterrupta.

O vereador da Segurança e Fiscalização do Município de Famalicão, Hélder Fernandes, enquadra a atuação da autarquia no cumprimento das regras aplicáveis. “O grande objetivo e a estratégia do município é, desde logo, cumprir a lei”, afirma.

O responsável acrescenta que a autarquia pretende “manter o espaço público livre para que as pessoas possam usufruir dele”, apontando ainda os possíveis impactos das viaturas abandonadas. “Os carros abandonados na via pública são um obstáculo”, refere, podendo ter consequências em “questões de segurança rodoviária e de circulação pedonal”, assim como nas vertentes “ambiental e de salubridade”.

A intervenção começa no local, com a confirmação da situação e o respetivo registo fotográfico. Segue-se a consulta da base de dados do registo automóvel, com o objetivo de identificar o proprietário e tentar estabelecer contacto.

“Em primeiro lugar procuramos saber quem é o proprietário e chegar até ele. Tentamos, dessa forma, que alguns problemas se resolvam e, de facto, uma parte significativa consegue-se nesses primeiros tempos”, explica António Magalhães, comandante da Polícia Municipal.

Este contacto nem sempre é simples. Segundo o responsável, a alteração de moradas ou a mudança dos proprietários para ou-



ESTE ANO, JÁ FORAM REGISTADOS CERCA DE 200 PROCESSOS

tras cidades ou países pode dificultar a localização.

Quando não é possível contactar diretamente o proprietário, é colocado um dístico autocolante na viatura. A partir desse momento, é concedido um prazo de 10 dias úteis para que o veículo seja retirado voluntariamente.

Se a remoção não acontecer

dentro desse período, a Polícia Municipal procede ao reboque da viatura para o parque das oficinas gerais do município. É então iniciado o processo formal para que o veículo possa passar para o domínio municipal, procedimento que implica novas notificações e o cumprimento de diferentes trâmites

burocráticos.

Depois de concluídas as notificações e desde que não existam impedimentos legais ou ónus, os veículos são encaminhados para hasta pública, com a venda destinada exclusivamente a abate.

Município aconselha recorrer a empresas certificadas

Perante veículos em fim de vida que os proprietários já não pretendam manter, António Magalhães deixa uma recomendação. “É possível a qualquer proprietário consultar uma empresa certificada no abate de viaturas e ela própria tratará do processo sem qualquer custo”, explica o comandante da Polícia Municipal.

Os casos de viaturas abandonadas podem ser comunicados pelos cidadãos através da plataforma B-Smart, do endereço de correio eletrónico ou do telefone 252 320 100.

As ocorrências podem também ser sinalizadas pelas juntas de freguesia, PSP e GNR ou identificadas diretamente pelas equipas da Polícia Municipal durante o patrulhamento.

Nove homens detidos por tráfico de droga

Nove homens, com idades compreendidas entre os 24 e os 46 anos, foram detidos durante uma operação da Guarda Nacional Republicana (GNR), realizada na noite de 14 de outubro, no âmbito de uma investigação por tráfico de estupefacientes que decorria há cerca de dois anos.

A operação foi conduzida pelos militares do Destacamento Territorial de Santo Tirso, e envolveu a realização de dez buscas domiciliárias e dez buscas não domiciliárias nos distritos do Porto e de Braga.

No decorrer das diligências, as autoridades apreenderam milhares de doses de diferentes substâncias estupefacientes, nomeadamente 42 mil doses de canábis resina, 7500 doses de cocaína, oito mil doses de heroína e 440 doses de liamba.

Além da droga, foram apreendidos cinco mil euros em numário, seis balanças, quatro viaturas e oito telemóveis.

A operação permitiu ainda a apreensão de cinco armas de fogo - uma shotgun de calibre 12, uma arma de calibre 6,35

mm, um revólver, uma caçadeira e uma arma de fogo transformada -, bem como 81 munições. Foi também recuperado um motociclo furtado.

A ação contou com o apoio de diversos postos territoriais do Destacamento de Santo Tirso, do Destacamento de Intervenção do Porto e das Secções de Informações e Investigação Criminal dos comandos territoriais do Porto, Braga, Aveiro e Viana do Castelo.

Participaram igualmente elementos do Grupo de Intervenção de Ordem Pública de Pena-



FORAM DETIDAS NOVE PESSOAS

fel, da Unidade de Intervenção da GNR, e da Polícia de Segurança Pública de Braga.

Os factos foram remetidos ao Tribunal de Instrução Criminal de Matosinhos.

Três detidos por suspeita de tráfico de droga em Famalicão

A PSP deteve, a 13 de outubro, em Vila Nova de Famalicão, dois homens e uma mulher, com idades entre os 40 e 50 anos, por suspeita de tráfico de droga, foi hoje revelado.

No cumprimento de um mandado de detenção fora de flagrante delito, bem como em buscas domiciliárias e não domiciliárias, os agentes da PSP apreenderam 64 doses de cocaína, 26

de heroína, duas viaturas, uma balança de precisão e dois telemóveis.

Presentes a tribunal, dois dos detidos, um dos homens e a mulher, ficaram em prisão preventi-

va, nos estabelecimentos prisionais de Braga e de Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos, respetivamente, revelou à Lusa fonte da PSP de Braga.

O terceiro, de 50 anos, ficou

sujeito a apresentações semanais na esquadra da sua área de residência, lê-se ainda no comunicado.

ATUALIDADE

Mais de 500 mil euros em obras na freguesia de Água Longa

A Rua Professor José da Silva Areal foi um dos pontos visitados pelo presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa, durante uma deslocação de trabalho a Água Longa, numa visita que permitiu acompanhar intervenções realizadas e em curso, bem como identificar novas necessidades da freguesia.

A deslocação contou com a presença de José Carlos Conde, presidente da Junta de Freguesia de Água Longa, e de Marco Cunha, vereador da autarquia tirsense, e abrangeu um conjunto de obras cujo investimento municipal ultrapassa os 500 mil euros.

A Rua Professor José da Silva Areal tem um significado particular no âmbito do Plano Municipal de Obras nas Freguesias, por ter sido a primeira intervenção concluída ao abrigo deste programa, previsto no programa eleitoral de 2025.

“Assumimos um compromisso com as freguesias e queremos que esse compromisso seja visível no território”, afirmou Al-



PARA 2027, ESTÁ PREVISTO INVESTIMENTO DE 131 MIL EUROS EM ÁGUA LONGA

berto Costa, acrescentando que a conclusão desta obra demonstra que as prioridades definidas estão a passar à execução.

Entre as intervenções acompanhadas esteve também a requalificação da Rua de Santo Antó-

nio, da Rua dos Lameirões e da Rua Ponte do Arquinho. Promovida diretamente pelo Município, esta empreitada representou um investimento de cerca de 444 mil euros e abrangeu aproximadamente 1,15 quilómetros de ar-

ruamentos.

O percurso incluiu ainda a requalificação de um troço da Rua do Pousão, a eletrificação e pavimentação do acesso ao parque de jogos do Centro Recreativo e Popular da Juventude de Água Lon-

ga e a instalação de drenagem de águas pluviais num troço da Rua de São Roque.

Mais 131 mil euros previstos para 2027

A intervenção municipal na freguesia deverá prosseguir no próximo ano. De acordo com a informação divulgada pela autarquia, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2027 contemplam cerca de 131 mil euros destinados a Água Longa.

Deste montante, aproximadamente 12 mil euros destinam-se às delegações de competências, 19 mil euros ao reforço de capital e 100 mil euros à intervenção em ruas em terra.

Alberto Costa defendeu que o acompanhamento das obras deve ser articulado com a identificação das necessidades locais. “Uma política de proximidade faz-se no terreno, acompanhando aquilo que está a ser feito, mas também ouvindo as necessidades que continuam a existir”, referiu o presidente da Câmara Municipal.

700 mil euros para requalificar EM 513 em Roriz

A Câmara Municipal de Santo Tirso está a investir cerca de 700 mil euros na requalificação da Estrada Municipal 513 (EM 513), na freguesia de Roriz. A intervenção, centrada na Rua Santa Maria de Negrelos, visa melhorar as condições de circulação e reforçar a segurança rodoviária.

A empreitada inclui trabalhos de conservação do pavimento da faixa de rodagem, a reformulação do sistema de drenagem e a instalação de sinalização vertical, além da execução da respetiva marcação rodoviária.

A EM 513 assegura a ligação entre Roriz e S. Martinho do Campo, assumindo um papel relevante na mobilidade local. Por esse motivo, o município enquadra esta intervenção na estratégia de manutenção e qualificação da rede viária concelhia.

Citado pela autarquia, o presi-



EM 513 ASSEGURA LIGAÇÃO ENTRE RORIZ E S. MARTINHO DO CAMPO

dente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa, salienta a importância da via para as deslocações locais e considera que a sua conservação é essencial para garantir melhores condições de circulação e segurança.

O autarca defende ainda que a manutenção da rede rodoviária deve ser encarada como um in-

vestimento contínuo, permitindo prevenir problemas e preservar as infraestruturas municipais.

Com um investimento de aproximadamente 700 mil euros, a intervenção pretende melhorar as condições de utilização da EM 513, numa zona de ligação entre duas freguesias do concelho.

Santo Tirso investe 300 mil euros em Fontiscos

A ligação entre Fontiscos, a zona empresarial e a área comercial envolvente está a ser alvo de uma intervenção de beneficiação na Rua Bernardino Alves Barbosa Santarém, em Santo Tirso, que representa um investimento municipal de cerca de 300 mil euros.

A obra pretende melhorar as condições de circulação automóvel e pedonal, bem como reforçar a segurança rodoviária numa via que estabelece ligação à Estrada Municipal 104, à variante à Estrada Nacional 104 e à autoestrada A3.

Os trabalhos incluem a renovação do pavimento, a reorganização dos espaços destinados à circulação de veículos e peões e a melhoria do sistema de drenagem de águas pluviais.

Segundo Alberto Costa, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, a intervenção pre-



tende responder à importância daquela via para a mobilidade local e para o acesso às atividades económicas da zona. “Esta obra permite melhorar as acessibilidades a uma área empresarial e comercial relevante, reforçando as condições de circulação e segurança e contribuindo para a dinâmica económica daquela zona”, afirmou.

galp
energia

Nova Loja Galp Gás & Power

DINCOGÁS

À procura de mais energia?

Porque cada casa é diferente, a Galp dispõe de alternativas energéticas

Gás de garrafa

Conheça a Pluma a 1.ª garrafa inteligente do mercado, que lhe apresenta o nível de gás e o histórico de consumos.

Painéis solares

Chegou o momento de apostar na energia solar e investir num futuro mais sustentável.

Carregadores elétricos

Carregue o seu carro com conforto e poupança, dentro e fora de casa.

Grelhador Minicookspot

Desfrute de bons momentos ao ar livre com o grelhador portátil Minicookspot.

Aquecedores de interior

O quentinho do seu lar faz-se sentir com as soluções de aquecimento da Galp.

Aquecedores de exterior

Usufria do seu espaço exterior com o maior conforto.

Facilidade

Simplicidade

Flexibilidade

Poupança

Aderir à Galp é rápido e fácil. E, se tiver dúvidas damos-lhe todo o apoio que precisa

Uma só fatura com todos os serviços contratados? Não podia ser mais simples.

Aqui tem várias opções para escolher o plano que lhe serve como uma luva.

Ganhe descontos para poupar na sua fatura, no combustível ou nas suas compras com o Cartão Continente.

Energia para a sua vida

Conheça os serviços e soluções que tornam os seus dias mais descansados e a sua vida melhor.

T. 916 723 504 · 924 325 258 · 252 418 127

Rua Infante D. Henrique, 290 Trofa

lojadincogastrofa@gmail.com



Voluntários já recuperaram 16 habitações em Famalicão

Uma casa de banho construída de raiz, uma cozinha equipada e a substituição de portas e janelas marcaram a intervenção realizada pela associação Just a Change na habitação de dois irmãos, em Mogege, Vila Nova de Famalicão. A obra, desenvolvida ao longo de cerca de duas semanas, integra o trabalho que a associação realiza no concelho desde 2023, com o apoio do município, e que já permitiu recuperar 16 habitações de famílias carenciadas.

A intervenção incluiu ainda o revestimento da fachada e a aplicação de isolamento no interior da casa. Os trabalhos procuraram melhorar as condições de habitabilidade dos dois irmãos, que necessitam de cuidados acrescidos e contam com o apoio da irmã, Dolores. “A casa ficou muito boa e nem parece a mesma”, afirmou a mulher, satisfeita com o resultado da intervenção.

João Lopes, diretor do Campo de Famação da Just a Change, explicou que a confiança da família foi crescendo à medida que a obra avançava. “Quando começaram a ver as paredes a serem construídas, sentiram logo outra confiança conosco”, referiu.

O responsável salientou que o trabalho da associação vai além das obras nas habitações, defendendo que o objetivo “não é apenas reconstruir casas, mas também reconstruir a vida das pessoas que vivem nestes cenários”.

A cooperação com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão foi também destacada por João Lopes, que apontou “a proximidade e a agilidade na resolução de problemas, sem constrangimentos burocráticos” como aspetos positivos da parceria.

Desde 2023, o município atribuiu 110 mil euros para apoiar o trabalho da associação no concelho. Só em 2026, cinco fa-

mílias beneficiaram das intervenções, num balanço global de 16 habitações recuperadas entre 2023 e 2026.

Numa visita à casa intervencionada, acompanhado pelo presidente da Junta de Freguesia de Mogege, Manuel Serafim, o presidente da Câmara Municipal, Mário Passos, reafirmou o compromisso municipal com o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade.

“A erradicação da pobreza é um compromisso do qual não prescindimos em Fama-lição”, afirmou o autarca, acrescentando que a colaboração com associações e juntas de freguesia permite “chegar onde o apoio é mais urgente”, contribuindo para melhorar as condições das habitações e proporcionar “dignidade, segurança e esperança às famílias”.

As famílias e as habitações abrangidas pelas intervenções são previamente identificadas pelos serviços municipais, em articulação com as juntas de freguesia.

Programa Casa Feliz apoia obras em habitações degradadas

Além da colaboração com a Just a Change, o município dispõe do programa Casa Feliz, que prevê apoios financeiros para obras de conservação, reparação e beneficiação de habitações degradadas.

O programa contempla também intervenções destinadas ao aumento das habitações, à conclusão de obras pendentes e à melhoria das condições de acessibilidade para pessoas com dificuldades motoras.

As candidaturas podem ser apresentadas durante todo o ano no Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal, através da entrega do formulário disponível no portal www.famalicao.pt, acompanhado dos documentos necessários.

ATUALIDADE

Espaço do Cidadão abre na Junta de Freguesia de Rebordões

Tratar de diferentes assuntos administrativos sem ter de sair de Rebordões é agora possível num único local. O Município de Santo Tirso inaugurou o Espaço do Cidadão de Rebordões, instalado no edifício da Junta de Freguesia, num investimento municipal de cerca de 95 mil euros.

O novo serviço reúne diferentes respostas de atendimento, permitindo à população tratar de assuntos relacionados com transportes e refeições escolares, ação social escolar, licenças, limpeza de terrenos, recolha de resíduos, tarifário social da água, sinalização e toponímia.

Ao atendimento municipal juntam-se ainda os serviços dos CTT e o atendimento regular da secretaria da Junta de Freguesia, concentrando diferentes serviços públicos no mesmo espaço.

Na inauguração, o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa, apontou a abertura do equipamento como uma forma de reforçar a proximidade entre os serviços públicos e a população. Para o autarca, trata-se de “uma opção política muito clara: aproximar os serviços públicos das pessoas e garantir maior proximidade em todo o território”.

Alberto Costa considera ainda



DIVERSOS SERVIÇOS NO MESMO LOCAL

que Rebordões passa a dispor de “uma resposta concreta” às necessidades da população.

Também o presidente da Junta de Freguesia de Rebordões, João Carneiro, destacou a importância da concentração dos serviços. Segundo o autarca, a estratégia de proximidade “não é um ato formal”, mas “uma forma concreta, direta e eficaz de facilitar a vida à nossa população”.

João Carneiro defendeu igualmente que “cada vez mais, as

juntas de freguesia e as câmaras municipais têm de estar verdadeiramente ao serviço das pessoas”, associando a proximidade dos serviços à simplificação do quotidiano dos cidadãos.

A abertura do equipamento enquadra-se numa estratégia de cooperação entre o Município e as Juntas de Freguesia. Alberto Costa afirmou que “é assim que entendemos o poder local: próximo, cooperante e capaz de dar respostas”.

A relação entre a Câmara Municipal e as freguesias deverá continuar a ser reforçada em 2027. O Município prevê transferir cerca de três milhões de euros para as juntas de freguesia, destinados à realização de obras de proximidade. Para Alberto Costa, esta verba representa “o aprofundar da confiança nas juntas, que são o nosso parceiro de proximidade”.

Com a abertura em Rebordões, Santo Tirso passa a con-

tar com 11 espaços do cidadão em funcionamento no território, juntando-se aos equipamentos existentes em Vilarinho, Vila Nova do Campo, União das Freguesias de Além Rio, Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, Monte Córdova, Água Longa, União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave, União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, São Tomé de Negrelos, Roriz e Vila das Aves.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

EDITAL

António Manuel Silva e Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, com sede na Rua D. Pedro V, cidade da Trofa, em cumprimento e ao abrigo do disposto no Capítulo IV das Eleições, nomeadamente no artigo 74º e seguintes dos Estatutos, anuncia a abertura do processo eleitoral e manda preparar os cadernos eleitorais, para que se proceda à Eleição dos Órgãos Sociais da Associação para o Triénio 2027/2028/2029, que se realizará no mês de Dezembro de 2026, em data a anunciar por Edital.

Para o efeito informa que:

1. “As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia Geral, Direção, Conselho Fiscal e Conselho Superior, compostas por associados efetivos, no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respetivo número de associado bem como a indicação do Órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes”.

2. “As listas concorrentes aos Órgãos Sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e entregues na Secretaria da sede da Associação, até ao dia 15 do mês anterior ao da realização da Assembleia Geral Eleitoral”. Ou seja, no máximo até às 17:00 horas do dia 16 (dezasseis) do mês de Novembro de 2026, em virtude de dia quinze ser um domingo.

3. “A Direção pode propor uma lista às eleições”.

4. “As listas de candidatura aos Órgãos Sociais deverão incluir um número de candidatos efetivos igual ao número de membros do respetivo Órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer associado subscrever nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais que um Órgão da Associação”.

5. “As listas são nominais, devendo contemplar candidatos para todos os Órgãos, sendo estes votados conjuntamente”.

6. “As listas a submeter à eleição, deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação, e subscritas por um número mínimo de vinte e cinco associados efetivos no pleno gozo dos seus direitos, com exceção da que for proposta pela Direção”.

Trofa, 15 de Outubro de 2026
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
António Manuel Silva e Sousa, Engº

CDU da Trofa rejeita metrobus no projeto da Trofa

A ligação entre o ISMAI e o Interface da Trofa continua a ser motivo de reivindicação por parte da CDU, que defende a extensão do metro convencional a todo o percurso. Nos contributos apresentados à consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental, a estrutura local contesta a solução que prevê a utilização de autocarros a partir da estação do Muro.

O projeto mantém o fim do troço em carril naquela estação, independentemente das duas alternativas de traçado apresentadas. A restante ligação até ao Interface da Trofa será assegurada por autocarros em via exclusiva,

obrigando os passageiros a fazer transbordo.

Para a CDU, esta opção “fica aquém de uma ligação contínua em metro, na qualidade do serviço e na resposta às necessidades atuais e futuras”.

A força política sustenta que a solução mista não concretiza a ligação integral reivindicada há mais de duas décadas, nem corresponde plenamente à reparação histórica que considera devida às populações que perderam o acesso à ferrovia, sublinhando que “uma resposta parcial” não pode ser apresentada como cumprimento integral do compromisso assumido em tor-

no desta ligação.

Apesar das críticas à configuração prevista, a estrutura reconhece que o projeto poderá melhorar as condições de mobilidade existentes. Defende, contudo, a concretização do metro convencional em toda a extensão, acompanhada de financiamento e calendário definidos, e considera que os avanços devem acontecer “sem novos adiamentos”.

Se a solução mista avançar, a estrutura promete intervir para melhorar as condições do serviço e preservar a possibilidade de concretizar a ligação integral em carril.



170 anos do comboio em Portugal com 4 dias de atividades em Lousado

Oficinas pedagógicas, visitas guiadas, uma conferência e uma performance de música e dança integram o programa comemorativo dos 170 anos da primeira viagem de comboio em Portugal, que o Museu Nacional Ferroviário de Lousado promove entre 28 e 31 de outubro.

A iniciativa começa na quarta-feira, dia 28, às 10h30, com a oficina pedagógica “A minha locomotiva”, atividade que volta a realizar-se na manhã seguinte, à

mesma hora, com propostas dirigidas aos mais novos.

Ainda no primeiro dia, às 14h30, está prevista uma visita ao Salão de Luxo “SE YF G5”, proporcionando aos participantes a oportunidade de conhecer este espaço ferroviário.

O programa prossegue na sexta-feira, 30 de outubro, com uma vertente dedicada à reflexão sobre o património ferroviário. Às 15h00, realiza-se a conferência “Via Estreita, um património a

preservar”.

As comemorações terminam no sábado, dia 31, também às 15h00, com uma performance que combina música e dança, no recinto da estação.

A participação nas atividades previstas para os dias 28 e 29 de outubro está sujeita a marcação prévia, que pode ser efetuada através do endereço de correio eletrónico museuferroviario@famalicao.pt.

Câmara da Trofa leva poesia às freguesias

A poesia portuguesa vai estar em destaque na Trofa entre o final de outubro e novembro, com três sessões promovidas pelo Município, em diferentes espaços do concelho. O programa inclui uma viagem por mais de 150 anos de poesia em língua portuguesa, um encontro com autores contemporâneos e uma sessão dedicada à ligação entre os poemas, os sabores e as memórias da cozinha portuguesa.

A primeira iniciativa, intitulada “Língua mãe”, está marcada para 30 de outubro, às 21h30,

no Auditório da Junta de Freguesia de Covelas. Pedro Almendra, Daniel Silva e Luísa Osório conduzem uma sessão que cruza diferentes épocas e autores, colocando em diálogo a evolução da língua portuguesa e as expressões poéticas do presente.

O programa prossegue a 13 de novembro, também às 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Muro. “Estás a falar comigo, ou é só um poema?” é o título da sessão que reúne João Tarrafa e Luísa Osório, com uma seleção de autores portugueses con-

temporâneos. A proposta parte da ideia de que a poesia pode funcionar como uma conversa e explora temas como “o amor, a memória, o tempo, a identidade e o espanto”.

A última sessão realiza-se a 27 de novembro, às 21h30, na Casa da Cultura da Trofa, sob o título “Os poetas não comem só sopa de letras”. A iniciativa é apresentada como um encontro entre poesia e gastronomia, evocando sabores, aromas e recordações associados à cozinha portuguesa, à família e às casas dos avós.

Exposição na Trofa cruza pintura e joalheria através da natureza

A pintura e a joalheria vão partilhar o mesmo espaço na Casa da Cultura da Trofa, numa exposição que reúne trabalhos de Beatriz Moniz e Graça Costa. Intitulada “Formas Cruzadas”, a mostra estará patente entre 31 de outubro e 28 de novembro,

com entrada livre.

A inauguração está marcada para as 18h00 de 31 de outubro.

As obras apresentadas resultam de processos de aprendizagem, experimentação e aperfeiçoamento de diferentes técnicas, explorados pelas duas artistas

nas respetivas áreas.

A natureza assume um papel central na exposição, servindo de inspiração para as formas, cores e texturas presentes nos trabalhos, bem como para os elementos utilizados na criação das peças.

Na estante...



O PALÁCIO DAS LÁGRIMAS
JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

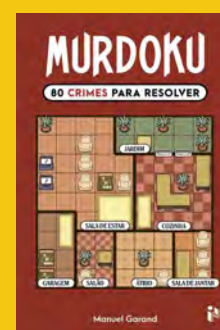
Madrugada gelada na Ucrânia. Tomás Noronha integra uma coluna militar numa missão secreta na guerra com a Rússia. Ao chegar ao destino, e sob bombardeamento russo, o historiador português depara-se com um mistério, um enigma tão terrível que a União Soviética teve de o esconder com o carimbo de Segredo Máximo. No dia do casamento da filha numa aldeia do Volga, Bogdan é confrontado com uma ameaça. O perigo cresce e em breve estende-se à sua família e, por fim, a todos os milhões de camponeses do país. Para se salvar a si e aos seus, terá de fazer escolhas aterradoras. O assassinato do chefe do Partido em Leninegrado desencadeia uma caça ao homem na União Soviética. A polícia política entra em ação e Aleksandr Sazonov conduz o inquérito. Quem matou Sergei Kirov? Porquê?



UM DEFEITO DE COR
ANA MARIA GONÇALVES

Kehinde, mulher negra, aos oito anos, é sequestrada no Reino do Daomé, atual Benin, e trazida para ser escravizada na Ilha de Itaparica, na Bahia. Kehinde narra, em detalhe, a sua captura, a vida como escravizada, os seus amores, as desilusões, os sofrimentos, as viagens em busca de um dos seus filhos e da sua religiosidade.

Além disso, mostra como conseguiu a sua carta de alforria e, na volta para África, se tornou uma empresária bem-sucedida, apesar de todos os percalços e aventuras pelos quais passou. A personagem foi inspirada em Luísa Mahin, que teria sido mãe do poeta Luís Gama e participado da célebre Revolta dos Malês, movimento liderado por escravizados a favor da abolição.



MURDOKU - 80 CRIMES PARA RESOLVER
MANUEL GARAND

Estes puzzles apelativos e viciantes mergulham os jogadores em mini-mistérios de assassinato envolventes, combinando a simplicidade elegante de jogos como o sudoku com a narrativa dos problemas lógicos clássicos.



A FÁBRICA DE MÃES
CATARINA ALVES DE SOUSA

Há um lugar mágico escondido no meio da floresta onde se criam mães com ingredientes especiais: abraços quentinhos, histórias ao deitar, gargalhadas, paciência, cheiros de infância e muitos outros à escolha. Quando a Violeta descobre esta misteriosa Fábrica de Mães, acredita que vai, finalmente, poder fazer a mãe perfeita, uma que não imponha regras, não diga «não» e não a chateie com o banho ou os trabalhos de casa. Mas não tardará a que a Violeta perceba que o amor verdadeiro tem sempre imperfeições, e que, às vezes, mesmo debaixo do nosso nariz, há pessoas perfeitamente imperfeitas que nos enchem o coração e nos ajudam a crescer.

CULTURA

Centro Cultural das Aves será mansão assombrada no Halloween

Uma mansão assombrada, música e cenários inspirados no universo sobrenatural vão dar o mote à noite de Halloween no Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, em Santo Tirso. A iniciativa, intitulada Mansion Rave, está marcada para 31 de outubro e propõe uma combinação entre o ambiente de uma casa assombrada e a energia de um festival de música underground.

Entre as 20h00 e as 24h00, o espaço receberá uma programação que inclui música, animação, efeitos visuais, pinturas faciais e personagens misteriosas. A orga-

nização promete uma experiência marcada por nevoeiros, luzes e cenários temáticos, com diferentes surpresas ao longo da noite.

A festa convida os participantes a entrarem no espírito da celebração através de fantasias, integrando os disfarces no ambiente do evento. A proposta destina-se a público de todas as idades e pretende proporcionar uma forma diferente de assinalar o Halloween.

O serviço de bar estará também disponível durante a iniciativa, com várias opções para os participantes.

TrofaProArte em concerto com violinista José Ricardo Reis

A música clássica regressa ao auditório do Fórum Trofa XXI, no próximo sábado, 24 de outubro, com um concerto da Orquestra TrofaProArte, que terá José Ricardo Reis como solista de violino.

O espetáculo está marcado para as 18h30 e integra a temporada de concertos da Orquestra TrofaProArte, promovida no âmbito da atividade cultural da associação. A entrada é livre.



PUB

AUGUSTO FERNANDES DA COSTA PINHEIRO
(CASA DA BARROCA)

15.º Aniversário de Falecimento

No dia 23 de outubro, faz 15 anos que faleceu o Sr. Augusto Fernandes da Costa Pinheiro, que residia na vila de Joane. Recordando com a maior saudade, a família vem por este meio comunicar que a missa, em sufrágio da sua alma, será celebrada sexta-feira, dia 23, pelas 19 horas, na Igreja Paroquial de Joane.



Joane, 22 de outubro de 2026
Desde já, antecipadamente agradece.
A Família

OPINIÃO



Amadeu Dias

Habitação: quando viver em casa se torna um privilégio

Estimados leitores, a habitação tornou-se um dos maiores problemas sociais do país. Jovens adiam a sua emancipação, trabalhadores entregam grande parte do salário à renda e as famílias vivem sob enorme pressão. Como é que trabalhar em Portugal pode deixar de ser suficiente para ter uma casa?

Os números confirmam a dimensão da crise. Segundo o INE, os preços das casas aumentaram 9,1% em 2024. Em 2025, a subida disparou para 17,6%, o maior aumento anual desde 2009. No segundo trimestre de 2026, os preços estavam 16,5% acima dos registados no mesmo período do ano anterior. Desde que o Governo PSD/CDS-PP tomou posse, o acesso à habitação tornou-se ainda mais difícil. O pacote do Governo para alterar o regime do arrendamento foi aprovado na generalidade com os votos favoráveis de PSD, CDS-PP e Iniciativa Liberal. O Chega absteve-se. Até agora, a evolução dos preços tem sido catastrófica. E quando as respostas políticas não acompanham a dimensão do problema, o descontentamento cresce. É neste contexto que surgem as manifestações de cidadãos que sentem que o acesso a uma casa digna está cada vez mais distante.

Foi neste cenário que as declarações do presidente da Câmara do Porto, Pedro Duarte, causaram ainda mais polémica. Ao afirmar que seria “absolutamente implacável” perante novas tentativas de instalação de tendas na Praça de D. João I, escolheu palavras que pouco contribuem para aproximar posições ou encontrar soluções. Perante quem não consegue pagar casa, precisamos de diálogo, compreensão e respostas concretas, não de declarações que podem agravar os ânimos.

Na madrugada de 15 de outubro, a intervenção policial no Porto gerou forte contestação e levantou dúvidas quanto à proporcionalidade da atuação. A PSP alegou resistência à intervenção policial, enquanto os manifestantes consideraram a ação desproporcional. Os acontecimentos exigem apuramento rigoroso. Uma intervenção desta dimensão levanta questões que não podem ser ignoradas, a começar pelas dezenas de feridos.

Também as palavras do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, ao referir que partidos, movimentos e organizações não

deviam agir por «razões meramente egoísticas», foram recebidas como uma censura a quem protesta. Montenegro esclareceu depois que se referia às organizações, não aos manifestantes. Na minha opinião, reclamar uma casa a preço justo não é egoísmo. É uma preocupação legítima de quem procura construir o seu futuro.

Estimados leitores, eu sou a favor das manifestações quando estas defendem causas justas e chamam a atenção para problemas que não podem ser ignorados. Isso não significa aceitar pilhagens, roubos, agressões ou insultos. Os exemplos que nos chegam de França mostram como algumas manifestações podem assumir dimensões e consequências que ultrapassam todos os limites. Mas também não podemos esperar que as pessoas se manifestem em silêncio, sem incomodar ou causar impacto. Se uma manifestação não se fizer ouvir, corre o risco de passar despercebida e de deixar as suas reivindicações sem resposta.

É importante, por isso, que existam propostas concretas. O PS tem apresentado propostas para a habitação. No artigo publicado no Público, «Habitação: o que propusemos e o que vamos propor», o Secretário-Geral do PS, José Luís Carneiro, recorda propostas como: reforçar o 1.º Direito, o Porta 65 e o arrendamento acessível, criar uma rede de alojamento urgente e temporário, mobilizar património público, etc. José Luís Carneiro apresenta ainda novas medidas, incluindo incentivos fiscais para contratos de arrendamento de cinco anos, uma garantia pública para reforçar a confiança dos senhorios e mecanismos para mobilizar casas devolutas. Defende uma resposta articulada entre o Estado, os municípios, as cooperativas e os setores público e privado. Estas propostas devem ser discutidas e avaliadas pela sua capacidade de aumentar a oferta e, sobretudo, de tornar as rendas e a compra de casa comportáveis para as famílias.

Estimados leitores, a habitação não se resolve com ameaças ou cargas policiais. Resolve-se com políticas consistentes, diálogo e responsabilidade. O direito à manifestação merece respeito. O direito a uma casa digna exige respostas. Ninguém pode ser obrigado a esperar indefinidamente enquanto uma necessidade essencial se transforma num luxo. É urgente agir.

CIM do Ave apoia criação de Área Metropolitana do Minho

Os oito municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave) manifestaram apoio político ao processo de convergência territorial que visa a criação da futura Área Metropolitana do Minho. A posição foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Intermunicipal, numa reunião realizada a 9 de outubro.

O compromisso agora assumido prevê a união de esforços e o desenvolvimento de diálogos institucionais com vista à

definição de uma estratégia comum para a região, procurando criar novas oportunidades de valorização territorial.

Entre os objetivos identificados está o reforço da capacidade de representação do Minho junto dos centros de decisão nacionais e europeus. A deliberação expressa a vontade de trabalhar em conjunto, ultrapassando fronteiras administrativas, para que a região tenha “uma voz única, forte e representativa”.

Na fundamentação da proposta, o Con-

selho Intermunicipal destaca a relevância económica e exportadora do Minho, defendendo que uma escala de cooperação mais abrangente poderá contribuir para a modernização dos territórios e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A posição reúne os municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela.



PUB



ESPAÇOS DE VENDA DISPONÍVEIS NA FEIRA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

MARCO PAULO PINTO DA CUNHA, VEREADOR EM REGIME DE PERMANÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Torna público, para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 15, capítulo III do Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, que se encontram disponíveis os seguintes espaços de venda na Feira Municipal de Santo Tirso, sendo que todos os lugares têm 5 metros de profundidade:

- Fila 1 – Lugar n.º 283-284-285 (lugar de 7,5 metros de frente) – Roulotte de snack-bar
- Fila 2 – Lugar n.º 264-265 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de produtos hortícolas e/ou frutas
- Fila 2 – Lugar n.º 276 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de produtos hortícolas e/ou frutas
- Fila 2 – Lugar n.º 277 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de produtos hortícolas e/ou frutas
- Fila 3 – Lugar n.º 242 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de produtos hortícolas e/ou frutas
- Fila 3 – Lugar n.º 248-249 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de produtos hortícolas e/ou frutas
- Fila 3 – Lugar n.º 251 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de produtos hortícolas e/ou frutas
- Fila 6 – Lugar n.º 185 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de produtos alimentares
- Fila 6 – Lugar n.º 190-191 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de produtos alimentares
- Fila 7 – Lugar n.º 178-179 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de vestuário
- Fila 13 – Lugar n.º 52-53-54 (lugar de 7,5 metros de frente) – Venda de vestuário
- Fila 14 – Lugar n.º 44 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de malas
- Fila 14 – Lugar n.º 46-47-48 (lugar de 7,5 metros de frente) – Venda de malas
- Fila 16 – Lugar n.º 7 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de plantas ou flores ou árvores
- Fila 17 – Lugar n.º 475 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de louças ou ferragens ou vasilhame ou cutelaria
- Fila 18 – Lugar n.º 447-448 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 449 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 453 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 454-455 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 456-457 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 458 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 459 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 460-461 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 18 – Lugar n.º 462-463 (lugar de 5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados
- Fila 19 – Lugar n.º 441 (lugar de 2,5 metros de frente) – Venda de artigos indiferenciados

Devem os interessados nos espaços de venda disponíveis, requerer em impresso próprio, no Espaço do Múncipe da Câmara Municipal, de 2.ª a 5.ª feira das 09h00 às 17h30 e à 6.ª feira das 09h00 às 14h00 ou através do email santotirso@cm-stirso.pt, e no prazo máximo de 20 dias seguidos a contar da data de afixação do presente edital no sítio institucional do município, a atribuição do espaço pretendido, juntando os necessários documentos instrutórios, nomeadamente a Declaração de Início de Atividade e o Título do Exercício da Atividade de Feirante ou Cartão de Feirante (caso este estivesse válido em 12/05/2013 e não tenha ocorrido qualquer alteração de dados) bem como certificado de residência no caso dos feirantes residentes no concelho de Santo Tirso. Serão excluídos do procedimento os pedidos que não apresentem a documentação necessária.

Os espaços serão atribuídos de acordo com o disposto no Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, sendo que a atribuição iniciará pela ordem crescente do número da Fila e do número de lugar.

O mapa de localização dos referidos espaços encontra-se anexo ao presente Edital, sendo que os espaços disponíveis são os que estão em branco.

Após verificação do n.º 3 do art.º 15 do Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, caso exista mais do que um interessado para cada espaço disponível, o sorteio para atribuição dos lugares disponíveis será realizado na Fábrica de Santo Thyrsó (Rua Dr. Oliveira Salazar, n.º 88, Santo Tirso) no dia 17 de novembro do corrente ano, pelas 10h00 para os espaços de venda disponíveis nas Filas 1 a 17 e pelas 15h00 para os espaços de venda disponíveis nas Filas 18 a 19.

A realização do Sorteio será da responsabilidade de uma Comissão nomeada especificamente para esse efeito. Essa comissão, formada por um Presidente e 2 Vogais tem a seguinte composição:

Presidente: Pedro Miguel Sá e Silva
Vogais:
Henrique Moreira, que substituirá o Presidente da Comissão, em caso de impedimento deste.
Susana Maciel.

Só poderão intervir no sorteio os candidatos admitidos ou os seus representantes.

Cada feirante poderá concorrer a mais do que um espaço de venda, no entanto, em caso de atribuição prevalece o primeiro espaço atribuído, ficando o concorrente excluído do sorteio dos espaços seguintes a que concorreu.

No caso dos feirantes com lugar já atribuído na feira municipal, conforme consta do n.º 2 do art.º 15 do Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, estes só poderão ocupar 2 espaços de venda desde que sejam contíguos, pelo que em caso de atribuição de novo lugar que não seja contíguo ao já atribuído, deverá informar a Câmara Municipal por escrito, no prazo de 5 dias úteis após o sorteio, qual o espaço de venda que pretende manter, desistindo do outro espaço de venda.

Os concorrentes que tenham dívidas de 3 meses referentes a taxa de ocupação de lugar na Feira ou dívidas referentes aos acertos da área ocupada no período de julho a dezembro de 2025, só poderão concorrer após o pagamento da totalidade da dívida.

E para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser afixado e publicado nos termos legais.

Santo Tirso, 08 de outubro de 2026
O Vereador


Marco Cunha

1-2-3	30-31-32	33-34-35	68-69-70	71-72-73	106-107-108	109-110-111	144-145-146	147-148	183-183-184	186-187	220-221-222	223-225-226	258-259-260	261-262-263
	27-28-29	36-37-38	65-66-67	74-75-76	103-104-105	112-113-114	141-142-143	151-152-153	180-181	188-189	217-218-219	228-229-230	255-256-257	264-265-266-267
4-5-6	24-25-26	39-40-41	62-63-64	77-78-79	100-101-102	115-116-117	138-139-140	154-155-156	178-179	190-191	215-216-217	229-230-231	252-253-254	268-269
7	20-21-22	44	58-59-60	81-82-83	96-97-98	119-120-121	134-135-136	157-158-159	175-176-177	192-193-194	213-214-215	232-233-234	251-252-253	270-271-272
8-9-10	17-18-19	46-47-48	55-56-57	84-85-86	93-94-95	122-123-124	131-132-133	160-161-162	169-170-171	198-199-200	207-208-209	236-237-238	245-246-247	273-274-275
11-12-13	14-15-16	49-50-51	52-53-54	87-88-89	90-91-92	125-126-127	128-129-130	163-164-165	166-167-168	201-202-203	204-205-206	239-240-241	243-244-245	276-277-278-279
16	18	14	12	12	11	10	9	8	2	6	5	4	3	2
12	18	19	20											
469-470-471	466-467-468	428-429-430	427-428-429	424-425-426	419-420-421	417-418-419	416-417-418	415-416-417	414-415-416	413-414-415	412-413-414	411-412-413	410-411-412	409-410-411
472-473-474	464-465-466	431-432-433	430-431-432	429-430-431	428-429-430	427-428-429	426-427-428	425-426-427	424-425-426	423-424-425	422-423-424	421-422-423	420-421-422	419-420-421
475-476-477	462-463-464	434-435-436	433-434-435	432-433-434	431-432-433	430-431-432	429-430-431	428-429-430	427-428-429	426-427-428	425-426-427	424-425-426	423-424-425	422-423-424
478-479-480	460-461-462	437-438-439	436-437-438	435-436-437	434-435-436	433-434-435	432-433-434	431-432-433	430-431-432	429-430-431	428-429-430	427-428-429	426-427-428	425-426-427
481-482-483	458-459-460	440-441-442	439-440-441	438-439-440	437-438-439	436-437-438	435-436-437	434-435-436	433-434-435	432-433-434	431-432-433	430-431-432	429-430-431	428-429-430
484-485-486	456-457-458	443-444-445	442-443-444	441-442-443	440-441-442	439-440-441	438-439-440	437-438-439	436-437-438	435-436-437	434-435-436	433-434-435	432-433-434	431-432-433
487-488-489	454-455-456	446-447-448	445-446-447	444-445-446	443-444-445	442-443-444	441-442-443	440-441-442	439-440-441	438-439-440	437-438-439	436-437-438	435-436-437	434-435-436
	452-453-454	448-449-450	447-448-449	446-447-448	445-446-447	444-445-446	443-444-445	442-443-444	441-442-443	440-441-442	439-440-441	438-439-440	437-438-439	436-437-438

ATUALIDADE

Ligação do Metro à Trofa integra projeto premiado por inovação na engenharia digital

A redução de 4500 metros cúbicos de betão e a prevenção de 1,5 milhões de quilogramas de emissões de dióxido de carbono estão entre os resultados associados à metodologia de engenharia digital utilizada no desenvolvimento do projeto Metro 3.0, que inclui a futura ligação ISMAI-Muro-Trofa.

O projeto foi distinguido na categoria “Pontes e Túneis” dos Year in Infrastructure Awards 2026, promovidos pela Bentley Systems. A candidatura vencedora foi apresentada pela Ayesa Engineering, responsável pelo desenvolvimento do trabalho em consórcio com a GRID, que integra quatro novas linhas: Gondomar II, ISMAI-Muro-Trofa, Maia II e São Mamede.

De acordo com a Metro do Porto, a distinção reconhece a aplicação de soluções inovadoras e de engenharia digital na conceção de infraestruturas de transporte

complexas e sustentáveis.

No desenvolvimento do Metro 3.0, o consórcio Ayesa/GRID recorreu a uma metodologia digital de conceção de túneis, que combina uma aplicação própria de geotecnica com inteligência artificial e ferramentas da Bentley para modelação tridimensional da geologia, modelação de informação da construção (BIM) e cálculos geotécnicos e de túneis.

A expansão prevista para a rede do Metro do Porto contempla a criação de 38 novas estações, distribuídas por cerca de 40 quilómetros, com um investimento superior a 1000 milhões de euros.

Com esta distinção, o Metro do Porto passa a integrar o conjunto de infraestruturas reconhecidas pela Bentley Systems, no qual se incluem o Thames Tideway Tunnel, em Londres, o Aeroporto de Sydney e o gémeo digital da Basílica de São Pedro, no Vaticano.

OPINIÃO



Diamantino Costa
diamantino.costa@hotmail.com

Quando é o Estado que não cumpre

Há uma pergunta simples que qualquer empresário compreenderá imediatamente: o que acontece quando uma empresa não entrega corretamente as suas contas?

A resposta também é simples. Há notificações, coimas, juros, inspeções, correções, responsabilidades. A Autoridade Tributária, a Segurança Social, o Banco de Portugal, o Tribunal de Contas ou outras entidades, consoante o caso, exigem informação, prazos, mapas, declarações e justificações. E ainda bem. Num Estado de Direito, quem gere dinheiro que não é exclusivamente seu deve prestar contas.

O problema começa quando aplicamos o mesmo princípio ao próprio Estado.

O Tribunal de Contas acaba de emitir um juízo de não conformidade da Conta Geral do Estado de 2025 com a Lei de Enquadramento Orçamental. A Conta continua sem incluir as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas da Administração Central e da Segurança Social. Consequência: o Tribunal diz que não consegue certificar a Conta nem garantir a sua fiabilidade.

Não estamos a falar de um preciosismo contabilístico.

O próprio Tribunal explica que esta limitação impede uma visão completa da situação financeira e patrimonial do Estado e compromete a avaliação das suas responsabilidades, incluindo pensões, riscos para as finanças públicas e impacto sobre as gerações futuras.

E há mais. Entre os subsídios e transferências atribuídos em 2025 ficaram 526 milhões de euros com informação insuficiente sobre beneficiários ou finalidade. Também foram identificadas omissões e erros materialmente relevantes na Conta.

É grave.

Mas talvez o mais grave seja isto não ser propriamente no-

vidade.

A CGE de 2024 já tinha recebido o mesmo juízo de não conformidade, precisamente porque não integrava as demonstrações consolidadas exigidas pela lei. A de 2023, também.

Três anos consecutivos.

E aqui convém evitar a facilidade partidária. Este problema atravessa governos diferentes. Começou sob António Costa e continua sob Luís Montenegro. Mudou o Governo; a incapacidade de o Estado cumprir integralmente aquilo que a lei lhe exige permaneceu.

Talvez isso torne o problema ainda mais sério.

Experimente uma empresa dizer durante três anos consecutivos: “As contas ainda não cumprem integralmente a lei, mas estamos a melhorar.”

Experimente entregar parcialmente uma obrigação declarativa. Ou responder a uma inspeção dizendo que determinada informação ainda não está consolidada. Rapidamente perceberá que o Estado tem pouca tolerância para incumprimentos quando está do outro lado da relação.

E repito: assim deve ser.

O problema não é o Estado exigir muito às empresas. O problema é exigir aos outros um padrão de rigor que não consegue cumprir consigo próprio.

A Presidente do Tribunal de Contas já tinha avisado, a propósito da Conta de 2024, que esta situação “não se reduz a um mero formalismo”. A impossibilidade de certificação limita significativamente a qualidade da informação financeira disponível sobre o Estado.

Há aqui uma espécie de anomia institucional: a lei existe, a obrigação está definida, o incumprimento é reconhecido, mas a normalidade administrativa parece absorvê-lo.

Não quer isto dizer que o Estado esteja juridicamente acima

da lei. Não está. Existem mecanismos de responsabilidade política, financeira, disciplinar, civil e até criminal, dependendo da natureza do incumprimento e da responsabilidade individual que possa ser apurada.

Mas a pergunta permanece:

Qual é, na prática, a consequência de o próprio Estado apresentar durante três anos uma Conta Geral do Estado que o Tribunal de Contas considera não conforme com a lei?

É uma pergunta legítima.

Sobretudo num país onde se exige ao pequeno empresário uma precisão quase cirúrgica no cumprimento das suas obrigações.

Não conheço nenhum empresário que possa responder à Autoridade Tributária que ainda não conseguiu consolidar as suas contas porque o processo é complexo.

Também não conheço nenhum contabilista que recomende essa estratégia.

Por isso, os 526 milhões de euros são importantes, mas não são o essencial.

O essencial é termos um Estado que movimenta centenas de milhares de milhões de euros, cobra impostos, fiscaliza cidadãos e empresas e exige-lhes uma crescente quantidade de informação, mas continua incapaz de apresentar as suas próprias contas nos termos exigidos pela lei e de forma que o seu Tribunal de Contas as possa certificar.

Nada disto é novo. Talvez seja precisamente esse o problema.

Habitúamo-nos.

E quando o incumprimento reiterado da lei pelo próprio Estado deixa de nos surpreender, o problema já não é apenas contabilístico.

É institucional.

Um Estado de Direito não se mede apenas pelas obrigações que impõe aos cidadãos. Mede-se também pela seriedade com que cumpre aquelas que impõe a si próprio.

PUB

SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

3.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso:

Torna público, para efeitos do disposto no artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, e artigo 56.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal de Santo Tirso em sessão ordinária de 30 de setembro do corrente ano (item 5 da respetiva ata) aprovou, sob proposta da câmara municipal de 6 de agosto do corrente ano (item 2 da respetiva ata), a 3.ª alteração ao Regulamento para atribuição de Prémios de Mérito Escolar, com eficácia a partir do ano letivo 2025/2026, a qual contempla a alteração da redação do n.º 2 do artigo 1.º.

Mais torna público que, em cumprimento do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo foi o respetivo projeto de alteração submetido a consulta pública sem que tivessem sido apresentadas reclamações ou sugestões de alteração por quaisquer interessados.

Publicita-se, ainda, que o Regulamento para atribuição de Prémios de Mérito Escolar, encontra-se disponível, para consulta, na sua versão final, com as alterações introduzidas, no Edital n.º 219/2026, de 12 de outubro, disponibilizado em plataforma eletrónica no Espaço do Múncipe, na sede das juntas de freguesia do concelho de Santo Tirso e na Internet, no sítio institucional desta autarquia em www.cm-stirso.pt, e no Edital n.º 1333/2026 publicado na 2ª série do Diário da República de 19 de outubro.

Santo Tirso, 19 de outubro de 2026

O Presidente,

Alberto Costa



João Mendes

Portugal: um país de casas vazias e de pessoas sem casa

1

Portugal tem mais de 700 mil habitações vagas. Tem famílias a viver em quartos, jovens que não conseguem sair de casa dos pais e trabalhadores que entregam mais de metade do salário ao senhorio. A crise da habitação é também uma crise económica. E talvez esteja na altura de começarmos a tratá-la como tal.

Os Censos de 2021 identificaram 723 mil habitações vagas. Cerca de 375 mil não estavam sequer disponíveis para venda ou arrendamento.

Nem todas são habitáveis. Algumas estão degradadas. Outras envolvidas em disputas de heranças. Muitas situam-se onde já ninguém quer viver.

Mas outras, milhares, estão precisamente onde milhares de portugueses não conseguem pagar uma renda.

É aqui que começa o paradoxo.

Portugal não tem apenas um problema de falta de casas. Tem também um problema de distribuição, utilização e acessibilidade das que já existem.

Durante décadas, o país construiu um modelo habitacional assente na propriedade privada, no crédito bancário e na expectativa de valorização imobiliária.

A construção abrandou drasticamente depois da crise financeira. Paralelamente, a população voltou a crescer, sobretudo pela via da imigração. O turismo expandiu-se. E o investimento estrangeiro encontrou no imobiliário português um destino atrativo.

Os salários, esses, não acompanharam os preços.

E o resultado está à vista.

Uma geração inteira que vê a autonomia adiada, para não dizer impossível. Famílias com dois salários que enfrentam dificuldades para arrendar um T1. Trabalhadores essenciais que são empurrados para cada vez mais longe dos centros urbanos onde trabalham.

O problema deixou de atingir apenas os pobres.

Quando dois salários deixam de garantir uma casa, já não estamos perante um problema exclusivo de pobreza. Estamos perante uma falha estrutural do acesso à habitação.

2

No contexto da crise da habitação, existe outro fenómeno que merece atenção.

A habitação deixou de ser apenas um bem destinado a satisfazer uma necessidade humana. Tornou-se também um instrumento de acumulação de património. Um ativo financeiro.

Comprar para valorizar. Comprar para arrendar. Comprar para explorar turisticamente. Comprar para preservar capital.

Nenhuma destas práticas é necessariamente ilegítima.

Mas existe uma diferença entre investir para criar novas habitações e adquirir as que já existem para as retirar do mercado residencial, inflacionando artificialmente o seu preço, prejudicando milhares de portugueses como nós. Esta prática é comumente conhecida como retenção especulativa,

A retenção especulativa de imóveis é uma realidade difícil de medir. Não sabemos quantas casas permanecem deliberadamente vazias à espera de valorização. Sabemos, contudo, que ela existe. Conhecemos alguns fundos-abutres que enriquecem estratosféricamente com ela. Sabemos que a escassez torna os imóveis mais valiosos. E que a expectativa de valorização pode atrair mais capital, aumentando a pressão sobre um mercado já incapaz de responder à procura.

A escassez alimenta a valorização. A valorização atrai investimento. E parte desse investimento agrava a escassez, o que resulta num aumento de preços que não corresponde às condições reais da economia e do mercado, mas à capacidade que a ganância tem de o manipular em benefício de uma pequena minoria.

E este círculo vicioso, caro leitor, não se quebra apenas com boas intenções. De boas intenções está o inferno cheio.

3

Habitualmente, discutimos a crise da habitação como um problema social.

Mas ela é também um travão económico.

Cada euro adicional que uma família entrega para pagar a casa é um euro que deixa de estar disponível para outras despesas ou poupança.

Cada trabalhador que recusa um emprego porque não consegue viver perto dele representa uma oportunidade económica perdida.

Cada jovem que adia a independência vê condicionadas decisões sobre família, carreira e futuro.

A falta de habitação acessível reduz a mobilidade laboral, dificulta a contratação de trabalhadores e pode comprometer a produtividade.

E tem uma consequência particularmente injusta: mesmo quando os salários aumentam, uma parte desses ganhos pode desaparecer no pagamento da habitação.

Crescer economicamente não chega se o custo de viver absorver os frutos desse crescimento.

A pergunta que resta, feitas todas as contas, é sempre a mesma: o que fazer?

4

E se Portugal decidisse resolver o problema?

Imaginemos um programa nacional com um objetivo concreto: disponibilizar 300 mil habitações em dez anos.

Não exclusivamente através de construção nova.

Metade poderia resultar de novas construções. Cem mil de reabilitação profunda. Outras 50 mil da mobilização de imóveis existentes.

Num exercício financeiro meramente ilustrativo, a intervenção direta custaria cerca de 40 mil milhões de euros ao longo de uma década.

Falamos de quatro mil milhões por ano, em média. O equivalente a 1,3% do PIB de 2025.

Um investimento expressivo, mas distribuído por dez anos e passível de combinar financiamento público, privado e comunitário.

A construção e reabilitação mobilizariam empresas, construtores, electricistas, engenheiros, pedreiros, arquitetos e muitos fornecedores.

A economia beneficiaria da atividade gerada.

Mas o verdadeiro retorno poderia chegar depois.

Quando centenas de milhares de famílias passassem a gastar menos com habitação, teriam mais rendimento disponível. Mais capacidade de poupança. Mais espaço para consumir e movimentar a economia. Mais liberdade para mudar de emprego, constituir família ou investir no futuro.

Não seria um aumento salarial decretado pelo Governo.

Seria uma melhoria objectiva do poder de compra.

Naturalmente, construir mais não resolveria tudo. Seria necessário garantir que as habitações chegavam aos locais certos e às pessoas que delas precisam.

Os imóveis beneficiados por investimento público deveriam ficar sujeitos a condições duradouras de utilização habitacional, evitando que o esforço coletivo acabasse convertido em mais-valias privadas sem contrapartida social.

O Estado não teria de substituir o mercado. Teria de assegurar que o mercado não fosse a única resposta.

5

Portugal já demonstrou capacidade para executar grandes programas de investimento público.

Construiu autoestradas, modernizou infraestruturas, expandiu redes de abastecimento e transformou o seu parque escolar.

A habitação poderia ser encarada com uma ambição semelhante. Um desígnio nacional para a próxima década.

Não seria simples. Faltam trabalhadores na construção, capacidade administrativa e informação rigorosa sobre o património disponível. Um programa desta dimensão exigiria um pacto de regime, continuidade política, fiscalização e disciplina financeira.

Mas o custo da inação também existe.

Está nas famílias que não conseguem poupar. Nos jovens que partem. Nas empresas que não conseguem contratar. Nas horas perdidas diariamente em deslocações.

E nas vidas suspensas à espera de uma casa.

A questão, portanto, não é apenas quanto custaria construir e recuperar 300 mil habitações.

É também quanto custa ao país continuar sem elas.

Porque uma casa pode ser um ativo financeiro. Mas, para quem precisa de viver nela, é sobretudo a condição necessária para construir uma vida.

Escola Agrícola Conde S. Bento - Santo Tirso

Contributos para a sua génese

por José Manuel Cunha

Instalação da escola prática de Agricultura Conde S. Bento

Decreto N.º 2:016 (1.ª parte)

Vejamos o preambulo do Decreto N.º 2:016 de 9 de Outubro de 1915:

Considerando que, por contrato de 1 de Maio de 1913, celebrado entre o Ministério do Fomento e a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, foi por esta cedido ao Estado o usufruto das quintas do Mosteiro, sitas na freguesia e vila de Santo Tirso, descritas na competente Conservatória, sob os n.º 2:841 e 19:560, que lhe pertenciam em virtude do testamento do Conde S. Bento (Manuel José Ribeiro), em virtude das declarações feitas no inventário da herança dêsse titular e, finalmente, em virtude do contrato celebrado por escritura de 21 de Fevereiro de 1894 com José Luís de Andrade, usufrutuário daquela herança;

Considerando que mais foi cedido ao Estado, pela mesma Santa Casa da Misericórdia, o usufruto de todo o terreno de mato e lavradio ou «Coutada» de mato e lavradio, sita na freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso, que a Santa Casa da Misericórdia, houvera por herança do citado José Luís de Andrade, falecido em 24 de Julho de 1899;

Considerando que estas cedências foram efectuadas para que, pelo Governo, fosse estabelecido e mantida, em Santo Tirso, uma escola regional, devendo o Governo cumprir determinadas cláusulas da citada escritura, de 21 de Fevereiro de 1894 e do testamento do aludido José Luís de Andrade, e outras que foram estabelecidas no contrato de 1 de Maio de 1913;

Considerando que, em cumprimento deste último contrato, foi decretada, em 21 de Junho de 1913, a organização da Escola Profissional de Agricultura do Conde de S. Bento;

Considerando que, pela lei n.º 410, de 9 de Setembro de 1915 (artigo 100.º e 101.º), foi esta Escola definitivamente integrada no Ministério da Instrução Pública e o Governo autorizado a organiza-la;

Considerando as cláusulas do contrato acima citado e o disposto nos artigos 100.º a 111.º da lei 410; e

Atendendo à conveniência de alargar o mais possível a esfera de acção educativa dos estabelecimentos de ensino agrícola;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3, do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa; e

Sob proposta dos Ministros da Finanças e de Instrução Pública:

Hei por bem decretar a organização da Escola Prática de Agricultura do Conde S. Bento, em Santo Tirso, que baixo assinada pelos mesmos Ministros.

Os Ministros da Finanças e de Instrução Pública assim tenham entendido e o façam executar. Dado nos Paços do Governo da República em 9 de Outubro, e publicado em 3 de Novembro de 1915. – Bernardino Machado – Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães – João Lopes da Silva Martins Júnior.

Com este decreto fica estabelecido a organização da Escola Prática de Agricultura do Conde S. Bento que ininterruptamente lecionou o ensino agrícola e foi-se moldando à exigência da evolução do ensino até á presente data.

Com a Lei 410 de 9 de Setembro de 1915, as escolas profissionais especiais de agricultura são integradas no Ministério da Instrução Pública:

Art. 100.º Ficam definitivamente Ministério da Instrução Pública e dêle imediatamente dependentes as escolas profissionais especiais de agricultura, denominadas Escolas Profissionais de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem, de Queluz; Escola Prática de Arboricultura e Horticultura de Macedo Pinto, em Tabuaço; Escola Profissional Elementar de Pomicultura e Viticultura de Matos de Souto, na Ilha do Pico; Escola Prática Elementar do Conde S. Bento, em Santo Tirso, e Escola Prática de Arboricultura e Industrial de D. Frei Caetano Brandão, em Braga.

Ao longo dos anos o currículo foi adaptando-se. O Decreto N.º 2:016 de 9 de Outubro de 1915, publicado a 3 de Novembro de 1915 aprova a organização da Escola Prática de Agricultura do Conde S. Bento, em Santo Tirso:

Organização da Escola Prática de Agricultura do Conde S. Bento, em Santo Tirso

Art. 1.º A Escola Profissional de Agricultura do Conde S. Bento, em Santo Tirso passa a denominar-se Escola Prática de Agricultura do Conde S. Bento, em Santo Tirso.

Art. 2.º A Escola continuará instalada nas propriedades cujo usufruto foi cedido ao Estado pela Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso e denominadas Quintas do Mosteiro (Quinta de Dentro e Quinta de Fora), sitas na freguesia de Santo Tirso e Coutada de Burgães, sita na freguesia de Burgães.

Art. 3.º A Escola pagará anualmente à Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso um subsidio de 1.500\$, nos termos do contrato de 1 de Maio de 1913.

Art. 4.º A Escola Prática de Agricultura do Conde S. Bento, em Santo Tirso, tem como principal fornecer, em curso regular, o ensino elementar de agricultura de character regional.

Art. 5.º As características do ensino a que se refere o artigo antecedente são:

1.º Pelo que respeita à instrução geral, fornecer uma instrução complementar da instrução primária, especialmente adequada às exigências do ensino agrícola;

2.º Pelo que respeita à instrução agrícola, fornecer ensinamentos sobre as diversas práticas agrícolas, com recurso, por um lado, ao mínimo das noções teóricas indispensável à compreensão da sua razão de ser, e, por outro lado, à constante demonstração de todas as práticas, tendo em vista a participação assídua dos alunos nos diversos trabalhos que lhes respeitem.

Art. 6.º O curso de que tratam os artigos antecedentes terá a duração de dois anos, divididos em duas épocas lectivas (época de inverno e época de verão).

§ único. O ano lectivo começa em 15 de Outubro e termina a 15 de Julho; a época de inverno, vai de 15 de Outubro a fim de Fevereiro; a de verão, de 15 de Março a 15 de Julho.

Art. 7.º O ensino distribui-se pelos dois anos lectivos, pela

forma constante do seguinte quadro:

1.º Ano	
Instrução geral - Língua portuguesa. - Noções práticas de aritmética e geometria. - Noções praticas de sciências físico-químicas e história-naturais. - Geografia e história – Principios de educação social - Trabalhos manuais e desenho - Gimnástica - Canto Coral	Instrução agrícola - Estudo do solo e sub-solo. - Estudo da planta, sob o ponto de vista agrícola. - Operações culturais. - Preparação e transformação dos produtos agrícolas. - Higiene e exploração dos animais domésticos. - Apicultura e sericicultura
2.º Ano	
Instrução geral - Língua portuguesa. - Aritmética e geometria aplicadas - Agrimensura - Noções de contabilidade e de escrituração. - Geografia e história – Principios de educação social - Trabalhos manuais e desenho - Canto coral. - Gimnástica	Instrução agrícola - Operações culturais e de saneamento – Regas e enxuto - Culturas (as da região em especial) - Exploração dos animais domésticos. - Preparação e transformação dos produtos agrícolas. - Contabilidade agrícola.. - Associações agrícolas.

.....

Art.º 10.º Na Escola Prática de Agricultura do «Conde S. Bento», em Santo Tirso, funcionará sob a mesma direcção uma Escola Prática rural que, ministrando o ensino de instrução primário, servirá de iniciação da profissão agrícola, não só despertando nos alunos a inclinação para a vida do campo mas também orientando-os na sucessão e prática dos diversos trabalhos agrícolas.

(Continua)

Faça a sua assinatura anual e esteja a par das notícias da região

CRÓNICA



José Pedro Reis

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS
DO VALE DO AVE

50 anos a cuidar dos nossos

Estimado leitor, na edição anterior não me foi possível escrever a habitual crónica. Aconteceu o milagre da vida: a família cresceu e, na azáfama de acolher um novo ser, o tempo tornou-se curto. É curioso pensar como, nestes 10 anos de companhia e ligação que fomos construindo, tanta coisa mudou. A vida continua a escrever-se, página após página, guardando sempre espaço para nos surpreender e demonstrar que o caminho que ainda será percorrido, é uma incógnita.

Também a história da nossa terra se escreve com novos começos, coragem e fundamentalmente vontade de construir, fazendo forte a forte gente que esteve acorrentada por décadas.

Recentemente, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa celebrou o seu 50.º aniversário. Cinquenta anos de uma instituição que faz parte da identidade trofense e cujo percurso deve encher-nos de orgulho. Para os fundadores que puderam testemunhar esta data, terá sido particularmente comovente olhar para a obra construída e reconhecer nela o resultado de uma decisão tomada há meio século, quando seguramente seria mais fácil continuar a alimentar ciclos viciosos, mas eis que, alguns tiveram coragem de arriscar.

O medo pode fazer-nos recuar. Felizmente, houve quem encontrasse na certeza do caminho a força necessária para avançar, enfrentar resistências e desafiar os poderes instituídos. Foi assim que, a 30 de setembro de 1976, começou esta história. No terreno, destacou-se a liderança operacional de Paupério, figura incontornável da história dos bombeiros no distrito do Porto, acompanhado por diretores, dirigentes e por todos quantos acreditaram que a Trofa precisava de uma resposta própria para proteger a sua gente, fazendo com que fosse colocado um término a décadas de marasmo, recordo que em crónicas anteriores já há praticamente um século se discutia o surgimento de uma corporação de bombeiros que inclusivamente chegou a ter viaturas destinadas a este fim.

As prioridades foram definidas de acordo com as necessidades e com os recursos disponíveis. A primeira foi uma ambulância, indispensável para responder às urgências da população. O orçamento era curto, como tantas vezes acontece quando os sonhos são grandes e os meios são bastante escassos. Era preciso engenho, persistência e capacidade de encontrar ajuda para transformar a vontade em serviço efetivo.

Para o combate aos incêndios, a primeira resposta chegou num pequeno jipe, cedido pelos Bombeiros Voluntários de Valongo, com uma reduzida reserva de água. Um começo modesto, mas carregado de significado. Esse gesto de entreatajuda merece ser lembrado: também ele faz parte da história dos Bombeiros da Trofa e recorda-nos quanto se pode construir quando diferentes instituições se unem para servir a população, deixando para um segundo ou mesmo terceiro patamar egos que são muitas vezes superiores ao tamanho físico de quem os defende.

Ao longo dos anos, a associação encontrou apoio em dois pilares fundamentais. Desde logo, numa população bairrista, que reconheceu nos bombeiros uma causa sua e bastante justa. A Trofa tem esta força: sente as suas instituições, acompanha-as e mobiliza-se por elas. Aquele quartel, viaturas e fardas passaram a representar a segurança das famílias e o esforço de uma terra inteira.

Depois, num tecido empresarial forte, profundamente ligado à comunidade. Muitos dos seus protagonistas conheciam de perto as necessidades locais e ajudaram a dar resposta a quem precisava, até porque surgiram do seu meio. Numa terra onde a iniciativa e a capacidade de arriscar há muito fazem parte do quotidiano, dizem que se chama empreendedorismo, eu prefiro chamar coragem, garra, espírito de sacrifício, essa ligação foi essencial para sustentar o crescimento da associação.

Cinquenta anos não são cinquenta dias. São gerações de bombeiros, diretores, comandantes, associados e beneméritos. São horas retiradas à família, ao descanso e ao trabalho. São homens e mulheres que deram o que puderam, durante o tempo que a vida lhes permitiu, deixando a sua marca numa história que pertence a todos os trofenses.

Honrar esse percurso exige continuar a construir. Um concelho que cresce na indústria, na atividade económica e na população precisa de acompanhar esse desenvolvimento com meios, instalações e condições para quem assume a missão de nos proteger. O orgulho nos nossos bombeiros deve traduzir-se também no apoio que lhes damos.

Desde 30 de setembro de 1976, a Trofa sabe que tem nos seus bombeiros um apoio nos momentos mais difíceis. Meio século depois, cabe-nos cuidar desta instituição com o mesmo bairrismo e a mesma determinação de quem a fundou. Porque, quando a sirene toca, é a nossa gente que parte para acudir à vida de alguém.

PUB

Margarida Correia Pinto
JUSTIFICAÇÃO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que, por escritura de hoje exarada de fls. 145 do livro de escrituras diversas n.º 302-G, no Cartório sito na Avenida de Sousa Cruz, Edifício do Centro Comercial Galáxia, 3.º andar, sala 15, na cidade e concelho de Santo Tirso, a cargo da Notária, Lic. Margarida Maria Nunes Correia Pinto, foi lavrada uma escritura de justificação notarial, em que foram justificantes:

a) Maria Manuela Pinheiro Cruz Dias da Silva, NIF 150 246 234, viúva, natural da freguesia de Bougado (Santiago), concelho de Santo Tirso, residente na Rua Ruy Belo, n.º 24, 2.º nascente, Vila do Conde.

b) Maria Cândida Pinheiro Cruz Taveira da Fonseca, NIF 130 704 415, casada em comunhão de adquiridos com Joaquim Fernando Taveira da Fonseca, natural da freguesia de Bougado (São Tiago), concelho de Santo Tirso, residente na Rua Alfredo Keil, n.º 48, União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, concelho do Porto.

Pelas justificantes foi dito que são donas e legítimas possuidoras, com exclusão de outrem, do seguinte bem:

Uma sepultura com o número 9 – A, B e C, designado por “Jazigo da Família Cruz”, do ano de mil novecentos e vinte e três, situado na Secção número dez, do Cemitério de Santiago do Bougado, na União de Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago), atual concelho da Trofa, que segundo o alvará se encontra registado a favor de António Gonçalves da Cruz.

Que o referido António Gonçalves da Cruz faleceu no estado civil de solteiro, sem que tenha deixado descendentes e não foi localizado qualquer ato de disposição de última vontade.

Que o direito ao jazigo foi verbalmente doado por António Gonçalves da Cruz ao seu primo direito Manuel Joaquim da Costa Cruz pelo ano de mil novecentos e vinte e seis.

Que aquele Manuel Joaquim da Costa Cruz deixou a quase totalidade do seu património ao seu sobrinho e afilhado Manuel Joaquim da Costa Cruz, incluindo o direito ao jazigo, que lhe doou verbalmente em julho de mil novecentos e quarenta e sete.

Que, por sua vez, aquele donatário, Manuel Joaquim da Costa Cruz, faleceu no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos, com Maria Madalena Ferreira Carmo Pinheiro, deixando a suceder-lhe o cônjuge supérstite e as filhas Maria Manuela Pinheiro Cruz Dias da Silva e Maria Cândida Pinheiro Cruz Taveira da Fonseca.

Que posteriormente aquela Maria Madalena Ferreira Carmo Pinheiro faleceu, no estado de viúva (e sem qualquer disposição de última vontade), deixando a suceder-lhe as mesmas filhas Maria Manuela Pinheiro Cruz Dias da Silva e Maria Cândida Pinheiro Cruz Taveira da Fonseca.

Que desde a data em que ocorreu a doação verbal de Manuel Joaquim da Costa Cruz (doador) a Manuel Joaquim da Costa Cruz (donatário), que este e a sua mulher Maria Madalena Ferreira Carmo Pinheiro e posteriormente suas filhas, Maria Manuela Pinheiro Cruz Dias da Silva e Maria Cândida Pinheiro Cruz Taveira da Fonseca, foram quem exerceu os atos de característicos de posse, como sendo titulares do direito, sem qualquer oposição e assim sendo reconhecidos pela generalidade dos moradores da localidade onde se situa o jazigo.

Que outros melhores títulos não possuem para provar o seu direito de propriedade, mas na verdade há mais de vinte anos, desde a data da doação do jazigo em julho de mil novecentos e quarenta e sete, que estão na posse do referido jazigo acima identificado, no gozo pleno das utilidades por ele proporcionadas, sempre o têm cuidado, asseado, colocando flores e restaurando, gozando as utilidades de culto por ele proporcionadas, com ânimo de quem exerce direito próprio, pagando os respetivos impostos, fazendo-o de boa-fé por ignorar lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, contínua e publicamente, à vista de eventuais interessados e de toda a gente e sem oposição de ninguém, sendo reconhecidas como suas donas por todos, pelo que pretendem justificar a aquisição do jazigo por escritura de estabelecimento de novo trato sucessivo.

Está conforme o original, o que certifico.

Cartório Notarial Margarida Correia Pinto, 19 de outubro de dois mil e vinte e seis.

A Notária

DESPORTO

FUTEBOL

LIGA PORTUGAL BETCLIC

8.ª JORNADA

Moreirense 0-1 Gil Vicente
SC Braga 1-3 Sporting
Casa Pia AC 0-1 Santa Clara
Marítimo 1-2 FC Porto
Académico 2-1 Estoril Praia
Rio Ave 3-2 Nacional
SL Benfica 2-0 Vitória SC
FC Arouca 1-0 Est. Amadora
FC FAMALICÃO 1-4 FC Alverca

CLASSIFICAÇÃO	J	V	E	D	PT
1.º - FC Porto	8	8	0	0	24
2.º - SL Benfica	8	6	1	1	19
3.º - Sporting	8	5	3	0	18
4.º - Santa Clara	8	5	3	0	18
5.º - Gil Vicente	8	4	2	2	14
6.º - FC Arouca	8	4	2	2	14
7.º - Académico	8	4	2	2	14
8.º - SC Braga	8	3	2	3	11
9.º - FC Alverca	8	3	2	3	11
10.º - Est. Amadora	8	2	4	2	10
11.º - Moreirense	8	2	2	4	8
12.º - Marítimo	8	2	2	4	8
13.º - FC Famalicão	8	1	4	3	7
14.º - Rio Ave	8	2	1	5	7
15.º - Vitória SC	8	1	2	5	5
16.º - Nacional	8	1	1	6	4
17.º - Casa Pia AC	8	1	1	6	4
18.º - Estoril Praia	8	0	2	6	2

PRÓXIMA JORNADA

Vitória SC-Marítimo
Est. Amadora-Casa Pia AC
FC Alverca-FC Arouca
Gil Vicente-FC Porto
Estoril Praia-Moreirense
Nacional-SC Braga
Rio Ave-FC FAMALICÃO
Sporting-Académico
Santa Clara-SL Benfica

LIGA PORTUGAL 2 MEU SUPER

7.ª JORNADA

FC Penafiel 1-2 AFS
CD Tondela 1-0 Torreense
Amarante 1-2 Portimonense
Leixões 1-2 FC Porto B
FC Vizela 0-2 Sporting B
Lusitânia Lourosa 1-1 GD Chaves
Farense 2-1 Feirense
UD Leiria 0-2 Académica
SL Benfica B 1-0 FC Felgueiras

CLASSIFICAÇÃO	J	V	E	D	PT
1.º - Lusitânia Lourosa	7	5	2	0	17
2.º - Sporting B	7	5	0	2	15
3.º - Farense	7	4	2	1	14
4.º - FC Penafiel	7	4	1	2	13
5.º - SL Benfica B	7	4	1	2	13
6.º - CD Tondela	7	4	0	3	12
7.º - Académica OAF	7	4	0	3	12
8.º - FC Vizela	7	3	2	2	11
9.º - UD Leiria	7	3	1	3	10
10.º - Leixões	7	3	1	3	10
11.º - Portimonense	7	3	1	3	10
12.º - AFS	7	2	3	2	9
13.º - FC Porto B	7	2	1	4	7
14.º - FC Felgueiras	7	1	3	3	6

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
15.º - Torreense	7	1	3	3	6
16.º - Amarante FC	7	1	2	4	5
17.º - GD Chaves	7	1	2	4	5
18.º - Feirense	7	0	1	6	1

PRÓXIMA JORNADA

GD Chaves-FC Vizela
Académica-Leixões
Sporting B-Portimonense
Feirense-SL Benfica B
Farense-FC Penafiel
AFS-CD Tondela
FC Felgueiras-Lusitânia de Lourosa
FC Porto B-UD Leiria
Torreense-Amarante

LIGA 3 - SÉRIE A

6.ª JORNADA

Leça FC 2-0 AD Marco 09
Vianense 3-3 USC Paredes
Vitória SC B 0-1 Paços Ferreira
S. João Ver 2-1 Varzim
Fafe 2-2 TROFENSE

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
1.º - USC Paredes	6	4	1	1	13
2.º - Leça FC	6	3	1	2	10
3.º - AD Marco 09	6	3	1	2	10
4.º - Vianense	6	2	3	1	9
5.º - Fafe	6	2	3	1	9
6.º - Varzim	6	3	0	3	9
7.º - S. João Ver	6	1	3	2	6
8.º - Paços Ferreira	6	1	2	3	5
9.º - Vitória SC B	6	1	2	3	5
10.º - TROFENSE	6	1	2	3	5

PRÓXIMA JORNADA

Paços de Ferreira-Leça FC
USC Paredes-TROFENSE
AD Marco 09-Fafe
Vianense-S. João Ver
Varzim-Vitória SC B

CAMPEONATO DE PORTUGAL SÉRIE 1

5.ª JORNADA

Bragança 0-2 CDC Montalegre
FC Maia Lidador 1-1 Maria da Fonte
SC Braga B 3-2 TIRSENSE
Brito SC 0-4 GD Chaves B
CD Celoricense 0-0 Vila Meã
FC Vinhais 1-2 AD Limianos
Ponte da Barca 0-0 Rebordosa AC

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
1.º - GD Chaves B	5	4	0	1	12
2.º - SC Braga B	5	3	2	0	11
3.º - AD Limianos	5	3	2	0	11
4.º - Bragança	5	3	1	1	10
5.º - TIRSENSE	5	3	0	2	9
6.º - CDC Montalegre	5	2	3	0	9
7.º - Vila Meã	5	2	2	1	8
8.º - CD Celoricense	5	2	2	1	8
9.º - Rebordosa AC	5	1	2	2	5
10.º - Ponte da Barca	5	1	1	3	4
11.º - Maria da Fonte	5	1	1	3	4
12.º - Brito SC	5	1	0	4	3
13.º - FC Maia Lidador	5	0	2	3	2
14.º - FC Vinhais	5	0	0	5	0

PRÓXIMA JORNADA

CDC Montalegre-Ponte da Barca
Maria da Fonte-Bragança
TIRSENSE-FC Maia Lidador
GD Chaves-SC Braga B
Vila Meã-Brito SC
AD Limianos-CD Celoricense
Rebordosa AC-FC Vinhais

LIGA NEXT GEN 1.ª FASE

9.ª JORNADA

Sporting CP 2-0 Gil Vicente
Santa Clara 1-1 SC Braga
FC Vizela 0-2 FC Felgueiras
SL Benfica 1-1 Moreirense
Leixões 2-2 Estoril Praia
Rio Ave 4-0 Portimonense
Académico 0-0 FC Penafiel
Marítimo 0-1 FC FAMALICÃO
Est. Amadora 1-1 Farense
UD Leiria 0-2 Torreense

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
1.º - Sporting CP	9	5	3	1	18
2.º - Académico	9	5	3	1	18
3.º - Estoril Praia	9	4	5	0	17
4.º - Rio Ave	9	4	4	1	16
5.º - FC Felgueiras	9	4	3	2	15
6.º - FC FAMALICÃO	9	4	2	3	14
7.º - FC Vizela	8	4	1	3	13
8.º - Moreirense	9	2	6	1	12
9.º - Farense	9	3	3	3	12
10.º - SC Braga	9	2	5	2	11
11.º - SL Benfica	9	3	2	4	11
12.º - UD Leiria	9	3	2	4	11
13.º - Leixões	9	2	4	3	10
14.º - Santa Clara	7	2	4	1	10
15.º - FC Penafiel	9	1	6	2	9
16.º - Torreense	8	2	3	3	9
17.º - Gil Vicente	9	2	2	5	8
18.º - Marítimo	9	1	3	5	6
19.º - Est. Amadora	9	1	3	5	6
20.º - Portimonense	9	0	4	5	4

PRÓXIMA JORNADA

SC Braga-SL Benfica
Portimonense-Marítimo
Farense-Académico
Estoril Praia-Santa Clara
Moreirense-Gil Vicente
Rio Ave-Sporting
FC FAMALICÃO-UD Leiria
FC Penafiel-FC Vizela
Torreense-Est. Amadora
FC Felgueiras-Leixões

2.ª DIVISÃO NACIONAL FEMININA SNORTE

2.ª JORNADA

FC FAMALICÃO 2-2 Gil Vicente
Clube Albergaria 2-1 SC Braga B
SC Rio Tinto 4-2 JuveForce

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
1.º - Clube Albergaria	3	3	0	0	9
2.º - FC FAMALICÃO	3	1	1	1	4
3.º - Gil Vicente	3	1	1	1	4
4.º - SC Braga B	2	1	0	1	3
5.º - SC Rio Tinto	2	1	0	1	3
6.º - JuveForce	3	0	0	3	0

PRÓXIMA JORNADA

SC Rio Tinto-Gil Vicente
SC Braga B-FC FAMALICÃO
JuveForce-Clube Albergaria

FUTSAL

LIGA PLACARD

5.ª JORNADA

Elétrico 3-5 SC Braga
Rio Ave 4-1 UPVN
FC FAMALICÃO 1-3 Ferreira Zêzere
Torreense 3-1 Portimonense
AD Fundão 1-2 SL Benfica
Sporting CP 7-0 Leões Porto Salvo

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
1.º - AD Fundão	5	4	0	1	12
2.º - Sporting CP	5	3	2	0	11
3.º - SL Benfica	5	3	2	0	11
4.º - SC Braga	5	3	1	1	10
5.º - Ferreira Zêzere	5	2	2	1	8
6.º - Elétrico	5	2	1	2	7
7.º - Leões Porto Salvo	5	2	1	2	7
8.º - Rio Ave	5	1	3	1	6
9.º - FC FAMALICÃO	5	1	1	3	4
10.º - UPVN	5	1	0	4	3
11.º - Torreense	5	1	0	4	3
12.º - Portimonense	5	0	1	4	1

PRÓXIMA JORNADA

Portimonense-Rio Ave
Ferreira do Zêzere-Elétrico
SC Braga-Sporting CP
UPVN-FC FAMALICÃO
Leões Porto Salvo-AD Fundão
SL Benfica-Torreense

ANDEBOL

CAMPEONATO BETCLIC 1.ª FASE

9.ª JORNADA

Belenenses 27-21 GC SANTO TIRSO
Vitória SC 20-20 Artística de Avanca
Águas Santas 28-37 Sporting CP
Póvoa AC 33-43 FC Porto
AD Carvalhos 26-35 SL Benfica
Marítimo-ABC

CLASSIFICAÇÃO

	J	V	E	D	PT
1.º - Sporting	8	8	0	0	24
2.º - FC Porto	8	8	0	0	24
3.º - SL Benfica	9	7	0	2	23
4.º - Marítimo	7	6	0	1	19
5.º - Póvoa AC	9	5	0	4	19
6.º - ABC	8	4	0	4	16
7.º - Vitória SC	9	3	1	5	16
8.º - Belenenses	9	3	0	6	15
9.º - Águas Santas	8	3	0	5	14
10.º - Artística Avanca	9	1	1	7	12
11.º - GC Santo Tirso	9	1	0	8	11
12.º - AD Carvalhos	9	1	0	8	11

PRÓXIMA JORNADA

ABC-Vitória SC
GC SANTO TIRSO-FC Porto
Artística de Avanca-Águas Santas
Belenenses-AD Carvalhos
SL Benfica-Marítimo
Sporting CP-Póvoa AC

RALI

Pilotos de Santo Tirso e Famalicão integram seleção portuguesa no Rali Seis Cidades

● Portugal e França vão medir forças numa disputa entre oito equipas no Rali Seis Cidades do Norte de Portugal, que decorre entre 23 e 25 de outubro e encerra o Campeonato Europeu de Ralis. O tirsense Armindo Araújo e o famalicense Pedro Almeida integram a equipa portuguesa, que conta ainda com Guilherme Meireles e Luís Cidade.

A iniciativa prevê um confronto entre quatro equipas de cada país, decidido ao cronómetro e pela classificação final da prova organizada pela Demoport. A competição será também a próxima ronda do Campeonato de Portugal de Ralis.

A prova decorre em Fafe, Guimarães, Felgueiras, Boticas, Cabeceiras de Basto e Ribeira de Pena.

Armindo Araújo manifestou entusiasmo por participar neste desafio. “É um orgulho enorme fazer parte do Team Portugal nesta batalha épica”, afirmou o piloto tirsense, que destacou o interesse acrescido que esta iniciativa poderá trazer para a prova.

“A última prova do Campeonato Europeu de Ralis terá um match inédito que será mais um fator de interesse para todos os aficionados que acompanharão o rali”, considerou.

O piloto acredita que os quatro representantes nacionais darão o seu melhor para vencer a formação francesa. “Esta é, sem dúvida, uma iniciativa muito bem conseguida e vamos dar o nosso melhor para garantirmos o troféu”, garantiu.

A equipa francesa é composta por Pablo Sarrazin (Lancia Ypsilon HF Integrale Rally2), Léo Rossel (Lancia Ypsilon HF Integrale Rally2), Arthur Pelamourgues (Hyundai i20 N Rally2) e Sarah Rumeau (Skoda Fabia RS Rally2).



Isis Matos conquista prata no Mundial de karaté

A atleta Isis Matos, do Karate Shotokan Vila das Aves, conquistou a medalha de prata no 14.º Campeonato do Mundo de Cadetes, Juniores e Sub-21, disputado na Polónia, tornando-se vice-campeã mundial de kumite júnior feminino, na categoria de menos de 48 quilos.

A competição decorreu entre 14 e 18 de outubro, na cidade de Bielsko-Biala, e reuniu cerca de 2000 atletas de 114 países, dos três escalões etários, masculinos e femininos, nas disciplinas de kata e kumite.



ISIS MATOS MANTÉM LIDERANÇA DO RANKING MUNDIAL

Selecionada para representar Portugal pela Federação Nacional de Karate Portugal, Isis Matos venceu os combates que disputou até à final, onde acabou por perder frente a uma atleta italiana, por 3-2. A medalha de prata representa, segundo o clube, um resultado inédito para Portugal nesta competição. A atleta foi a única portuguesa feminina a conquistar uma medalha de prata nesta edição do campeonato.

O resultado ganha ainda relevância pelo nível da prova, or-

ganizada pela World Karate Federation (WKF), com o apoio da federação polaca. De acordo com a informação divulgada pelo clube, a competição reúne atletas de diferentes estilos de karaté, não se limitando a uma única modalidade ou escola. A WKF é apresentada como a única federação da modalidade reconhecida pelo Comité Olímpico Internacional.

Com esta prestação, Isis Matos reforçou também o primeiro lugar no ranking da federação mundial na sua categoria.

Atletas da Trofa conquistam 5 títulos mundiais de kickboxing

Cinco atletas do projeto Cross Stars, da delegação da Trofa da Cruz Vermelha Portuguesa e da Escola Life Combat, conquistaram várias medalhas no Campeonato do Mundo de Kickboxing, que decorreu entre os dias 14 e 18 de outubro, em Thonon-les-Bains, França.

A participação na competição, organizada no âmbito dos World Championships da ICO – Inter-

national Combat Organisation, ficou marcada por cinco títulos de campeão do mundo, cinco títulos de vice-campeão do mundo e uma medalha de bronze.

Entre os grandes destaques esteve Alexandre Barbosa, que conquistou três títulos mundiais, nas disciplinas de Light-contact, Full-contact e Ring Continuous.

Também Artur Karlov teve uma prestação de destaque, sagrando-

-se campeão do mundo em Ring Continuous e vice-campeão em Full-contact. Já Duarte Carvalho conquistou o título mundial em Full-contact.

Por sua vez, Martim Ferreira alcançou quatro títulos de vice-campeão do mundo, nas categorias de Kick-light, Light-contact, K1 Light e Light Continuous Combat. O atleta arrecadou ainda a medalha de bronze em Ring Continuous.



PARTICIPAÇÃO FOI PREMIADA COM VÁRIOS TÍTULOS

Raid BTT da Trofa reuniu cerca de 500 participantes na 11.ª edição

Cerca de 500 atletas participaram na 11.ª edição do Raid BTT da Trofa, que decorreu a 18 de outubro, com partida e chegada no Parque Nossa Senhora das Dores e Dr. Lima Carneiro. A iniciativa, organizada pela Associação Recreativa de Paradelas, voltou a juntar praticantes da modalidade num percurso que privilegiou os trilhos do concelho e proporcionou momentos de convívio entre participantes.

O balanço foi positivo para a organização, que admitiu ter sentido alguma apreensão relativamente à adesão, tendo em conta as dificuldades que, segundo Xavier Costa, elemento da Associação Recreativa de Paradelas, se têm verificado na participação em eventos de BTT. “A Trofa pode ficar contente e orgulhosa de termos aqui cerca de 500 atletas”, afirmou, considerando que a prova “já é um marco na região”.

A edição deste ano voltou a apostar na descoberta do terri-

tório, com a abertura de alguns caminhos e a utilização de trilhos existentes. Para Xavier Costa, importa contrariar o progressivo encerramento dos percursos nos montes, incentivando a população a usufruir destes espaços.

O responsável deixou, por isso, um apelo à utilização dos caminhos, seja a pé ou de bicicleta, como forma de contribuir para a sua preservação e utilização regular.

Também o presidente da Câmara Municipal da Trofa, Sérgio Araújo, salientou a importância da iniciativa para a promoção do concelho, sublinhando a presença de participantes provenientes de outras localidades. “É para isso que fazemos estas provas, para dar a conhecer o nosso concelho, dar a conhecer as belezas que nós temos no nosso concelho, quer as naturais, mas também as citadinas”, referiu.

O autarca destacou ainda a continuidade do evento, que

soma 11 edições, e a colaboração entre o município e o movimento associativo.

Na vertente competitiva, Roberto Ferreira conquistou a vitória no Raid de 60 quilómetros. Habitual participante na prova, embora sem presença em todas as edições, o atleta fez um balanço positivo da experiência, destacando as condições meteorológicas, os trilhos e o ambiente vivido ao longo do percurso.

“Este ano, esteve bom tempo, bons trilhos, bom ambiente, correu tudo bem”, resumiu. O vencedor considerou ainda que o percurso tinha boas paisagens e características técnicas exigentes, salientando a abertura de novos trilhos. Nesta edição, optou por encarar a participação de forma mais competitiva, no âmbito da preparação para a próxima época.

Já Tiago Boucinha foi o vencedor do MiniRaid, de 45 quilómetros. O atleta, que também cos-



PROVA CONTOU COM CERCA DE 500 INSCRITOS

tuma participar na prova sempre que tem disponibilidade, elogiou a marcação e a diversidade do percurso e um novo troço na zona da variante.

A edição ficou também marcada por uma homenagem aos voluntários, com particular reconhecimento a um colaborador que, na sequência de um aciden-

te ocorrido há dois anos durante o trabalho no terreno, perdeu a visão de um olho, mas continuou ligado à organização.

Xavier Costa destacou a sua persistência e disponibilidade para continuar a colaborar, considerando que o seu exemplo representa o papel de todos os que se dedicam ao associativismo.

DESPORTO

10 anos depois, Sanguinhedo APIK voltou a Santo Tirso

O Sanguinhedo voltou a receber uma das provas mais emblemáticas do ciclismo de montanha de Santo Tirso. Após uma década de ausência, o Sanguinhedo APIK regressou a 10 de outubro, numa edição que reuniu cerca de 100 atletas e recuperou o espírito de uma iniciativa que alia o desafio desportivo à participação da comunidade.

Organizada pela RIONATURA – Associação Promotora de Atividades de Ar Livre, em parceria com a Câmara Municipal de Santo Tirso e a União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, a prova decorreu na zona de Sobregião, com partida junto à Associação Amigos do Sanguinhedo.

O desafio competitivo consistiu em subir uma rampa com cerca de 300 metros de extensão e uma inclinação aproximada de 20 por cento, no menor tempo possível. A edição deste ano teve ainda uma importância acrescida, ao contar para a atribuição do título de Campeão Regional de Rampa da Associação de Ciclismo do Porto.

Segundo Vítor Teixeira, diretor da prova, o regresso do evento resultou de um desafio lançado pelo município, que a organização aceitou com o objetivo de recuperar uma iniciativa com história no concelho. “O que nós quisemos fazer mesmo foi a festa da bicicleta”, afirmou, por isso, a competição não se limitou aos atletas federados. A vertente lúdica permitiu a participação de



PROVA ANIMOU ZONA DA PONTE VELHA

peças da bicicleta, tanto numa perspetiva desportiva como de lazer. O antigo ciclista profissional tirsense Sérgio Sousa foi o padrinho desta edição, destacando a importância de recuperar uma iniciativa que considera ligada à identidade local e à relação da população com a modalidade.

“Isto é mais que uma corrida, isto é uma manifestação que a bicicleta, efetivamente, faz parte da nossa infância e da nossa atualidade”, afirmou, sublinhando o convívio entre gerações.

Também Jorge Gomes, vereador do Desporto da Câmara Municipal de Santo Tirso e antigo presidente da Junta de Freguesia que organizou a última edição, em 2016, manifestou satisfação pelo regresso da prova. “É uma sensação magnífica ver novamente o APIK num local magnífico como é o Sanguinhedo e a Ponte Velha”, declarou.

As pessoas com diferentes tipos de bicicletas, incluindo modelos antigos, enquanto a componente inclusiva procurou alargar o envolvimento na iniciativa. O programa integrou também o Kids APIK, destinado aos mais novos, e animação musical com vários artistas locais.

Pedro Costa, representante da RIONATURA, destacou a capacidade do evento para reunir diferentes interesses em torno do ciclismo. “O Sanguinhedo APIK é a demonstração disso mesmo. É comunidade, é convívio, é festa”, salientou.

A associação pretende continuar a desenvolver a modalidade no concelho, com particular atenção à formação. A escola de ciclismo e o projeto “O Ciclismo vai à Escola”, desenvolvido em articulação com o município, são apontados como instrumentos para aproximar as crian-

ças da bicicleta, tanto numa perspetiva desportiva como de lazer. O antigo ciclista profissional tirsense Sérgio Sousa foi o padrinho desta edição, destacando a importância de recuperar uma iniciativa que considera ligada à identidade local e à relação da população com a modalidade.

“Isto é mais que uma corrida, isto é uma manifestação que a bicicleta, efetivamente, faz parte da nossa infância e da nossa atualidade”, afirmou, sublinhando o convívio entre gerações.

Também Jorge Gomes, vereador do Desporto da Câmara Municipal de Santo Tirso e antigo presidente da Junta de Freguesia que organizou a última edição, em 2016, manifestou satisfação pelo regresso da prova. “É uma sensação magnífica ver novamente o APIK num local magnífico como é o Sanguinhedo e a Ponte Velha”, declarou.

150 atletas em Famalicão para Torneio de Boccia do Eixo Atlântico

O Complexo Desportivo de Vale São Cosme, em Vila Nova de Famalicão, vai acolher, a 31 de outubro, cerca de 150 atletas de Portugal e da Galiza, Espanha, para a 4.ª edição do Torneio de Boccia, Boccia DI e Boccia BC3 do Eixo Atlântico.

A competição transfronteiriça reúne participantes de 14 municípios portugueses e espanhóis, distribuídos por 23 equipas inscritas,

três das quais representam o concelho de Vila Nova de Famalicão.

O torneio começa às 10h00, com a fase de grupos. A partir das 14h00, decorre a fase eliminatória, que determinará os vencedores das diferentes competições.

A iniciativa teve a sua primeira edição em 2023, precisamente em Vila Nova de Famalicão, sendo considerada pioneira na

região. O evento resulta de uma organização conjunta do Município de Vila Nova de Famalicão e do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, com o apoio da ANDDI – Portugal.

A realização do torneio está enquadrada no programa de cooperação Interreg Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027, que abrange iniciativas de cooperação entre os dois territórios.

POLÍCIA

Detenção por suspeita de violência doméstica

Um homem de 25 anos foi detido em Vila Nova de Famalicão, a 16 de outubro, por suspeita do crime de violência doméstica sobre a sua companheira, revelou em comunicado a PSP.

Após deslocação para o local depois de a PSP ter tido conhe-

cimento da ocorrência, agentes apuraram que o suspeito ameaçou e agrediu a sua companheira, acrescenta.

O suspeito vai ser presente à autoridade judiciária competente para aplicação de medida de coação.

PUB

COMUNICAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DE PRÉDIO RÚSTICO

Para efeitos dos artigos 416.º e 1380.º e seguintes do Código Civil; da Lei n.º 111/2015 de 27 de Agosto, da Portaria n.º 219/2016 de 9 de Agosto, e do Decreto -Lei n.º 73/2009 de 31 de março, na sua redação atual, o proprietário do imóvel abaixo indicado, atenta a impossibilidade de notificar os atuais proprietários dos prédios confinantes ao referido imóvel que sejam titulares de direitos de preferência legais na venda dos mesmos nas respetivas moradas e/ou identificar o paradeiro dos mesmos, vem, ao abrigo do artigo 225º do Código Civil, comunicar, por este meio, aos Preferentes Legais a sua intenção de PROCEDER À VENDA do imóvel infra identificado, expondo-se nas condições que ora se apresentam:

1- Imóvel: Prédio rústico, composto por terreno, sito na Rua do Loureiro, da freguesia de Rebordões, concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número dois mil cento e setenta e cinco, aí registado a seu favor pela inscrição AP. 3 de 1971/09/22, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1344, com o valor patrimonial de €3.280,00.

2- Vendedor: ANTONIO MARTINS MENDES, NIF: 149718403, casado, natural da freguesia de Rebordões, concelho de Santo Tirso, onde reside na Avenida 25 de Abril, nº 403.

Compradores: a) CRISTÓVÃO DANIEL ANDRADE PIMENTA, NIF: 224 265 784, divorciado, natural da freguesia de Azurém, concelho de Guimarães, residente no Largo da Ramada Alta, nº 11, R/C direito, Porto, e

b) DAMIÃO XAVIER MONTEIRO DE OLIVEIRA, NIF: 289 275 067, solteiro, maior, natural de França, de nacionalidade portuguesa, residente na Avenida dos Pescadores, nº 735, A Ver-o-mar, Póvoa de Varzim.

3- Preço: 60.000,00€ (sessenta mil euros).

4- Condições de pagamento: O pagamento integral na data prevista para a escritura/documento particular autenticado.

5- Data prevista para a escritura/documento particular autenticado: até 30 de novembro de 2026

6- Estado do Imóvel: O imóvel será vendido no estado em que se encontra, livre de ónus ou encargos.

7- Custos, Impostos e Despesas: Todos os custos, impostos e despesas relacionados com a celebração da escritura/documento particular autenticado e respetivos registos serão da responsabilidade do comprador.

O prazo para o exercício do direito de preferência é de 8 dias contados da publicação do presente aviso, nos termos do disposto do nº. 2 do artigo 416.º e dos artigos 225.º e seguintes, todos do Código Civil, sob pena de caducidade do respetivo direito de preferência.

Contactos para o exercício do direito de preferência: Envio de carta com aviso de receção para a morada do proprietário acima indicada.

TROFA

Encontro de Jipes em S. Gens no sábado

O todo-o-terreno vai estar em destaque a 24 de outubro, com a realização do 2.º Encontro de Jipes Multimarcas, no monte de S. Gens, em Cidai, Santiago de Bougado, numa iniciativa que promete reunir participantes e entusiastas desta modalidade.

Organizado pela Comissão de Festas de Cidai, o encontro começa às 08h30, com um pequeno-almoço, seguindo-se o passeio, previsto para as 09h00. O programa inclui ainda um reforço às 11h30 e almoço às 14h30. A partir das 15h30, está prevista a continuação da atividade com TT Extreme.

Estarão também disponíveis barracas de comes e bebes, a partir das 17h00.

Alvarelhos recebe Festa das Sopas

A Junta de Freguesia de Alvarelhos vai acolher no sábado, 24 de outubro, a Festa das Sopas, uma iniciativa promovida pelos Pioneiros do Agrupamento de Escuteiros 1283 de Alvarelhos, com o apoio da Junta de Freguesia, que promete juntar a comunidade à mesa, num encontro dedicado à gastronomia e ao convívio.

O evento tem início marcado para as 19h30, na Junta de Freguesia, e disponibiliza cinco variedades de sopa: canja, sopa da pedra, sopa de legumes, caldo verde e papas de sarrabulho.

Além das sopas, os participantes terão à disposição petiscos, bebidas e sobremesas. A organização prevê ainda a possibilidade de levar comida para casa, através do serviço de take-away.

Lions promove colheita de sangue

O polo 3 da Câmara Municipal da Trofa, instalado no Edifício da CP, em S. Romão do Coronado, vai receber uma nova colheita de sangue promovida pelo Lions Clube da Trofa.

A iniciativa está marcada para 30 de outubro, entre as 15h00 e as 19h00, e é realizada a favor do Instituto Português do Sangue e da Transplantação.



PARCERIA COM MARIA HELENA | 210929090 | WHATSAPP: 930530304 | E-MAIL: AMIGAMARIAHELENA@MARIAHELENA.PT

CARNEIRO

Carta Dominante: O Eremita, que significa Procura. **Amor:** Procure estar com as pessoas que realmente são suas amigas e não com aquelas que apenas são suas conhecidas. **Saúde:** Tenha mais cuidado na alimentação. **Dinheiro:** Na sua vida financeira está a reencontrar o equilíbrio necessário.

Números da Sorte: 5, 25, 36, 44, 47, 49

Pensamento positivo: O Amor alegra o meu coração.

TOURO

Carta Dominante: 10 de Copas, que significa Felicidade. **Amor:** Não deixe que problemas domésticos interfiram na sua vida amorosa. **Saúde:** Cuide da sua saúde mental. **Dinheiro:** Conseguirá vencer os contratempos. **Números da Sorte:** 1, 3, 24, 29, 33, 36

Pensamento positivo: Acredito que tenho força para vencer todos os desafios.

GÊMEOS

Carta Dominante: Rei de Copas, que significa Poder de Concretização. **Amor:** Não confunda os seus sentimentos, pense bem antes de assumir uma relação. **Saúde:** Possibilidade de ter dores de rins. **Dinheiro:** Período propício para investir em novos projetos.

Números da Sorte: 4, 6, 7, 18, 19, 33

Pensamento positivo: Procuro ser tolerante para com todas as pessoas que me rodeiam.

CARANGUEJO

Carta Dominante: Rainha de Ouros, que significa Ambição. **Amor:** A sua família precisa de si. Cuide dela com carinho. **Saúde:** Descanse as horas necessárias para manter a boa forma física e psíquica. **Dinheiro:** O seu trabalho decorre dentro da normalidade.

Números da Sorte: 7, 11, 18, 25, 47, 48

Pensamento positivo: Eu sei que todos os dias são bons dias!

LEÃO

Carta Dominante: 3 de Paus, que significa Iniciativa. **Amor:** A sua relação afetiva anda um pouco desequilibrada, seja mais atento com a pessoa que ama. **Saúde:** Procure dormir pelo menos oito horas por dia. **Dinheiro:** O seu rendimento poderá crescer.

Números da Sorte: 3, 7, 11, 18, 22, 25

Pensamento positivo: Tenho o poder de corrigir os meus erros.

VIRGEM

Carta Dominante: Cavaleiro de Espadas, que significa Guerreiro. **Amor:** Um amigo pode desiludi-lo, mantenha-se atento. **Saúde:** Faça exames de rotina. **Dinheiro:** Estabeleça bem as suas prioridades, minimize as perdas. **Números da Sorte:** 1, 8, 17, 21, 39, 48

Pensamento positivo: Eu venço as dificuldades, sei que sou capaz!

BALANÇA

Carta Dominante: Cavaleiros de Ouros, que significa Pessoa Útil. **Amor:** Deixe que o amor comande o seu coração, aproveite este período de romantismo. **Saúde:** Faça pilates e yoga. **Dinheiro:** Seja prudente nas despesas, controle os impulsos.

Números da Sorte: 7, 22, 29, 33, 45, 48

Pensamento positivo: Agradeço a Deus a graça da vida que se renova a cada dia.

ESCORPIÃO

Carta Dominante: O Louco, que significa Excentricidade. **Amor:** Tire proveito de todos os momentos que com a pessoa que ama. **Saúde:** Sistema emocional instável. **Dinheiro:** Não é propício fazer investimentos.

Números da Sorte: 6, 14, 36, 41, 45, 48

Pensamento positivo: O mo-



PREVISÕES PARA A PRIMEIRA QUINZENA DE NOVEMBRO

mento mais importante da minha vida é o “agora”.

SAGITÁRIO

Carta Dominante: 7 de Espadas, que significa Novos Planos. **Amor:** Lute por aquilo que quer e não se arrependa. Esteja aberto aos desafios que a vida lhe apresenta, aceite-os e enfrente-os com coragem. **Saúde:** Cuidado com o sistema urinário, risco de infeção. **Dinheiro:** Explore outros recursos e ideias mais ambiciosas.

Números da Sorte: 1, 8, 42, 46, 47, 49

Pensamento positivo: Sei usar a minha inteligência para alcançar os meus objetivos.

CAPRICÓRNIO

Carta Dominante: 6 de Copas, que significa Nostalgia. **Amor:** Não deixe que a razão fale mais alto do que o coração, siga o que ele diz. **Saúde:** Vigie o aparelho reprodutor, vá ao médico. **Dinheiro:** A sua prudência irá beneficiar o seu orçamento.

Números da Sorte: 7, 13, 17, 29, 34, 36

Pensamento positivo: Procuro

criar harmonia na minha vida todos os dias.

AQUÁRIO

Carta Dominante: 3 de Espadas, que significa Amizade, Equilíbrio. **Amor:** O seu poder de atração pode deixar muitos corações a suspirar. **Saúde:** Preserve o seu equilíbrio mental. **Dinheiro:** Cuidado com o excesso de confiança, seja mais prudente. **Números da Sorte:** 8, 17, 22, 24, 39, 42

Pensamento positivo: Agradecer é sempre a melhor maneira de merecer!

PEIXES

Carta Dominante: 8 de Paus, que significa Rapidez. **Amor:** A sua relação pode enfrentar um período menos positivo. **Saúde:** Cuidado, maior risco de acidentes. **Dinheiro:** Saiba agir de forma rápida e adapte-se às situações com sabedoria.

Números da Sorte: 1, 18, 22, 40, 44, 49

Pensamento positivo: Não desanimo perante as dificuldades nem desisto dos meus sonhos!

ATUALIDADE

Consagração ao Imaculado Coração de Maria na Trofa



NICHO FOI INAUGURADO A 28 DE JUNHO DE 1996

Realizou-se na tarde do passado dia 11 de outubro uma celebração religiosa junto ao Monumento (Nicho), dedicado ao Sagrado Coração de Maria, de cujo programa constou a celebração de uma Eucaristia na capela de N.ª. S.ª das Dores, pelas 16h00, seguida de procissão

com vários estandartes e Confrarias da paróquia de São Martinho de Bougado, encerrando-se a cerimónia religiosa com a renovação da Consagração (da paróquia) ao Imaculado Coração de Maria.

Note-se que este monumento/nicho, inaugurado em 28 de

junho de 1996 é uma estrutura religiosa que conta já com 34 anos de existência, e é um local (uma marca) importante de devoção à Virgem Maria sob a invocação do Imaculado Coração de Maria, na paróquia de São Martinho de Bougado.

A. COSTA

Fotolegenda



A Câmara Municipal da Trofa, em parceria com a TrofAmbiente, promoveu uma Caminhada Comentada pelo Caminho de Santiago da Trofa, que aliou a descoberta do património histórico, cultural e paisagístico à recolha de resíduos ao longo dos cerca de 7,5 quilómetros entre Covelas e Lousado. A iniciativa, realizada a 10 de outubro, procurou sensibilizar os participantes para a importância da preservação ambiental e da manutenção e limpeza deste itinerário.

Serviço Funerário
para todo o país e estrangeiro
Conservação de Corpos
Cremações | Florista Privativa
Campas, jazigos e todo o serviço
em granito ou mármore

Manuel Rocha - 939 827 031
Vitor Rocha - 939 556 059
Chamada rede móvel nacional

Telef: 22 982 70 31 Chamada rede fixa nacional | www.rochafunerarias.com
agencia@rochafunerarias.com | agencia@rochafunerarias.pt

Cruz Vermelha da Trofa angaria 1689 alimentos na Campanha Vale +

A Cruz Vermelha da Trofa já distribuiu este ano 9656 alimentos no âmbito da resposta a situações de emergência alimentar. Até ao momento, a instituição respondeu a 118 pedidos, que abrangeram 247 pessoas, segundo os dados divulgados pela delegação local.

Os números foram apresentados na sequência de mais uma recolha alimentar da Campanha Vale +, realizada no passado fim de semana, que permitiu angariar 1689 unidades alimentares.

A iniciativa decorreu nos supermercados Pingo Doce de Santiago de Bougado e de S. Romão do Coronado, bem como no Lidl da Trofa. A recolha contou com a participação de 28 voluntários, que asseguraram o apoio à campanha.

Com os resultados desta ação, o total de alimentos recolhidos pela delegação em 2026 ascende a 4347 unidades, somando os valores das campanhas realizadas em março e outubro.

Os bens alimentares destinam-se a responder aos pedidos de emergência recebidos diariamente pela instituição, no âmbito do apoio prestado a pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Necrologia

Alvarelhos - Trofa



Vitor Manuel Moreira de Sousa. Faleceu dia 20 de outubro com 63 anos. Casado com Maria Fernanda Lima de Oliveira

ROCHA FUNERÁRIAS, LDA

Alvarelhos - Trofa



Maria Emília Gonçalves dos Santos Azevedo. Faleceu dia 20 de outubro com 89 anos. Viúva de Amaro Maia de Azevedo

ROCHA FUNERÁRIAS, LDA

Alvarelhos - Trofa



Mário Oliveira Moreira. Faleceu dia 10 de outubro com 86 anos. Casado com Maria José de Sousa Neves

ROCHA FUNERÁRIAS, LDA

S.Martinho de Bougado - Trofa



Maria do Céu Moreiras Marques. Faleceu dia 19 de outubro 78 anos. Viúva Carlos do Talho.

AGÊNCIA FUNERÁRIA TROFENSE, LDA

S.Martinho de Bougado - Trofa



Maria Helena de Sá Ferreira. Faleceu dia 18 de outubro com 77 anos.

AGÊNCIA FUNERÁRIA TROFENSE, LDA

Oliveira (Stª Maria)- V.N.F



Marta Alexandra Ferreira da Silva. Faleceu dia 19 de outubro com 43 anos.

CENTRO FUNERÁRIO GODINHO

Agência Funerária Trofense, Lda
Gerência de João Silva

Serviços fúnebres
Cremações
Embalsamamentos
Conservação de corpos
Tratamento de documentação para a Seg. Social
Caixa Geral de Aposentações e Ass. Socorros Mútuos
Funerais e Trasladações para todo o país e estrangeiro

Praceta Monge Pedro 256-F, 4785-334 TROFA
T. 252 411 381* - 917 552 595** - 912 128 052** - 912 272 920**
email: aftrofenselda@gmail.com
* Chamada para rede fixa nacional ** Chamada para rede móvel nacional

PUB

MARGARIDA
CORREIA PINTO
NOTÁRIA

JUSTIFICAÇÃO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que, por escritura de hoje exarada de fls. 102, do livro de escrituras diversas n.º 302-G, no Cartório sito na Avenida de Sousa Cruz, Edifício do Centro Comercial Galáxia, 3.º andar, sala 15, na cidade e concelho de Santo Tirso, a cargo da Notária, Lic. Margarida Maria Nunes Correia Pinto, foi lavrada uma escritura de justificação notarial, em que foi justificante:

Maria Eugénia Fernandes Costa Malheiro, NIF 145 686 680, divorciada, natural da freguesia de Avidos, concelho de Vila Nova de Famalicão, residente na Rua Ângelo Andrade, 10, 1.º direito, união de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso.

Pela justificante foi dito que é dona com exclusão de outrem, que ela é dona e legítima possuidora de quarenta e nove vírgula oito mil avos do seguinte bem imóvel:

Uma fracção autónoma designada pelas letras AB, oitavo andar nascente, para habitação, com entrada para o patamar que tem acesso pela Rua dos Cafés, com o valor patrimonial de 43.055,05€ e atribuído a esta quota parte de dois mil, cento e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos.

Que esta fração é do prédio urbano sito no ângulo das Ruas do Café e do Passeio Alegre, na freguesia e concelho da Póvoa de Varzim, descrito na Conservatória do Registo Predial da Póvoa de Varzim sob o número três mil, duzentos e noventa e quatro, afeto ao regime da propriedade horizontal pela Ap. 7 de 1974/04/30 e inscrito na matriz sob o artigo 31 da freguesia da Póvoa de Varzim.

Que a sua quota parte indivisa se encontra registada a favor de Armando de Azevedo e Sá e mulher Alzira da Silva Carvalho e Sá, David da Silva e mulher Rosalina Gonçalves da Silva, Gabriel Alves Sampaio Couto e mulher Maria da Conceição Ferreira de Freitas e ainda de Joaquim José Machado Osório e mulher Maria Filomena de Magalhães Meneses, pela Ap. 6 de 1974/04/30.

Que no dia vinte de julho de mil novecentos e setenta e quatro, na Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, por escritura exarada a folhas sessenta e quatro, do livro de notas A-56, do Segundo Cartório Notarial da Póvoa de Varzim, aqueles titulares registados venderam esta quota parte da fracção acima identificada, aos pais da aqui requerente, Adelino Marques da Costa e Albina Fernandes da Silva.

Que posteriormente, no ano de mil novecentos e noventa e quatro, aqueles Adelino Marques da Costa e mulher Albina Fernandes da Silva, doaram por conta da quota disponível, à aqui justificante, sua filha, a quota parte da fracção acima referida.

Que, relativamente a esta doação, apesar de a escritura existir, não foi a mesma encontrada, apesar das buscas efetuadas nos Cartórios Notariais da localidade do prédio, dos Cartórios das localidades das residências dos doadores.

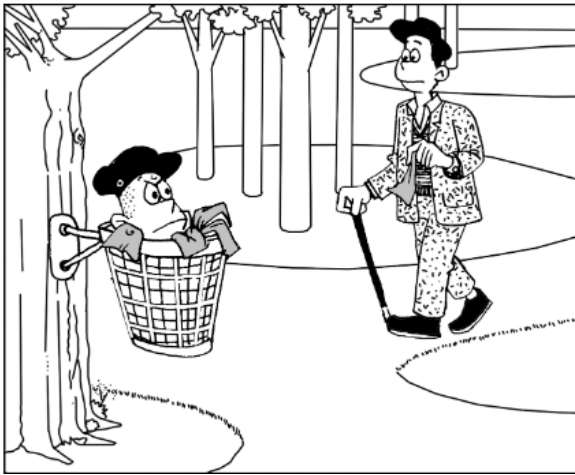
Que outros melhores títulos não possui para provar o direito de propriedade, mas na verdade desde a data da doação dos seus pais, que está na posse da citada quota parte da fracção, pelo que a aqui primeira outorgante declara que o tem possuído tituladamente, o que aqui expressamente invoca, para provar o seu direito de propriedade plena, pretendendo justificar e reatar o trato sucessivo.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL, O QUE CERTIFICO.

Cartório Notarial de Margarida Correia Pinto, 08 de outubro de dois mil e vinte e seis.

A Notária,

Descubra as diferenças

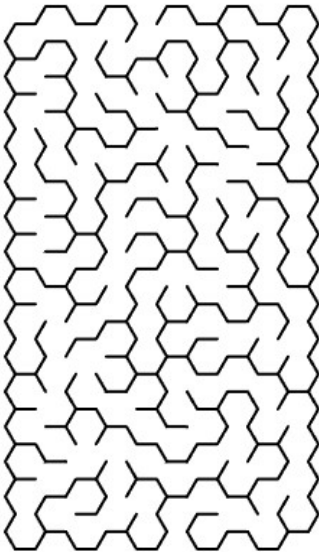


Sopa de Letras

S	A	T	N	U	G	R	E	P	L	I
E	J	I	B	O	I	A	Z	I	H	O
Õ	L	D	E	S	E	R	T	O	R	Z
C	I	E	G	R	O	D	A	I	V	A
L	R	X	F	H	R	T	E	R	R	A
U	O	X	V	A	I	D	O	S	O	H
V	D	P	L	A	N	E	T	A	S	L
G	E	E	X	O	V	T	S	L	A	E
O	D	A	B	Ê	B	Z	E	E	B	V
B	N	M	A	S	O	P	A	R	S	O
G	E	Ó	G	R	A	F	O	T	E	E
J	C	H	A	P	É	U	G	S	V	L
L	A	E	T	N	E	P	R	E	S	R

Labirintos

INÍCIO



Sudoku

	1		9				5
				7		4	
	4		5			3	
		4		6		9	
8			2		3		1
	7				1	2	
	9			8		5	
	8		1				
6				2			1

Fonte: <https://www.palavrascruzadas.pt/>

Soluções da edição anterior

1	7	3	6	9	4	5	2	8
5	4	9	2	8	3	6	7	1
2	6	8	1	7	5	3	4	9
8	9	2	5	3	1	7	6	4
7	5	1	4	6	9	2	8	3
4	3	6	7	2	8	9	1	5
6	8	5	9	1	7	4	3	2
9	1	7	3	4	2	8	5	6
3	2	4	8	5	6	1	9	7



Ficha Técnica

Proprietário e Editor: We do com unipessoal, Lda | Gerência: Magda Araújo | Sede: Rua de Freitas 387 r/c esq. Santo Tirso | Redação: Rua Aldeias de Cima, 280 Trofa| NIF. 506529002 Detentor 100 % capital: Magda Araújo| ERC: 126524 | ISSN 2183-4601 | Depósito Legal: 469158/20 | Diretor: Hermano Martins | Subdiretora: Cátia Veloso | site: www.jornaldoave.pt | e-mail: geral@jornaldoave.pt; | Redação: Cátia Veloso e Hermano Martins | Colaboração: António Costa, José Manuel Cunha, José Pedro Reis, José Calheiros, Diamantino Costa, Amadeu Dias, Sandra Maia, Luís Filipe Moreira, João Mendes, Hugo Sousa, Sara Sousa **Fotografia:** A. Costa, Miguel Trofa Pereira, Manuel Veloso | Composição: Magda Araújo | Impressão: Gráfica do Diário do Minho, Rua de S. Brás, n.º1 Gualtar Braga | Assinatura Anual: Continente 23 €; Europa:42 €; Extra europa: 47€; PDF 16 € (IVA Incluído) Avulso: 1 € Tiragem 3500 exemplares| IBAN: PT50 0007 0605 0039952000684 | Telefone: 252 414 714 | Publicidade 969848258 | Redação 925 496 905 | Nota de redação: Os artigos publicados nesta edição são da inteira responsabilidade dos seus subscritores. É totalmente proibida a cópia e reprodução de fotografias, textos e demais conteúdos, sem autorização escrita. Estatuto editorial em <http://jornaldoave.pt/index.php/estatuto-editorial>



PUBLICIDADE

“Rota do Vidro da Trofa” quer aumentar a recolha de embalagens de vidro em 20%

“Rota do Vidro da Trofa” é a mais recente campanha de comunicação, sensibilização e educação da TrofAmbiente. Co-financiada pela Sociedade Ponto Verde (SPV) no âmbito do Programa Rede Recicla +, esta iniciativa visa aumentar em 20 % a quantidade de embalagens de vidro separadas e encaminha-las corretamente pelos estabelecimentos do canal HORECA (hotéis, restaurantes e cafés).

Em 2025, foram recolhidas 866 toneladas de resíduos de embalagens de vidro no concelho da Trofa.

Tendo este valor como referência, a “Rota do Vidro da Trofa” pretende promover um aumento anual de 20% na correta separação deste material, contribuindo para reforçar os níveis de recolha e reciclagem de vidro no concelho.

Portugal encontra-se significativamente aquém das metas europeias no que toca à reciclagem de embalagens, assumindo o vidro uma posição particularmente preocupante. O canal HORECA pode desempenhar um papel determinante no cumprimento destas metas, dado o elevado volume de resíduos de vidro que, pela natureza da sua atividade, é gerado neste setor.

Separar vidro é essencial, mas nem sempre é prático. A deposição manual, garrafa a garrafa, pode ser morosa e exigente. Para agilizar este processo, a TrofAmbiente está a implementar um sistema de baldeamento assistido no concelho. O sistema consiste na colocação em locais estratégicos de um conjunto vidrões equipa-

dos com volteador, que permite descarregar automaticamente, de uma só vez, o conteúdo de um contentor de 120 litros. Na prática, os estabelecimentos, após depositarem as embalagens de vidro nestes contentores, deslocam-nos até ao vidrão, que está equipado com esse sistema. Através de um mecanismo automatizado, o contentor é elevado e despejado diretamente no vidrão, sem a necessidade de colocar as embalagens individualmente, processo que simplifica significativamente a operação, tornando-a mais rápida e eficiente.

A campanha de sensibilização para a utilização deste recurso terá uma componente presencial, digital e material, envolvendo a realização de visitas a estabelecimentos HORECA para fomentar a sua adesão ao sistema e apresentar boas práticas, promoção online e nos órgãos de comunicação social e publicitação no espaço público, designadamente, em MUPIs, outdoors e ecrãs de informação e aquisição de equipamentos de contentorização.

Para Ana Trigo Morais, CEO da Sociedade Ponto Verde, “O apoio a esta campanha através do programa de financiamento da SPV ‘Rede Recicla+’, materializa o nosso compromisso de trabalhar em proximidade com os Municípios, Empresas Municipais e Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos – como é o exemplo da TrofAmbiente –, com o objetivo de acelerar a reciclagem de embalagens de vidro em Portugal. Perante a necessidade urgente de aumentar a taxa de recolha deste material, iniciativas como a ‘Rota do Vidro da Trofa’



são essenciais para mobilizar os cidadãos e transformar intenção em ação, garantindo que, juntos, conseguimos alcançar as metas ambientais definidas para estes resíduos”.

Com esta campanha, pretende-se promover a criação de “comunidades de reciclagem”, mobilizando a população em torno do vidrão da sua área geográfica de referência e incentivando a adoção de hábitos regulares de separação e deposição de resíduos de embalagens de vidro.

Pretende-se, ainda, promover uma concorrência saudável entre as comunidades, que serão de-

safiadas a competir pelo título de “Sommelier da Reciclagem do Vidro”, atribuído à comunidade que mais se destacar. A comunidade vencedora será distinguida com o título e receberá um kit prémio.

A Rede Recicla + e a Sociedade Ponto Verde

A Rede Recicla + é um programa da Sociedade Ponto Verde (SPV) que promove a reciclagem de embalagens, nomeadamente a reciclagem de embalagens de vidro, através do financiamento de ações de comunicação, sensibilização e educação desenvolvidas por Sistemas de Gestão de

Resíduos Urbanos (SGRU), Municípios e Empresas Municipais. Através deste programa, a SPV reforça o seu papel enquanto entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), promovendo uma comunicação integrada e de proximidade com as comunidades locais, como objetivo de aumentar a participação dos cidadãos na reciclagem de embalagens e contribuir para o cumprimento das metas nacionais e europeias.

Desde 1996 que a Sociedade Ponto Verde (SPV) tem como missão contribuir para a promoção da economia circular através do SIGRE, assente num forte compromisso com a inovação e I&D, a literacia ambiental e a cidadania ativa. Entidade privada sem fins lucrativos e líder de mercado, é responsável pelo encaminhamento para reciclagem e valorização dos resíduos de embalagens resultantes do grande consumo. Atualmente, serve cerca de 8 000 clientes, apoiando-os na conceção de embalagens mais circulares e propondo novas soluções para melhorar os processos de recolha, separação e tratamento.

Para reforçar a comunicação e sensibilização, em 2025, foi criada a Ponto Verde, uma nova marca com uma imagem renovada, que visa estar mais próxima dos cidadãos, criando um movimento agregador que une gerações de norte a sul do País e ilhas numa jornada coletiva pela reciclagem de embalagens e pela sustentabilidade.

Integrar a Rota e Adotar um Vidrão, é Cidadania em Ação!

TEMPO

Quinta, 22	Sexta, 23	Sáb., 24	Dom., 25	Seg., 26	Terça, 27	Quarta, 28	Quinta, 29
7° 18°	9° 18°	8° 17°	11° 19°	12° 20°	12° 21°	12° 21°	12° 22°
S	N	NO	S	NO	O	N	E
67%	20%	8%	78%	55%	43%	31%	18%

fonte: IPMA

CARTOON

http://jorzarmento.blogspot.pt-http://sarmento-news.blogspot.pt-http://revistaopimpolho.blogspot.pt
PIMPOLHO DESENHO E TEXTO DE: © José Sarmento • 1846
 É urgente fazer uma ... como é que Ronaldo ... a multa de 225,00 € que
 angariação de fundos... vai conseguir pagar... a FPF lhe impôs???!!!...

